

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA  
ALINE GOMES DE SOUSA ARAUJO

**POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA E EDUCAÇÃO INFANTIL:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO ATUAL DO BRASIL**

Goiânia  
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a) (es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### **1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)**

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Aline Gomes de Sousa Araujo

Título do trabalho: Políticas públicas, cidadania e educação infantil: desafios e possibilidades no contexto atual do Brasil

### **2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>**

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### **Casos de embargo:**

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **ALINE GOMES DE SOUSA ARAUJO, Discente**, em 09/11/2021, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Professora do Magistério Superior**, em 09/11/2021, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2474070** e o código CRC **4EEAA23F**.

Referência: Processo nº 23070.056808/2021-56

SEI nº 2474070

ALINE GOMES DE SOUSA ARAUJO

**POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA E EDUCAÇÃO INFANTIL:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO ATUAL DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima.

**Coorientador:** Fernando Wagner Costa.

Goiânia  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Araujo, Aline Gomes de Sousa  
Políticas públicas, cidadania e educação infantil [manuscrito] :  
Desafios e possibilidades no contexto atual do Brasil / Aline Gomes de  
Sousa Araujo. - 2021.  
119 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima; co  
orientador Fernando Wagner da Costa.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia,  
2021.

Bibliografia. Apêndice.  
Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de tabelas.

1. Políticas públicas. 2. Direito da criança. 3. Educação infantil. 4.  
Emancipação. I. Lima, Daniela da Costa Britto Pereira , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos oito dias do mês de novembro do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Políticas públicas, cidadania e educação infantil: desafios e possibilidades no contexto atual do Brasil", de autoria de Aline Gomes de Sousa Araujo, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima – orientadora (FE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Dra. Simei Araújo Silva (FE/UFG) e Mestrando Fernando Wagner da Costa - coorientador (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0 (dez), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO WAGNER DA COSTA, Usuário Externo**, em 09/11/2021, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Professora do Magistério Superior**, em 09/11/2021, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simei Araújo Silva, Professora do Magistério Superior**, em 09/11/2021, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2474347** e o código CRC **C734EF24**.

Dedico este trabalho aos educadores comprometidos com uma educação transformadora, voltada para a construção de um Brasil mais justo e igualitário e para todas as crianças.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os envolvidos no meu processo formativo, familiares, amigos, professoras e professores, a todas as crianças com quem convivo e que me motivam a trabalhar e lutar por uma educação emancipadora. No entanto, algumas pessoas tiveram papel tão decisivo em minha trajetória que é necessário fazer um agradecimento especial a elas.

A primeira é Liontina Gomes da Silva, minha mãe. Obrigada por valorizar a educação como caminho possível para uma realidade melhor, dizendo “estuda minha filha, porque eu não quero que você passe o que eu já passei e passo”. Obrigada, por todas as vezes que me ajudou nas atividades escolares, por todas as vezes que me ouviu contar sobre algo que tinha lido ou aprendido, obrigada por todas as vezes que você me disse “Eu tenho orgulho de você”. Em cada linha deste trabalho você está presente, mãezinha.

A segunda pessoa é Sebastião Araujo de Souza, meu companheiro. Obrigada por todo apoio, já que você se dispôs ao enfrentamento de vários preconceitos que permearam nossa formação para tornar nossa convivência possível e melhor a cada dia. Você sempre me incentivou a continuar estudando e, por isso, obrigada por cada vez que disse “- Eu te admiro, você tem um potencial incrível, não desista”.

Agradeço à Lidia Candida da Silva, minha irmã. Obrigada por me ajudar com todas as coisas que a minha coordenação motora não pôde realizar. Obrigada por todo carinho e amor. À Ana Vitória Alves de Sousa, Alícia Gomes dos Santos e Benício Silva de Oliveira, meus sobrinhos: vocês são minha motivação pessoal na luta por uma realidade social cada vez menos desigual e mais justa. Obrigada por cada abraço, por cada “amocê”, “titia te amo” e “amo memén”, a maneira como cada um falou que me amava pela primeira vez.

Obrigada, Daniella Pereira, Luciana Aparmavie e Matheus Alexandre, amigos do curso e para a vida. Obrigada, professora e orientadora Daniela Lima: sem você este trabalho não teria tomado as proporções que tomou. Você segurou literalmente na minha mão nesse processo, mesmo sem nunca termos nos visto pessoalmente por conta da pandemia. Não tenho como explicar como o seu carinho me alcançou.

Marina, que não aparece como co-orientadora no trabalho, mas esteve presente na elaboração do projeto deste trabalho, e Fernando Costa, meu co-orientador, obrigada por cada dica, consideração, crítica e apoio. Simeia Araujo, convidada da banca, obrigada por participar desse momento tão importante. Obrigada por todas as suas contribuições no meu processo formativo, como docente nas disciplinas em que tive a honra de ser sua discente, em cada encontro, o seu compromisso com a ciência e com o rigor acadêmico que sempre vieram

acompanhados de solidariedade e empatia. Como pessoa, você transborda sensibilidade e me encantou por sempre posicionar-se como uma motivadora audaciosa do meu desenvolvimento acadêmico.

“[a] única concretização efetiva de emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nessa direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência.” (ADORNO, 1970, p. 200).

## RESUMO

Este trabalho aborda o tema “Políticas públicas cidadania e educação infantil: Desafios e Possibilidades no contexto atual do Brasil”. Com o objetivo de realizar a análise da educação infantil como espaço formativo para o exercício da cidadania, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa dos dados sob a perspectiva da técnica de análise explicativa e dividida em cinco itens. Os trabalhos analisados relacionam a teoria crítica e a educação infantil e estão disponíveis em repositórios escolhidos previamente. Também foram analisados os marcos legais que definem a educação infantil como direito da criança, buscando identificar os principais fatores que impedem a garantia dessa educação como direito e que dificultam a implementação e efetivação das políticas públicas já elaboradas para esta etapa do ensino. Os resultados da pesquisa enfocam quatro das principais dificuldades para implementação de uma educação para formação do indivíduo reflexivo e autônomo no contexto atual do Brasil, assim como a escolha individual de cada educador por uma prática pedagógica emancipadora e a possibilidade de se desenvolver uma formação para o exercício da cidadania emancipada. nos espaços educacionais da rede pública de educação infantil A partir das análises realizadas, o referencial teórico contribui para pensar um processo educacional formativo para a emancipação e o exercício da cidadania. A importância do trabalho está na análise da sociedade que chama a atenção para importância de se considerar o contexto social, cultural e econômico como um cenário a ser questionado, repensado e possível de ser transformado e não percebido como algo pronto e acabado ao qual devemos nos adaptar.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Direito da criança. Educação infantil. Emancipação.

## **PUBLIC POLITICS, CITIZENSHIP AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN THE CURRENT CONTEXT OF BRAZIL**

### **ABSTRACT**

This work addresses the theme “Public politics, citizenship and early childhood education: Challenges and Possibilities in the current context of Brazil”. In order to analyze early childhood education as a formative space for the exercise of citizenship, a bibliographical and documentary research was carried out with a qualitative approach to the data from the perspective of the explanatory analysis technique and divided into five items. The works analyzed relate critical theory and early childhood education and are available in previously chosen repositories. The legal frameworks that define early childhood education as a child's right were also analyzed, seeking to identify the main factors that impede the guarantee of this education as a right and that hinder the implementation and enforcement of public policies already developed for this stage of education. The research results focus on four of the main difficulties in implementing an education for the formation of the reflective and autonomous individual in the current context of Brazil, as well as the individual choice of each educator for an emancipatory pedagogical practice and the possibility of developing training for the exercise of emancipated citizenship. in the educational spaces of the public early childhood education system Based on the analyses, the theoretical framework contributes to thinking about a formative educational process for the emancipation and exercise of citizenship. The importance of the work lies in the analysis of society, which draws attention to the importance of considering the social, cultural and economic context as a scenario to be questioned, rethought and possible to be transformed and not perceived as something ready and finished to which we must ourselves adapt.

**Keywords:**Public politics. Children's rights. Child education. Emancipation.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantidade de Trabalhos por região .....	20
Gráfico 2	Quantidade de Trabalhos por foco de estudo .....	21

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade de trabalhos encontrados e selecionados.....	21
Tabela 2	Quantitativos das principais palavras-chave dos trabalhos encontrados..	21
Tabela 3	Quantidade de trabalhos encontrados e selecionados do repositório SciELO.....	22
Tabela 4	Quantidade de trabalhos encontrados e selecionados do repositório Portal de periódicos CAPES.....	23
Tabela 5	Quantidade de trabalhos encontrados e selecionados do repositório Catálogo de Teses e Dissertações.....	23
Tabela 6	Quantidade de trabalhos encontrados e selecionados do repositório BDTD.....	24

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO</b> .....	17
2.1	VISÃO GERAL DOS TRABALHOS ENCONTRADOS .....	18
2.2	DADOS DO LEVANTAMENTO ORGANIZADOS POR REPOSITÓRIO.....	22
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E A EDUCAÇÃO INFANTIL ENQUANTO DIREITO DA CRIANÇA</b> .....	28
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	30
3.2	A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO DA CRIANÇA-.....	34
<b>4</b>	<b>CIDADANIA E EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	38
4.1	EDUCAÇÃO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMANCIPADA NO BRASIL.....	41
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	55
	<b>APÊNDICE</b> .....	58

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido em um contexto atípico no qual foi adotado o ensino remoto emergencial, para contenção da circulação do coronavírus causador da covid-19, doença altamente letal que matou milhares de pessoas, por todo o mundo, para além das cenas de terror que tomou conta dos noticiários, nos quais foi possível ver centenas de corpos sendo enterrados em valas coletivas, sem direito a tão tradicional despedida, das crianças que ficaram órfãos, o cenário pandêmico implicou em mudanças significativas no cotidiano prático dentre elas, o fechamento das salas de aula e reformulação dos calendários acadêmicos de 2020 e 2021, apesar de toda angústia vivida, das crises de pânico, ansiedade e depressão, o único fator que deve ser considerado impactante no desenvolvimento desta pesquisa é a redução do tempo para elaboração, quando comparamos o período 2021-1 no calendário apresentado na Resolução CONSUNI/UFG nº 82 de 28 de maio de 2021 com o primeiro e segundo semestre de 2019 apresentado na Resolução CEPEC nº 1608 de 30 de novembro de 2018, é possível perceber que o período 2020-1 tem 19 dias a menos que o primeiro semestre e 18 dias a menos que o segundo semestre de 2019, o ano 2020 teve o calendário acadêmico suspenso, por isso o ano 2019 foi utilizado na análise comparativa dos calendários. Este comparativo evidencia que o contexto de pandemia ocasionou a redução dos dias para elaboração da pesquisa.

Esta pesquisa tem por objeto de estudo a educação infantil, que é definida na Lei de diretrizes e bases da educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, como primeira etapa da Educação Básica no Brasil, destinada a crianças de zero a cinco anos. A análise da educação infantil a partir do levantamento das políticas públicas válidas para todo o território nacional foi realizada com o objetivo de ampliar as percepções sobre os desafios e as possibilidades para formação cidadã da criança no contexto da sociedade brasileira. Essa análise gerou questionamentos e reflexões sobre a educação infantil como política pública, portanto, política social, além de tratar do direito da criança e sobre o lugar desta no contexto da sociedade brasileira.

Para análise das relações que se estabelecem entre políticas públicas, cidadania e educação infantil no contexto atual do Brasil, foram utilizados recursos bibliográficos com diferentes abordagens do objeto de estudo. Dentre estes, os trabalhos que relacionam Teoria Crítica e educação infantil evidenciaram a necessidade de se compreender os elementos sociais determinantes para essas relações. No levantamento bibliográfico feito para a análise

da educação infantil como espaço de formação, foram utilizados os descritores “teoria crítica” e “educação infantil”, que eram o foco inicial do trabalho e foram revistos após seu resultado.

Foi possível perceber, pelo número de trabalhos encontrados nos repositórios previamente escolhidos, que a Teoria Crítica é pouco explorada no Brasil como recurso teórico para análise da primeira etapa da educação básica. O trabalho de Fleck (2017) foi utilizado para dimensionar e significar o termo Teoria Crítica. Segundo o autor, não existe uma única definição para esse conceito, mas características a serem consideradas:

Teoria crítica, por tanto, aparece como um projeto, ou melhor, como um programa esboçado por meio de uma contraposição com aquilo que Horkheimer denominou então como teoria tradicional, fica claro, em seus textos, que este programa está sendo levado a cabo pelo instituto, de forma que sob tal categoria devem ser compreendidas as teorias desenvolvidas, tanto em conjunto quanto individualmente, pelos seus membros. Assim, pode-se falar de um consenso mínimo em toda esta discussão, pois seja qual for a definição adotada, ela sem dúvida abarca as teorias então desenvolvidas por Horkheimer, Friedrich Pollock, Herbert Marcuse, Franz Neumann, Leo Lowenthal, Erich Fromm, Theodor W. Adorno, Otto kirchheimer e tantos outros (FLECK, 2017, p. 101).

As razões para a escolha desta temática e das vertentes para análise do objeto de estudo vão desde questões existenciais à questões profissionais, as quais podem ser agrupadas em questões humanas. Toda carga emocional, caos, irracionalidade e barbárie vivenciados na minha infância, pela negação dos direitos, tornam este trabalho pessoalmente significativo. O conhecimento produzido no espaço acadêmico, que possibilitou olhar para a minha própria história e para sociedade em que vivo pela lente questionadora da ciência, tornam este trabalho profissionalmente significativo.

No contexto acadêmico, a produção deste trabalho se justifica por apresentar uma articulação de informações, questionamentos e observações sobre a educação infantil no contexto atual do Brasil. O trabalho almeja apresentar uma percepção direcionada pela busca sobre como possibilitar às crianças brasileiras uma educação emancipadora, considerando os desafios atuais no campo educacional e quais as possibilidades de avanço nessa área.

As escolhas para a abordagem do objeto neste trabalho dialogam com a definição de prioridade do objeto apresentado por Fleck (2017) em sua análise da Teoria Crítica, ao dizer que : “[...] a prioridade do objeto significa que os homens teorizam a partir e por causa de suas insatisfações, de seus sofrimentos e que a teoria, [...] é um instrumento que busca remediar ou abolir estas insatisfações e sofrimentos” (FLECK, 2017, p. 114).

O Brasil, que é definido pela Constituição Federal de 1988 como Estado Democrático de Direito, tem suas leis estabelecidas a partir da declaração mundial dos direitos humanos de

1948. Isso significa dizer que, no Brasil, o papel do Estado não se limita a estabelecer parâmetros para as relações sociais, mas este se posiciona como responsável pela garantia de acesso aos direitos definidos na Constituição Federal a todo indivíduo da sociedade brasileira. A lei magna deixa claro que o Estado é “[...] destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais [...]” (BRASIL, 1988). A partir dessa definição, entendo que a educação infantil deve ser assegurada pelo Estado enquanto direito social e individual da criança.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) reconhece as especificidades da infância e da adolescência para a vida humana no bojo do Estado brasileiro. Esse documento define quais são os parâmetros das relações da criança e do adolescente no contexto social do Brasil, além de estabelecer como criança a pessoa com até 12 anos de idade incompletos e o adolescente como a pessoa entre 12 e 18 anos de idade. O ECA destaca a definição dos responsáveis pela garantia prioritária dos direitos da criança e do adolescente em seu quarto artigo:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.  
Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:  
a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;  
b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;  
c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;  
d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, 1990).

Diante das definições dos documentos supracitados, destacam-se alguns aspectos caros à elaboração deste trabalho. São eles: a definição da idade da criança; o direito à educação e a definição dos responsáveis por assegurar não só a efetivação desses direitos como garantir que estes ocorram de maneira prioritária à criança e ao adolescente. A definição da idade da criança porque é importante ter clareza sobre quem é a criança no Brasil. Já a educação como direito é importante para a compreensão de que esta não se trata de uma opção ou possibilidade, mas sim de uma necessidade reconhecida oficialmente no contexto da sociedade brasileira.

Dentre os responsáveis pela garantia de efetivação desses direitos, chamo a atenção para o fato de que a família aparece como a primeira responsável pela educação infantil. Não acredito que seja um simples acaso na edição da lei, mas sim pelo fato de que, durante um longo período histórico, a família foi a única responsável pela educação da criança. A única exceção para isso foram os casos de abandono. Aqui, limitei a abordagem à educação infantil,

que atende crianças entre 0 e 5 anos e deveria garantir à criança o conhecimento de todos os seus direitos e o reconhecimento de si mesma como cidadã brasileira.

O reconhecimento da educação infantil como direito da criança implica na necessidade do desenvolvimento de políticas públicas para a oferta e atendimento das demandas educacionais para essa etapa da educação básica. Isso envolve ampliar a responsabilidade do Estado brasileiro no que diz respeito à educação da criança de 0 a 3 anos e abre espaço para questionamentos sobre a importância de políticas públicas que garantam à criança ter acesso à experiências e conhecimentos que contribuam para seu processo construção e reconhecimentos da própria cidadania. Esse processo deve ocorrer a todas as crianças, estejam em um contexto social e econômico marcado pela desigualdade, exclusão e marginalização de indivíduos e grupos sociais ou não.

Para elaborar as observações e reflexões sobre a relação entre políticas públicas, cidadania e direito da criança no Brasil foram utilizados três documentos principais: primeiro, a Constituição Federal de 1988; segundo, a LDB n. 9.394 de 1996 e terceiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O referencial teórico é formado por trabalhos que abordam a educação infantil pela lente da teoria crítica; trabalhos que abordam as políticas públicas (sociais) no contexto do Estado brasileiro e os direitos das crianças numa perspectiva histórica.

A pesquisa realizada para o levantamento dos dados aqui apresentados é de caráter bibliográfico e documental, por ter como fonte trabalhos já existentes sobre a temática, assim como livros e documentos. Nesta pesquisa, o objetivo geral foi realizar a análise da educação infantil como espaço formativo para o exercício da cidadania a partir do levantamento das políticas públicas para esta etapa da educação básica na rede pública de ensino do Brasil. A articulação e organização dos dados foi realizada em prol de quatro objetivos específicos:

- Apresentar o levantamento bibliográfico acerca da temática.
- Disponibilizar referências teóricas que possibilitem analisar a importância de um processo educacional no Brasil que se ocupe das necessidades da criança e que permita sua formação como indivíduo humano e cidadão brasileiro.
- Relacionar as políticas públicas para educação infantil no Brasil em um contexto histórico, econômico e social que apresenta desafios e desigualdades a partir de uma análise fundamentada na perspectiva de que a educação infantil é um direito a ser garantido.

- Apresentar reflexões sobre as possibilidades para uma educação emancipadora e para exercício da cidadania no contexto atual da educação infantil brasileira.

Tão importante quanto considerar a fonte de dados para estruturar os métodos de uma pesquisa é considerar o tipo de abordagem que será realizada na análise dos dados coletados. Para esta pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa dos dados. Uwe (2009) afirma que há essencialmente três técnicas para análise qualitativa dos dados: resumo de análise de conteúdo, análise explicativa e análise estruturante. Cada técnica permite uma percepção específica dos dados analisados.

Na técnica de resumo da análise de conteúdo, os dados são reduzidos a partir da supressão dos dados similares. Aplicando essa técnica a um texto, por exemplo, as idéias secundárias associadas a uma ideia central são suprimidas, permitindo ao pesquisador expor como resultado de sua análise apenas os dados mais relevantes do texto analisado. A análise explicativa, segundo o autor, "esclarece passagens difusas, ambíguas ou contraditórias envolvendo material contextual na análise" (UWE, 2009, p.139). Essa análise permite ao pesquisador a associação, comparação e detalhamento dos dados analisados, contribuindo para uma percepção mais ampla dos mesmos.

Já a análise estruturante considera a própria estrutura do material analisado. Para essa análise, o pesquisador deverá buscar "[...] tipos ou estruturas formais no material" (UWE, 2009, p.139). Flick Uwe (2009) exemplifica quatro tipos de estrutura formais que podem ser observadas: estrutura de conteúdo, que permite analisar o material a partir dos conteúdos apresentados; estrutura interna do material, que considera as características de organização e exposição dos dados no material selecionado; estrutura escalonada, que permite perceber diferentes escalas de uma mesma característica no material analisado e estrutura tipificada, que permite perceber a diferença nos tipos de resposta para as perguntas, como, por exemplo, a variação das questões a partir do gênero da pessoa entrevistada.

A análise dos dados é uma etapa muito importante da pesquisa. Na primeira etapa deste trabalho, quando foi elaborado o projeto de pesquisa e levantamento dos dados, a proposta inicial tinha, como objeto a ser analisado, a Teoria Crítica na relação com a educação infantil pública e institucionalizada no Brasil. Ao analisar os trabalhos levantados em quatro repositórios escolhidos previamente, foi possível perceber que a Teoria Crítica como objeto de estudo apresenta alto nível de complexidade, exigindo uma dedicação de tempo maior do que o disponível para elaboração da monografia de conclusão de curso.

Assim, o reconhecimento da necessidade de aprofundamento dos estudos e a percepção da inviabilidade temporal foram decisivos para a mudança de foco do trabalho, que passou a ser apenas a educação infantil como política pública e direito da criança. O trabalho passou a abordar apenas um dos dois objetos da proposta inicial: o levantamento bibliográfico e as leituras que seriam o material para o levantamento de dados na análise da Teoria Crítica foram incorporados a outros referenciais teóricos para o levantamento de dados na análise da educação infantil que passou a ser o único objeto abordado.

Foi possível perceber, durante o levantamento bibliográfico, que as temáticas e perspectivas dos trabalhos que relacionam educação infantil e Teoria Crítica são variadas e abordam a educação infantil por diferentes perspectivas. Por isso, o levantamento bibliográfico realizado inicialmente continua pertinente a esse trabalho e será apresentado no corpo do texto, mesmo após a decisão de alteração do foco da pesquisa.

Considerando o material analisado e o objetivo deste trabalho, a análise dos dados foi apresentada sob a perspectiva da técnica de análise explicativa em cinco itens. A introdução, primeiro item, é seguida pela análise dos dados do levantamento bibliográfico das políticas públicas voltadas para a educação infantil em nível federal. Então, trato da educação infantil como política pública (social) e do direito da criança. Depois disso, discuto a educação infantil no Brasil pela lente da teoria crítica, considerando reflexões da obra *Educação e Emancipação* (ADORNO, 1970). Já a conclusão, último item, apresenta as reflexões e considerações resultantes da pesquisa e análise realizada e novos questionamentos sobre a temática abordada.

## 2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico é uma atividade de pesquisa que nos permite ampliar o horizonte de percepções sobre a temática escolhida. O levantamento bibliográfico apresentado a seguir tem o objetivo de disponibilizar informações sobre a produção acadêmica no Brasil que analisa a educação infantil pela lente da Teoria Crítica. Esse levantamento se fez necessário dada a complexidade da Teoria Crítica como recurso teórico para a análise do objeto.

O artigo: “A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área da educação” (BRITO; OLIVEIRA; SILVA, 2021) traz informações, análises e reflexões sobre conceitos e processos relacionados à pesquisa bibliográfica, relacionando-as com o contexto das pesquisas qualitativas na área da educação. Quero destacar as percepções apresentadas pelos autores sobre o uso das tecnologias e o contexto contemporâneo de propagação do conhecimento:

Nesse sentido, a utilização das tecnologias tem sido uma grande aliada na contemporaneidade para quem se envereda pela pesquisa bibliográfica. Os bancos de dados tomaram uma dimensão vultosa nas últimas décadas, principalmente a partir de 1997, tornando a pesquisa mais dinâmica e abrindo várias frentes interessantes para o pesquisador. É inegável que com o auxílio dessa nova ferramenta, a pesquisa bibliográfica incorporou em sua utilização possibilidades que antes se limitavam, em grande parte, aos materiais impressos, e em muitos casos, de difícil acesso (BRITO; OLIVEIRA; SILVA, 2021, p.13).

Sobre a pesquisa na área da educação,

[ela] experimentou avanços substanciais e a pesquisa com enfoque qualitativo deixou de ser apenas uma repetição de conceitos e ideias com nova roupagem, e abriu-se então um campo de discussão com várias possibilidades. Contudo, os desafios da pesquisa qualitativa continuam se apresentando a cada novo tema que é proposto, pois há sempre novos campos a serem desbravados (BRITO; OLIVEIRA; SILVA, 2021, p.13).

O contexto de pandemia, vivido atualmente no Brasil e em grande parte do mundo, alterou o nosso cotidiano, nossas possibilidades de existência e consequentemente limitou as possibilidades de acesso aos dados para pesquisa e produção do conhecimento. Essa situação reforçou a importância das fontes de dados no ambiente virtual como fonte de pesquisa. Este trabalho foi desenvolvido tendo como principais fontes de dados e informações os acervos virtuais e portais de informação de várias instituições. Esse fato promoveu a reflexão sobre a importância da existência de fontes confiáveis e acessíveis de arquivos digitais e foi a partir

da preocupação com a “confiabilidade e a facilidade de acesso” (SANTOS; FLORES, 2016) que os repositórios utilizados neste trabalho foram selecionados.

Assim, para realização deste levantamento bibliográfico, foram considerados quatro repositórios, todos de acervo virtual. A pesquisa foi realizada nos repositórios SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), no portal de de periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a BDTD (Biblioteca Digital Nacional de Teses e Dissertações). Em todos os repositórios foram utilizados os descritores: “teoria crítica” e “educação infantil”, que eram o foco inicial da pesquisa. Esses descritores foram escolhidos na perspectiva de coleta e análise da contribuição da Teoria Crítica na constituição da cidadania e dos direitos da criança na educação infantil. Foram utilizados filtros apenas para área de conhecimento “Educação”. Não foi aplicado filtro para período de produção a fim de abranger a maior quantidade possível de trabalhos. O trabalho mais antigo foi identificado no repositório de periódicos da CAPES no ano 1999 e o mais recente, no repositório SciELO, no ano de 2019.

## 2.1 VISÃO GERAL DOS TRABALHOS ENCONTRADOS

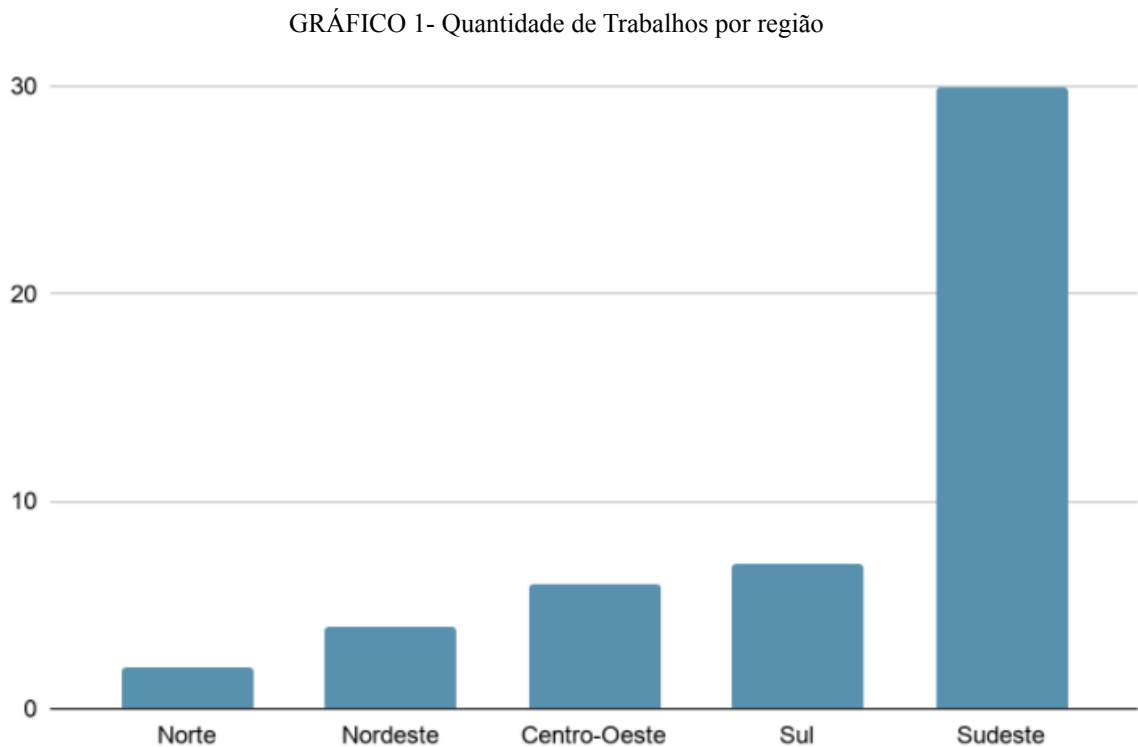
Foram encontrados um total de 49 trabalhos, dos quais 39 foram selecionados para a pesquisa. O critério de seleção foi a aproximação com a temática abordada para, a partir dos trabalhos selecionados, decidir pela viabilidade ou não de se empreender a pesquisa proposta inicialmente. No caso deste trabalho, o levantamento bibliográfico permitiu identificar sua pertinência para a educação como área do conhecimento. É possível visualizar os dados quantitativos referentes aos trabalhos encontrados e selecionados na tabela 1:

TABELA 1 - Quantidade de trabalhos encontrados e selecionados

<b>Especificação do trabalho</b>	<b>Quantidade Encontrado</b>	<b>Quantidade Selecionado</b>
Artigo	8	5
Dissertação	32	28
Tese	9	6
Total	49	39

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O total de trabalhos encontrados também foi analisado e quantificado por região. O resultado desta análise está organizado no gráfico 1. O maior número de trabalhos está concentrado na região Sudeste:



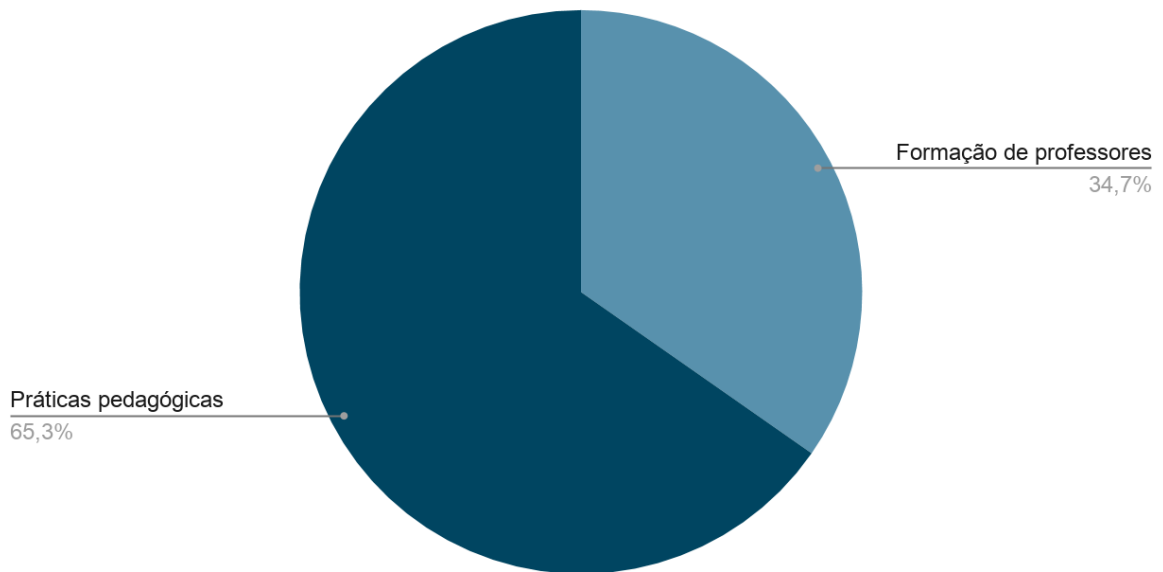
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A tabela 1 e o gráfico 1 apresentam os dados encontrados no levantamento bibliográfico. De forma geral, considerando os quatro repositórios pesquisados, é possível observar que a maior produção de trabalhos encontrados são dissertações de mestrado da região Sudeste do Brasil. Durante a análise dos dados do levantamento bibliográfico foi possível perceber que o foco dos trabalhos são distintos entre si, mas, podem ser categorizados em duas vertentes principais: formação de professores e práticas pedagógicas.

Os critérios utilizados para a categorização do foco dos trabalhos foram: o objetivo do autor e a temática abordada. O Gráfico 2 apresenta o quantitativo de trabalhos separados por categoria de foco.

GRÁFICO 2 - Quantidade de Trabalhos por foco de estudo.

Foco de estudo, dos trabalhos encontrados.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Outro dado analisado pelo levantamento bibliográfico foi a reincidência de palavras-chave nos trabalhos encontrados. Esses dados foram organizados em uma nuvem de palavras, a imagem 1, que apresenta todas as palavras-chave dos trabalhos encontrados. A tabela 2 apresenta as quatro palavras-chave com maior número de reincidência (as demais palavras tiveram reincidência menor do que 9 (nove) vezes).

IMAGEM 1- Nuvem de palavras das palavras-chave dos trabalhos encontrados.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

TABELA 2- quantitativos das principais palavras-chave dos trabalhos encontrados

<b>Palavra</b>	<b>Quantidade</b>
Educação	49
Infantil	27
Crítica	13
Teoria	12

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

## 2.2 DADOS DO LEVANTAMENTO ORGANIZADOS POR REPOSITÓRIO

Para maior detalhamento do levantamento, apresento os dados encontrados em cada repositório, na seguinte ordem: 1 - SciELO; 2 - Portal de periódicos CAPES; 3 - Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; 4 - BDTD.

### a. SciELO

O repositório *Scientific Electronic Libray Online* (SciELO) organiza e disponibiliza uma coleção de periódicos com política, critérios e procedimentos específicos de avaliação para admissão e permanência dos trabalhos que formam a coleção SciELO Brasil. Opera a partir de três princípios:

[...] primeiro, o conceito do conhecimento científico como bem público global; segundo, o trabalho em rede como meio de maximizar a escalabilidade em termos custo-efetividade e adoção do estado da arte em edição científica, cooperação e gestão das assimetrias entre coleções, áreas temáticas e periódicos; e, terceiro, o controle de qualidade, obediência aos padrões, boas práticas e inovações da comunicação científica (SciELO, 2020 p. 05).

O repositório SciELO disponibiliza o documento que estabelece e justifica os critérios de avaliação dos trabalhos publicados no Brasil e indica as entidades envolvidas no desenvolvimento das técnicas e parâmetros da avaliação dos trabalhos. A tabela 3 organiza a quantidade de trabalhos encontrados e selecionados no SciELO:

TABELA 3 - Quantidade de trabalhos encontrados e selecionados do repositório SciELO.

<b>Trabalhos encontrados</b>	<b>Trabalhos selecionados</b>
6	4

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Foram encontrados seis artigos dos quais quatro foram selecionados. Dois artigos foram descartados porque um não estava disponível integralmente e outro abordava um projeto educacional específico, fora da rede pública de ensino.

#### b. Portal de periódicos CAPES

O Portal de Periódicos CAPES é um serviço prestado pelo Ministério da Educação (MEC) e é administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Está no escopo dos acessos disponíveis no portal gov.br, que unifica os portais do governo federal. O portal CAPES é totalmente financiado pelo governo federal e disponibiliza um acervo de artigos científicos nacionais e internacionais gratuitamente. Parte desse acesso é livre (CAPES, 2021). A tabela 4 organiza o quantitativo de trabalhos encontrados e selecionados no portal de periódicos CAPES.

TABELA 4 - Quantidade de trabalhos encontrados e selecionados do repositório Portal de periódicos CAPES.

<b>Trabalhos encontrados</b>	<b>Trabalhos selecionados</b>
2	1

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Foram encontrados dois artigos além dos encontrados no repositório SciELO. O artigo descartado abordava a educação no contexto familiar, que, embora tenha grande peso no processo formativo da criança, não é objeto de estudo neste momento.

#### c. Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES não disponibiliza informações sobre seus objetivos ou critérios para publicação, mas está ligado ao portal gov.com e disponibiliza trabalhos acadêmicos de pós-graduação *stricto sensu* para consulta livre e gratuita.

TABELA 5 - Quantidade de trabalhos encontrados e selecionados do repositório Catálogo de Teses e Dissertações CAPES.

<b>Trabalhos encontrados</b>	<b>Trabalhos selecionados</b>
13	6

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Foram encontrados treze trabalhos, dos quais sete não estavam disponíveis na íntegra e, por isso, foram descartados e seis foram selecionados.

#### d. BDTD

“A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP)” (IBICT, 2021). A BDTD disponibiliza acesso livre e gratuito aos textos completos de teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. A tabela 5 organiza o quantitativo de trabalhos encontrados e selecionados no repositório BDTD:

TABELA 6 - Quantidade de trabalhos encontrados e selecionados do repositório BDTD.

<b>Trabalhos encontrados</b>	<b>Trabalhos selecionados</b>
28	27

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Foram encontrados vinte e oito trabalhos e foram selecionados 27. O trabalho descartado aborda a educação de jovens e adultos.

Como apresentado nos dados do levantamento bibliográfico, a relação teoria crítica e educação infantil é uma temática pouco explorada no Brasil, mas tem espaço para discussões amplas tanto no que diz respeito à formação de professores quanto ao desenvolvimento de práticas pedagógicas.

O resumo de cinco dos trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico, estão listados e abaixo organizados em sub itens na ordem alfabética. Cada subitem recebe como nome o título do trabalho cujo resumo será exposto, seguido de observações sobre como cada abordagem contribui para se pensar uma educação infantil no Brasil que forme cidadãos emancipados.

##### a. Walter Benjamin e a experiência infantil: contribuições para a educação infantil

Ao analisar a importância da experiência na educação infantil tendo como referência o conceito Benjaminiano de experiência e de percepção da criança como “ser envolvido pelas questões culturais, sociais e históricas do seu tempo” (SANTOS, 2015, p.232), Santos (2015)

chama a atenção para a importância das crianças terem seu ponto vista considerado nas elaboração de práticas pedagógicas e de pesquisa. De acordo com o resumo:

Este estudo tem como eixo norteador a teoria crítica da cultura e da modernidade de Walter Benjamin. Partindo da polissemia do conceito de experiência no texto benjaminiano, o autor busca elementos conceituais que auxiliem na elaboração da noção de experiência infantil (composta por um misto de complexidade e sutileza). A análise se desenvolve a partir de textos do próprio Benjamin e de textos de comentaristas da teoria crítica da cultura e da modernidade. Ao apresentar as contribuições de Walter Benjamin para a construção de um olhar diferenciado para a criança e sua educação, o autor conclui enfatizando a importância delas para a área da educação infantil e, de modo mais amplo, para o desenvolvimento da infância contemporânea (SANTOS, 2015, p.223).

Oportunizar às crianças um lugar de fala contribui para uma formação emancipadora e para exercício da cidadania na medida em que possibilita o desenvolvimento de sujeitos que se sentem livres para se posicionar. Nas palavras de Adorno (1970), em uma democracia, "[p]ara evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir do seu próprio entendimento" (ADORNO, 1970, p.185). O trabalho apresenta uma perspectiva de pesquisa que relaciona Teoria crítica e Educação infantil na importância do desenvolvimento da escuta às crianças nos processos educacionais. Dessa forma, estas podem se expressar e a percepção do seu direito ao posicionamento como cidadãos participantes de uma sociedade democrática.

#### b. Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil

Neste trabalho, a Teoria Crítica serviu de referência para destacar a importância da experiência do convívio de crianças deficientes na primeira infância em uma escola inclusiva, de forma a se opor ao preconceito contra pessoas com necessidades especiais:

Este estudo teve como objetivo conhecer os efeitos da convivência em creches e pré-escolas inclusivas sobre a formação das crianças no que diz respeito à aceitação das diferenças. A pesquisa foi realizada com base em uma abordagem qualitativa. Foram entrevistados seis alunos(as) do ensino fundamental, egressos(as) entre 2003 e 2009 de uma mesma creche pública com características de ambiente inclusivo. A análise dos dados foi feita com base na Teoria Crítica da Sociedade, que tem como pressuposto a relevância dos processos formativos na primeira infância iluminados pelas investigações da psicanálise. Os resultados apontam que a educação infantil inclusiva tem um papel significativo no fortalecimento das experiências infantis e na manutenção de uma abertura ao outro que permanece ao longo da vida. Indicam também que, independentemente dos valores e atitudes presentes no ambiente familiar, há algo comum na educação dessas crianças para o qual a escola exerce forte determinação (SEKKEL e MATOS, 2014, p.87).

O preconceito é uma expressão da barbárie e se opor a ele é se opor à barbárie. Pensar em educação inclusiva na educação infantil é pensar em uma formação emancipadora a partir do respeito ao outro, independente das diferenças. Pode-se destacar aqui a abordagem sobre a importância do contexto escolar como espaço de oposição aos preconceitos que contribui para pensar a educação infantil como espaço para exercício de uma cidadania emancipada e voltada para a garantia dos direitos da criança deficiente.

#### c. Artes na educação infantil: crítica das orientações e diretrizes curriculares

O trabalho de Ferri (2008) critica as orientações e diretrizes para o ensino de artes na educação infantil pela ausência de seu caráter reflexivo. Dessa forma, o ensino de artes é apenas uma experiência para a adaptação, quando poderia ser um espaço de experiência para a emancipação por ser um momento de produção no qual a criatividade e a autonomia podem ser priorizadas:

Esta pesquisa tem como objetivo verificar como o ensino de artes é inserido na educação infantil, tomando como foco de análise a relação entre adaptação e autonomia relativa ao aprendizado artístico. Este debate justifica-se na medida em que pode contribuir para reafirmar as especificidades da educação infantil e explorar a perspectiva de uma educação que não exerça somente a sua função de adaptação. Adotam-se, como fontes primárias de pesquisa, os documentos, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Os conceitos básicos que orientam a análise do material são: experiência, formação, adaptação, autonomia, individualização, arte, indústria cultural e mimesis definidos com base em autores da teoria crítica. Baseia-se na hipótese de que as práticas pedagógicas do ensino de artes sugeridas pelas orientações e diretrizes curriculares favorecem mais a adaptação do que a autonomia da criança. Os documentos analisados evidenciam que mesmo o ensino de artes, que deveria possuir um caráter emancipador, tem sido orientado às instituições de educação infantil como um conhecimento prioritariamente instrumental, isto é, o ensino de artes é mais um elemento que corrobora para a efetivação da adaptação do sujeitos. Desse modo, o conhecimento relativo às artes ao invés de suscitar diferentes reflexões manifesta-se como um saber relacionado às demandas da sociedade atual, ou seja, do imediatamente dado (FERRI, 2008, p. 5).

Para Adorno (1970), a educação não deve produzir apenas “pessoas bem ajustadas” ao contexto social vigente, mas, sim uma “consciência verdadeira”. Quando Adorno fala de “consciência verdadeira”, retrata uma consciência autônoma, reflexiva e capaz de se posicionar a partir da própria análise sobre a questão ou problema com o qual se depara.

#### d. Momentos do parque em uma rotina de educação infantil: corpo, consumo, barbárie

Organizar os momentos da educação infantil baseada em uma proposta educacional emancipatória requer o reconhecimento de todos esses momentos como momentos de aprendizagem. O trabalho de Richter critica a maneira como é conduzido o momento no parque na escola analisada:

O trabalho resulta de uma pesquisa de abordagem etnográfica realizada em uma creche da Rede Pública de Ensino de Florianópolis (SC). Os dados foram analisados considerando-se o "tempo didático" - recomendado pela legislação -, estruturado por uma rotina constituída por diferentes momentos: entrada, higiene, alimentação, sono, parque, atividade orientada, saída. Inspirado por tópicos da Teoria Crítica da Sociedade, o texto aborda os momentos de parque, declarados como "ocasiões privilegiadas de educação", tanto nos discursos das professoras, quanto nas ações que distinguem esses momentos dos demais, estabelecendo uma certa contraposição entre "tempo de trabalho" e "tempo livre". Nessa relação, além de configurarem-se como períodos de renovação das energias para as demais atividades, esses momentos acabam por escusar um acompanhamento mais atento por parte dos professores: o olhar adulto "precisará" apenas afastar as crianças de locais inconvenientes ou evitar feridas "expostas", conformando um conjunto de práticas socio sanitárias centradas nas necessidades vitais e que contribuem na eliminação de desvios e diferenças, na garantia de pseudogratificações. A ausência de uma aproximação mais atenta também colocará as crianças entregues a uma ambígua "espontaneidade", sujeitas à violência que acaba por produzir cicatrizes que se colocam, principalmente, sobre o corpo, fomentando uma educação que, ao invés de se contrapor à barbárie, a privilegia. Os resultados revelam ainda a presença de produtos para o consumo do lazer que informam, de antemão, a sequência de operações a reproduzir, exigindo gestos e ações automatizadas que preceituam a aridez da imaginação (RICHTER, 2010, p.673).

A pesquisa identificou que, ao considerar o momento como momento de lazer e atividade livre, os professores assumem uma postura de prevenção de acidentes graves ao invés de promover uma experiência voltada para a imaginação e criatividade. As crianças devem ser acompanhadas de perto e de maneira atenta para evitar que a espontaneidade não fique sujeita a violência. No entanto, muitas vezes os professores se limitam a produtos e brinquedos que estabelecem sequências de gestos automatizados em detrimento de atividades pedagogicamente elaboradas para o desenvolvimento da autonomia. Isso me permite pensar que uma formação para exercício da cidadania requer considerar todos os momentos da educação infantil como momento do processo formativo da criança, incluindo o momento entendido como momento de lazer.

#### e. Formação da criança: um estudo sobre a avaliação na educação infantil

No trabalho de Almeida, a Teoria Crítica aparece como fundamentação teórica para analisar os métodos de avaliação na educação infantil, destacando os conceitos de formação, experiência e racionalidade tecnológica:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre a avaliação e o modo como a educação pré-escolar é concebida e colocada em prática. Para responder a este questionamento, foram elencados os seguintes objetivos específicos: 1) analisar as políticas educacionais referentes à avaliação escolar na Educação Infantil; 2) discutir os efeitos da Psicologia na avaliação escolar; 3) descrever e analisar como as crianças são avaliadas na pré-escola, quanto aos meios e critérios adotados, no que se refere aos comportamentos sociais, leitura e escrita e arte. A pesquisa foi realizada em duas escolas de Educação Infantil, uma pública da rede municipal de São Paulo e uma privada do mesmo município, no ano de 2011. Em cada uma das escolas, foram selecionadas duas salas de aula, perfazendo um total de quatro salas. Nas duas escolas foram 1) analisados os instrumentos que envolvem o processo de avaliação, tais como atividades diagnósticas dos alunos e relatórios/fichas de avaliação do aproveitamento escolar; e, 2) os documentos oficiais para a Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação e pela Prefeitura de São Paulo. A perspectiva teórica tem como referência os estudos dos pensadores da teoria crítica da sociedade, sobretudo os que tratam da formação, experiência e racionalidade tecnológica. Tais conceitos contribuem para a compreensão dos processos pelos quais ocorre a formação do indivíduo, neste caso a formação das crianças, e as possibilidades de experiência oferecidas pela escola. Em linhas gerais, a conclusão da presente pesquisa é a de que, tendencialmente, a relação entre avaliação e Educação Infantil expressa uma perspectiva padronizada e pré-determinada do desenvolvimento das crianças, em detrimento da possibilidade de experiências formativas que visem à reflexão e à formação. (ALMEIDA, 2014, p.3).

Portanto, conforme observado nos resumos dos trabalhos selecionados, a temática educação infantil e teoria crítica embora, pouco explorada, apresenta uma grande variação de temáticas e recursos teóricos, demandando maior tempo e esforço acadêmico/teórico para pesquisas dessa envergadura. Sendo assim, re-organizamos o foco deste estudo, que passou da análise da contribuição da teoria crítica na educação infantil para a relação entre as políticas públicas, cidadania e direito na educação infantil, tendo os conceitos de educação e emancipação apresentados por Adorno(1970) como uma de suas lentes teóricas para compreensão do campo em estudo.

Na próxima seção, analisaremos as políticas públicas para a educação infantil no Brasil e suas relações com o direito da criança para sua cidadania.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E A EDUCAÇÃO INFANTIL ENQUANTO DIREITO DA CRIANÇA**

Contextualizar as políticas públicas voltadas para a educação infantil no Brasil é um trabalho que pode seguir por diferentes caminhos. Aqui, considero a análise de Höfling (2001) sobre a relação entre as concepções de Estado e as políticas sociais implementadas “em uma determinada sociedade, e em determinado período histórico” (HÖFLING, 2001). Para a autora, os aspectos a serem considerados na análise e avaliação das políticas implementadas por um governo, “devem estar sempre referidos a um contorno de Estado no interior do qual eles se movimentam” (HÖFLING, 2001). Ela também contextualiza as políticas sociais como políticas de responsabilidade do Estado e que, normalmente, são políticas de saúde, educação, previdência, habitação, saneamento, entre outras.

[...] se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HÖFLING, 2001, p.31).

Falar de políticas públicas voltadas para a educação infantil no Brasil é falar de políticas sociais que se movimentam no interior do Estado Brasileiro e que tem como objetivo principal a garantia do direito à educação. Falar de direito da criança no Brasil é falar de uma percepção bem recente da criança como indivíduo humano e cidadão, percepção esta que ainda está em desenvolvimento no contexto social brasileiro. A pesquisa bibliográfica apresentada por Paschoal e Machado (2009) aponta que o caminho percorrido pelo direito da criança no país começa com o surgimento das primeiras instituições de atendimento a crianças abandonadas ou órfãs, com objetivos assistencialistas. O objetivo dessas instituições era oferecer às crianças condições mínimas de sobrevivência e os recursos para estruturação e manutenção das mesmas eram obtidos através de doações. Sua administração era realizada por entidades religiosas.

Entre os séculos XVIII e XIX, a Santa Casa de Misericórdia se destacou no trabalho de assistência às crianças abandonadas no Brasil. As ações dessa instituição estavam vinculadas a uma ética católica-cristã que tinham como principal objetivo combater o infanticídio (NASCIMENTO, 2006). Assim, essas instituições não surgiram para atender às

necessidades das crianças, mas para atender uma demanda social de dar destino aos órfãos movida por valores religiosos. Esse cenário começa a passar por mudanças a partir de 1960.

No século XX, ocorreram várias mudanças no contexto social do Brasil, que foi marcado principalmente pelo avanço do processo de urbanização e industrialização. Nessa época, as mulheres trabalhadoras precisavam de assistência para seus filhos durante sua jornada de trabalho (OLIVEIRA, 2012). Por isso, surgiu um novo perfil de criança a ser assistida: a criança pobre que precisa ser acolhida apenas durante a jornada de trabalho da mãe.

A concepção de infância nesse período foi amplamente discutida por diferentes grupos sociais, porém as instituições de atendimento às crianças pobres mantêm um caráter assistencialista, sustentadas por entidades filantrópicas e/ou religiosas e para atender a mulher da classe trabalhadora até o final dos anos 80. É possível considerar as duas últimas décadas do século XX um período muito significativo para a condição da criança no Brasil atual. Nesse período, destaca-se a elaboração da constituição de 1988, o Estatuto da criança e do adolescente em 1990 e a LDB de 1996.

Já nas últimas décadas do novo milênio, houve a institucionalização da educação infantil e a obrigatoriedade de oferta na rede pública de ensino definida pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que alterou o texto da Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) de 1996. Essa lei garante recursos públicos e diretrizes educacionais específicas para cada etapa do processo educacional, além de ter por objetivo educar para exercício da cidadania e para o trabalho. Esse documento, distante das primeiras instituições assistencialistas, evidencia que a finalidade das instituições de atendimento à educação das crianças, sua oferta e regulamentação, está diretamente ligada à percepção sobre a infância e a criança em determinado momento histórico.

As análises apresentadas até aqui possibilitam as seguintes observações: se, por um lado, os objetivos da educação infantil estão diretamente ligados às concepções sobre a criança e a infância, por outro lado, as políticas públicas voltadas para regulamentação, estruturação e oferta da educação infantil estão relacionadas com as concepções de Estado. O programa de governo e o cenário econômico e social da sociedade em que o processo educacional ocorre também estão relacionados ao que se entende como Estado. Partindo desses pressupostos, este capítulo apresenta as políticas públicas para educação infantil pública no âmbito Federal, a contextualização das mesmas no bojo do Estado brasileiro e os principais direitos das crianças, definidos no ECA, que se relacionam à educação.

### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A constituição de 1988 afirma que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, compreendido pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A conceituação de Estado é muito ampla e se transforma ao longo da história das organizações sociais, mas aqui considero que o conceito moderno de Estado apresenta quatro elementos básicos: a soberania, o território, o povo e a finalidade (SILVA, 2005). Associado a isso, levo em consideração que “Estado é diferente de governo” e pode ser constituído por um grupo social específico (lê-se, grupo com acesso privilegiado a recursos materiais e intelectuais) de uma determinada organização social para regular suas relações de maneira impositiva ou participativa onde todos os agentes sociais se envolvem no processo.

O atual Estado democrático brasileiro foi constituído por um grupo específico, em assembleia constituinte, através de documento escrito, a Constituição de 1988. Dentre outras providências, a Carta Magna apresenta um ideal de sociedade a ser alcançada, definindo as regulações para as relações sociais, econômicas e distribuição das responsabilidades e poderes na república, ainda que o povo brasileiro esteja em sua grande maioria alheio a esse ideal (BARCELLOS, 2015).

Muitos significados também se movimentam em torno das conceituações sobre o que vem a ser democracia. Nesse caso, vale o conceito de democracia representativa, onde os eleitores escolhem seus representantes através do voto e estes serão responsáveis por se posicionar frente às demandas sociais em nome daqueles que o elegeram (POLAK, 2008). Já quando se trata da palavra direito, mais uma vez há uma variedade de possíveis significados e aplicabilidades em diferentes contextos sociais. Dentre eles, Caminha (2000) defende que o direito não pode ser definido por uma única perspectiva, mas está diretamente ligado aos parâmetros construídos em sociedade sobre o que é correto e bom para algo ou alguém em determinado momento histórico.

Na tentativa de compreender minimamente o significado de direito no texto da nossa constituição, Silva (2005) diz que: “[a]s concepções de Estado moderno vem atrelada e esse entendimento de que o Estado é o único criador do direito e ele mesmo solucionará os conflitos sociais, por intermédio do Estado-juiz, que aplicará as normas positivadas pelo próprio Estado-legislador” (SILVA, 2005, p.215). Ou seja, é direito do cidadão brasileiro o que o Estado brasileiro define como direito no formato de lei.

O artigo de Celina Souza intitulado *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*, apresenta uma pesquisa sobre políticas públicas como área de conhecimento.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como uma campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980) a define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: Política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “ o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 24).

Diante das definições expostas pela autora, pode-se afirmar que políticas públicas estão diretamente ligadas ao governo. Souza (2006) contextualiza a origem das políticas públicas “como ferramenta de decisão do governo” no período pós guerra fria, “como forma de enfrentar suas consequências” (p.22). A autora também ilustra o contexto de elaboração e os objetivos das políticas públicas ao dizer que:

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações para produção de resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26).

Para analisar se os objetivos de uma determinada política pública foram alcançados, é necessário que seu ciclo seja concluído. Souza (2006) apresenta os seguintes estágios para este ciclo: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Em um contexto democrático, seria necessário que as políticas públicas pudessem concluir esse ciclo independente da mudança de governo.

Identificar a ligação entre políticas públicas e governo é pertinente para entender que o processo de elaboração, implementação e efetivação de uma política pública em determinado governo será atravessado pelas concepções e ideais desse mesmo governo sobre o papel e funções do Estado no que diz respeito à sua atuação nas relações sociais em determinado contexto social.

Complementando essa ideia, Dourado (2019) apresenta uma análise da relação Estado, democracia e educação no Brasil que colabora com a compreensão de como os programas de governo têm afetado historicamente o ciclo das políticas públicas voltadas para a educação no Brasil. O autor apresenta em sua análise uma contextualização histórica sobre o processo de constituição do Estado brasileiro desde o período colonial, até o contexto atual. No entanto, aqui considero apenas a análise das ações de governos pós Constituição de 1988, que estabelece o marco temporal de retomada do processo de democratização do Brasil após o

golpe militar de 1964. Para ilustrar o impacto que as decisões tomadas pelo governo incidem sobre as políticas educacionais, considera-se a análise apresentada por Dourado (2019) a partir da década de 1990.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foi eleito presidente do Brasil e sua agenda priorizou a reforma do Estado pautada na reestruturação da economia, minimizando o papel do mesmo frente às questões sociais e fortalecendo a privatização da administração dos recursos públicos. Isso resultou em certo abandono das pautas ligadas às políticas sociais e, portanto, de políticas voltadas para a educação pública, indo na contramão da proposta de construção de um Estado comprometido com o bem estar social apresentada na Constituição de 1988 (DOURADO, 2019).

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), é eleito e inicia seu governo com uma coalizão política diversificada e voltada para ampliação dos direitos sociais tendo como parâmetro para o papel do Estado as definições da Constituição de 1988. Sem romper com as políticas de expansão do capital, o governo Lula estabeleceu um contexto de “alargamento dos direitos sociais e coletivos, entre eles a educação” (DOURADO, 2019, p. 8).

As principais políticas públicas elaboradas e/ou implementadas durante o governo Lula voltadas para a educação no setor público foram:

[...] criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o estabelecimento de piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica pela lei nº 11.738/2008; a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que instituiu a ampliação da educação básica obrigatória - passando do ensino fundamental obrigatório para a educação de 4 a 17 anos (envolvendo a obrigatoriedade da oferta e universalização do pré-escolar, ensino fundamental e do ensino médio); a definição de que o Plano Nacional de Educação (PNE), de duração decenal, deve ser estabelecido por lei, com o objetivo articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas e o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; a expansão e duplicação das matrículas na educação superior pública federal (criação, consolidação e interiorização de universidades e Institutos Federais) (DOURADO, 2019, p.8-9).

No governo Dilma Rousseff (2011-2016), destaca-se, no campo da educação, a “continuidade das políticas em curso, sobretudo no primeiro mandato” (DOURADO, 2019), ainda que o segundo mandato tenha sido interrompido por um processo de impeachment. A presidenta Dilma sancionou a Lei nº 13.005/2014, que aprovou a implementação do PNE

2014-2024. Também foram formuladas políticas para efetivação desse plano, dentre elas a Resolução CNE/CES nº 2/2015 (BRASIL, 2015), que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a formação de profissionais do magistério da educação básica e a Resolução CNE/CES nº 2/2016 (BRASIL, 2016), tratando das diretrizes de formação dos funcionários da educação básica.

O governo de Michel Temer (2016-2018) foi iniciado após o impeachment da presidente Dilma, em acordo com a análise de Dourado (2019). Foi marcado por uma gestão do Estado brasileiro que contraria a finalidade expressa na Constituição de 1988. Esta, no texto de seu preâmbulo, afirma que o Estado brasileiro é destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça” (BRASIL, 1988, p. 9). No entanto, Temer trabalhou para o desmonte das conquistas sociais implementando um projeto de governo “societário excludente, expressão das demandas das classes dirigentes em sintonia ao movimento global de reestruturação capitalista” (DOURADO, 2019, p. 10).

As ações do governo Temer de maior impacto para educação foram a aprovação da emenda constitucional nº 95/2016 que “[n]a prática, significa o congelamento das despesas primárias, acarretando grande impacto para as políticas sociais e, neste contexto, para a educação e o cumprimento do PNE” (DOURADO, 2019, p.11). Outra lei importante aprovada foi a Lei nº 13.415/2017, que regulamenta a reforma do ensino médio e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular.

O governo em curso no Brasil é o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-Atual) e apresenta como agenda:

[...] reforço da agenda neoliberal e ultraconservadora, cujas sinalizações e políticas caminham para o aprofundamento das políticas de ajustes neoliberais, incluindo a retomada e aprofundamento da proposta de reforma previdenciária, intensificação do processo de privatização do público, retrocessos nas agendas das políticas públicas e, no campo educacional, por redirecionamento conservador das políticas para a área, pela secundarização do PNE e por expressivos cortes nos orçamentos, com especial destaque para as instituições de educação superior federais e para a educação básica pública, entre outras. (DOURADO, 2019, p.11).

De 2019, ano de realização da análise de Dourado (2019) para hoje, ocorreram muitas mudanças no cenário educacional. Em 2020, o contexto de pandemia causado pelo alto índice de contaminação e morte pela infecção do novo coronavírus (covid-19), levou ao fechamento das escolas e adoção do ensino remoto como medida emergencial. Esse tipo de ensino tem sido um grande desafio para os representantes do Estado, educadores, estudantes e familiares

que passaram a compor um contexto de ensino e aprendizagem numa perspectiva nunca antes vivenciada. É certo que acarretará em variadas consequências futuras para educação no Brasil. Como foi possível observar até aqui, o impacto presente e futuro desse contexto para os cidadãos brasileiros está condicionado às ações que forem implementadas pelo Estado brasileiro ao longo desse processo.

A condição de Estado democrático de direito implica diretamente na elaboração e implementação das políticas públicas no Brasil. Estas devem promover a garantia dos direitos mínimos do indivíduo humano, considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, independente do governo em exercício. Ainda que esse contexto seja marcado por muitas contradições e disputas, que não serão abordadas por essa pesquisa, é partindo dessas considerações que se desenhou a análise das políticas públicas voltadas para a educação infantil no Brasil presente neste trabalho.

No apêndice 1, as políticas públicas voltadas para a educação infantil em vigência no Brasil estão expostas e organizadas em ordem cronológica. É importante ressaltar que foram consideradas apenas as políticas públicas com valor de lei federal, ou seja, válidas para todo o território nacional.

### 3.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO DA CRIANÇA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), definido na Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, foi elaborado logo após a Constituição de 1988. Esse documento estabelece os direitos da criança e do adolescente em diferentes relações e situações no contexto da sociedade ao artigo 227 da Constituição

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 132)

Segundo Morelli, Silvestre e Gomes (2000), o ECA representa um avanço na legislação brasileira ao apresentar novos parâmetros para as relações entre os adultos e as crianças. Apesar de ter sido formulado a partir de um processo de ampla discussão com a participação da sociedade civil e movimentos sociais, ainda sofre resistência no contexto social contemporâneo. A respeito disso, os autores sinalizam que:

Essa resistência, e mesmo o pronunciamento de críticas ferozes contra a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, apresenta claramente dois traços de nossa

cultura patriarcal e patrimonial (Costa, 1989): a inexistência de uma relação baseada nos direitos entre indivíduo e Estado, e uma relação de domínio dos adultos sobre as crianças. A falta de uma noção de "possuir" direitos, e de mecanismos que garantam o acesso a eles, cria uma enorme barreira na aceitação das garantias necessárias ao desenvolvimento de todas as crianças e de todos os adolescentes. Exemplo disso é a dificuldade de convencer a população em geral da importância do teor dessa lei. (MORELLI, SILVESTRE e GOMES, 2000, p. 66).

Os pesquisadores também enfatizam a importância em tornar o ECA cada vez mais conhecido e compreendido, ao argumentar que:

[...] historicamente, a legislação primou por ações governamentais e não-governamentais relacionadas à criança e ao adolescente baseadas na caridade e na repressão. Essa constatação é importante quando pretendemos desenvolver qualquer tipo de análise ou implantar alguma ação nessa área. Torna-se cada vez mais necessário um amplo esclarecimento sobre direitos, sobre garantias mínimas de vida saudável e, o mais importante, deixar claro que os avanços legais de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes representam a possibilidade de ampliar ou de criar condições para que essa preocupação seja constante. (MORELLI, SILVESTRE e GOMES, 2000, p.68).

Morelli, Silvestre e Gomes (2000) também sinalizam que o ECA conta com uma estrutura político-administrativa descentralizada, com participação dos governos, organizações não governamentais e da sociedade civil organizada. Essa descentralização tem por objetivo promover avanços na garantia dos direitos da criança e do adolescente, contando com órgãos de diferentes instâncias nos níveis federal, estadual, regional, municipal e local. No entanto, a única instituição pública executora e fiscalizadora do ECA é o conselho tutelar, que atua em nível municipal.

A estrutura Federal do Estatuto é formada pelo Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que atua na instância de representação política; pela Conferência Nacional, que delibera, avalia e propõe diretrizes; pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que delibera sobre o plano e fiscaliza suas ações; pelo Ministério da Justiça/Departamento nacional da Criança e do Adolescente, que coordena e executa a política e pelos Fundos para a Infância e Adolescência Federal, que financiam as ações voltadas para implementação do ECA como política pública.

É importante destacar que todas as instituições governamentais ou não têm suas ações limitadas ao contexto da sociedade brasileira. É preciso considerar também o governo em exercício e o espaço ocupado pelas políticas sociais na agenda deste mesmo governo. Como já foi dito no tópico anterior, a partir das análises de Höfling (2001), as concepções de Estado de cada governo interferem diretamente na elaboração e implementação das políticas públicas.

Todas as definições e providências apresentadas no ECA são de extrema importância para o reconhecimento tanto da criança quanto do adolescente como cidadãos. Embora o foco do presente trabalho esteja voltado para a educação enquanto direito da criança, não há como ignorar o fato de que o ECA trata de maneira intrínseca a criança e o adolescente, ainda que haja especificidades para a infância e para adolescência. Isso resgata a defesa de Nascimento e Cury (2020) ao abordarem a qualidade da educação tendo como horizonte a proteção integral da criança e do adolescente. Os autores apresentam uma análise atualizada do contexto nacional quando se trata da situação do direito à proteção integral da criança e do adolescente.

Nascimento e Cury (2020) afirmam que os direitos da criança e sua condição de sujeito de direito estão em risco por causa da desigualdade social e econômica que separa ricos e pobres no Brasil. Essa desigualdade foi agravada pela aprovação da da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 e mostra a omissão do Estado na busca pela redução dessas desigualdades Além disso, esse agravamento se tornou ainda mais profundo por conta da pandemia. Os autores também denunciam que, no atual contexto da política brasileira, há uma movimentação em prol da revogação parcial ou total do ECA. Esta se caracteriza pela apresentação de projetos de leis que implicam na supressão dos direitos da criança e do adolescente. Outra denúncia importante apresentada pelos autores é que, embora a proteção integral da criança (garantida pelos direito listados na Constituição e no ECA, dentre eles a educação) apareça nos documentos como responsabilidade do Estado, comunidade e família, na prática social brasileira “[...] os direitos podem ser percebidos como concessão e outorga do Estado, dependendo da vontade pessoal ou do arbítrio do governante” (NASCIMENTO e CURY, 2020, p.681-682). Os autores também afirmam que:

Desse modo, os direitos são precariamente efetivados, porque pouco passam pelo campo da exigibilidade, seja formal ou informal. No que se refere à qualidade da educação, nesse modo de agir, ela vai se restringindo ao campo do privilégio, destinado a uma pequena camada da sociedade. (NASCIMENTO e CURY, 2020, p.682).

Nascimento e Cury (2020) pontuam que a dificuldade em avançar na efetivação de direitos pode ser observada em várias sociedades em diferentes momentos históricos. Eles destacam que a educação é a porta de entrada para o acesso aos outros direitos. É por meio dos processos educacionais e na cultura que está a possibilidade de formar indivíduos com condições de “participar ativamente de todos os espaços sociais e dos destinos políticos locais e globais” (NASCIMENTO e CURY, 2020, p. 683), ou seja, formar cidadãos plenos, cientes de seus direitos e responsabilidades.

Todas as informações, definições, apontamentos, reflexões e observações apresentados até aqui foram organizadas e articuladas na tentativa de contextualizar a educação infantil institucionalizada e pública como direito social da criança e responsabilidade do Estado. No cerne de seus objetivos está a redução da distância entre a realidade social do Brasil e o ideal de sociedade proposto na Constituição Federal de 1988, a saber uma “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias” (BRASIL, 1988, p. 9).

O reconhecimento da importância da educação como direito social, e nesse contexto, a educação infantil como direito da criança, é primordial para o processo de transformação social voltado para redução das desigualdades e garantia dos direitos sociais. As análises apresentadas até aqui permitem considerar que o reconhecimento e a atribuição de importância de um direito só é possível ao indivíduo após a experiência de saber da existência desse mesmo direito. Assim, foram selecionados os textos da CF de 1988, do ECA e da LDB de 1996, considerados pertinentes na definição da educação infantil como direito social, para serem listados e organizados no apêndice 2.

O próximo item abordará a educação infantil pela lente da Teoria Crítica, destacando as contribuições da mesma para a reflexão sobre a educação como processo de formação para exercício da cidadania na educação infantil. A abordagem é feita a partir da definição dos marcos que caracterizam a teoria crítica apresentados no trabalho de Fleck (2017); da análise dos conceitos de educação e emancipação presentes na obra *Educação e Emancipação* de Adorno e dos resumos de 5 dos trabalhos pré-selecionados no levantamento bibliográfico. Destacam-se também as considerações que tratam da importância da formação da criança para o exercício de uma cidadania emancipada no Brasil.

#### 4 CIDADANIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

Para ampliar a compreensão da Teoria Crítica como lente para análise da educação infantil no contexto atual do Brasil, este item retoma o trabalho de Fleck (2017) citado na introdução do trabalho. Fleck apresenta uma análise sobre os aspectos que podem ser considerados na definição do que é a Teoria Crítica. Apresento o levantamento das observações de Adorno (1970) sobre educação e emancipação, dos dados do levantamento bibliográfico a partir dos descritores “teoria crítica” e “educação infantil”. Deste levantamento, cinco trabalhos foram selecionados para exemplificar possibilidades de análise da educação infantil numa perspectiva crítica. Os dados para consulta dos demais trabalhos encontrados estão disponíveis nas tabelas do levantamento bibliográfico apresentadas no apêndice 3.

Em sua análise, Fleck (2017) aponta que a origem da teoria crítica se vincula ao projeto de pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt na Alemanha. A proposta desse projeto era desenvolver uma teoria social em contraposição ao que Horkheimer definiu como teoria tradicional. Isso seria possível a partir de uma análise crítica da sociedade, retomando as problemáticas apresentadas por Karl Marx. Fleck aponta que:

[p]arte significativa do projeto da teoria crítica em suas primeiras décadas pode ser compreendida a partir da necessidade de atualizar o diagnóstico marxiano, isto é, de perceber quais foram as principais alterações que ocorreram na sociedade ao longo das seis décadas passadas desde que O Capital havia sido escrito. Para tanto, a análise das transformações econômicas é necessária, mas certamente não mais suficiente para compreender o que fazia com que os homens não conseguissem se emancipar das situações que os dominavam e os oprimiam. (FLECK, 2017, p. 102).

Neste processo de análise crítica da sociedade, os pesquisadores do Instituto identificaram a necessidade de recorrer à psicanálise para tentar compreender o porquê de a classe trabalhadora apresentar um comportamento contrário aos seus próprios interesses. Essas pesquisas iniciais, embora consideradas como as origens da Teoria Crítica, não são assim chamadas. Fleck chama a atenção para o fato de que o “texto programático de Horkheimer não estabelece uma definição para o que seria uma Teoria Crítica” (FLECK, 2017, p. 102). A apresentação que o autor faz sobre o programa de Horkheimer, que serviu de referência para os trabalhos realizados no instituto entre 1930 e 1960, permite identificar os elementos mais relevantes, do viés da análise a ser desenvolvida pelos pesquisadores. Horkheimer organiza-os em três eixos.

O primeiro eixo apresenta o posicionamento sobre a interdisciplinaridade da pesquisa na elaboração dos trabalhos na perspectiva da Teoria Crítica:

O primeiro eixo é uma recusa consciente e deliberada pela divisão do trabalho científico então em curso. A teoria social vivia então um processo de fragmentação, de forma que parte dela passava a ser objeto da sociologia, parte da psicologia social, parte da economia e parte da filosofia. Este processo, que por um lado era positivo na medida em que permitia um maior refinamento nas investigações, era por outro lado negativo por separar tanto a pesquisa empírica da especulação conceitual quanto a explicação da crítica. A teoria crítica se insurgia contra isto precisamente propondo um tipo de pesquisa interdisciplinar, ou mesmo não disciplinar, que permitisse investigar processos sociais em seus mais diferentes aspectos e, sobretudo, em seus cruzamentos. Em outras palavras, cabia mostrar como se entrecruzavam a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e as transformações na esfera da cultura, em vez de tratar estes como campos separados e sem relação. Para tanto, era preciso vincular a pesquisa empírica com a especulação conceitual, buscando nos detalhes indícios das grandes transformações sociais. (FLECK, 2017, p.113-114).

O segundo eixo estabelece como a Teoria Crítica analisa a relação entre sujeito e objeto e estabelece a função social da produção teórica na percepção dos frankfurtianos que Fleck chama de primeira geração. Suas produções foram elaboradas considerando o programa de Horkheimer no período entre 1930 e 1960:

O segundo eixo é composto pelo caráter fortemente materialista da crítica social elaborada pelos frankfurtianos. Materialismo significa, então, que embora sujeito e objeto se codeterminem, que constituam a si mesmos por meio de seu confronto mútuo, o objeto tem certa prioridade. Tal prioridade é indicio de que toda elucubração teórica é, em certa medida, secundária, posterior e mesmo oriunda de uma situação material. Em outras palavras, a prioridade do objeto significa que os homens teorizam a partir e por causa de suas insatisfações, de seus sofrimentos, e que a teoria, quando não fetichizada e convertida em uma finalidade em si mesma, é um instrumento que busca remediar ou abolir estas insatisfações e sofrimentos. A teoria que se sabe um esforço para remediar ou abolir o sofrimento não precisa se ocupar (e nem deveria) com modelos ou situações ideais, pelo contrário, ela parte da crítica das injustiças e dos sofrimentos sociais patentes que poderiam, dado o desenvolvimento técnico alcançado pela humanidade, ser abolidos por meio de transformações sociais. Posto que ela não necessita fundamentar a si mesma, ela pode partir diretamente da observação das tendências sociais, isto é, das transformações então em curso. Perceber a sociedade como algo em movimento é imprescindível para uma teoria que não busca apenas compreender o que está ocorrendo, mas intervir neste processo, fomentando o que pode haver nele de emancipatório e resistindo ao que nele há de regressivo. Em outras palavras, o programa delineado por Horkheimer diz que a teoria deve começar pela construção do diagnóstico mais preciso possível da situação social presente (FLECK, 2017, p. 114-115).

O terceiro eixo traz a análise sobre o objetivo da Teoria Crítica e a diferença entre o teórico crítico e o teórico tradicional:

O terceiro e último eixo do projeto original da teoria crítica que serviu, em suas linhas gerais, como orientação para a teoria crítica desenvolvida entre os anos 1930 e

1960 diz respeito ao objetivo da própria teoria e aos meios pelos quais ela poderia alcançá-lo. Como já mencionado, a teoria crítica que sempre tem por objeto a sociedade – não quer simplesmente compreender seu objeto, mas sim transformá-lo. Seu objetivo, portanto, não é ele mesmo teórico, e sim prático: trata-se de uma teoria que se vê como um instrumento para emancipação dos homens daquelas situações que o exploram, oprimem e dominam. Para tanto, a teoria crítica não deve se vincular a um grupo social supostamente oprimido, servindo como porta-voz de suas demandas. Pelo contrário, é apenas mantendo a sua própria independência que ela pode não ceder em seu teor crítico. Uma vez que a dominação se reproduz por meio destas pessoas, inclusive daquelas que se encontram nas piores situações, a teoria crítica tem por objetivo torná-las conscientes de sua situação objetiva para que não cooperem com as forças que as oprimem. Para tanto, é necessário que a teoria se confronte às visões de mundo dos concernidos, em vez de simplesmente reforçá-las. Em outras palavras, caberia ao teórico crítico mostrar como os sofrimentos e fracassos pessoais são determinados socialmente e desnecessários, ainda mais quando a ideologia insiste em privatizá-los.[...] o teórico crítico se diferencia do tradicional por não se encontrar cindido em um teórico especializado, por um lado, e um cidadão, por outro. Sua teoria é engajada, ela mesma surge das inquietações cidadãs, de forma que as intervenções nos debates públicos é consequência do desdobramento e da fecundidade de suas investigações. Assim, a teoria crítica se caracteriza também pelo alto nível de reflexividade: trata-se de uma teoria que precisa ser consciente de suas intervenções, do contexto e das relações de força em que está inserida, da divisão do trabalho social e dos males decorrentes dela (FLECK, 2017, p. 115-116).

Os três eixos apresentados por Fleck (2017), após sua análise da Teoria Crítica como objeto de estudo, fazem parte de um trabalho onde ele se propõe a responder a questão: o que é Teoria Crítica? Para isso, o autor descreve o percurso histórico dessa produção teórica, apresenta informações, questiona e faz críticas ao uso irrefletido do termo Teoria Crítica no meio acadêmico.

Após a década de 1960, o Instituto passa por uma guinada epistemológica e, como consequência, os trabalhos produzidos fogem da perspectiva teórica presente na proposta de Horkheimer. Quanto a isso, Fleck faz a seguinte crítica:

[...] a teoria crítica posterior à guinada epistêmica recorre às teorias da psicologia social, da economia e da sociologia, mas não mais as desenvolveram. Ocuparam-se tão somente da função filosófica de reuni-las em teorias da sociedade que operam em altos níveis de abstração, quando não arrogaram a si mesmas o direito de ditar programas para as ciências sociais. (FLECK, 2017, p. 122).

As observações de Fleck (2017) auxiliam na percepção de que a Teoria Crítica é uma categoria com especificidades na abordagem do objeto, objetivo da produção teórica e condição do próprio teórico. Este não deve se dividir entre pesquisador e cidadão, mas sim ser um cidadão que analisa, pensa e teoriza sobre a realidade no qual está inserido. O marco temporal, percebido e descrito por Fleck (2017) em sua pesquisa como guinada epistemológica, é de grande importância para este trabalho, porque, para pensar a educação infantil numa perspectiva de formação para exercício da cidadania, uma das referências é

produção de Theodor Adorno, que elaborou seus trabalhos observando os três eixos da proposta de Horkheimer. Adorno teorizou sobre a sociedade alemã como pesquisador e cidadão, elaborando reflexões sobre as instituições e relações sociais que podem ser aplicadas a quaisquer organizações sociais que se estruturam socialmente pela divisão de classes, pela lógica capitalista e produção industrial. É importante ressaltar que o contexto analisado por Adorno é marcado pelo nazismo, o qual serviu de justificativa para a perseguição e genocídio do povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial.

#### 4.1 EDUCAÇÃO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMANCIPADA NO BRASIL

Theodor W. Adorno nasceu na Alemanha, em 1903, filho de um judeu e uma italiana. Na década de 1930, emigrou para os Estados Unidos para fugir das perseguições nazistas aos judeus. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, Adorno retornou à Alemanha e passou a fazer parte do grupo de teóricos da Escola de Frankfurt, onde eram realizados estudos sobre os pensamentos filosóficos e sociológicos e pesquisa social fundamentada na teoria marxista.

A produção de Adorno é marcada pela interdisciplinaridade, ou seja, em sua escrita, aparecem referências à Sociologia, Filosofia, Psicologia, Literatura e Música. Pode-se dizer que Adorno, como homem do seu tempo e do seu lugar, empreendeu uma análise social nos termos orientados por Horkheimer.

O livro *Educação e Emancipação* (1970) apresenta a organização de quatro conferências redigidas por Adorno para impressão e quatro conversas com Hellmut Becker e Gerd Kadelbach. As conversas foram transcritas a partir de gravações das participações de Adorno na série “Questões educacionais da atualidade”, produzida pela Divisão de Educação e Cultura da Rádio do Estado de Hessen, na Alemanha.

Este tópico apresenta uma seleção das reflexões sobre os conceitos de educação e emancipação apresentados na obra supracitada, a fim de estabelecer o diálogo entre o que Adorno define como educação emancipadora e o que penso sobre a educação infantil para exercício da cidadania emancipada no contexto da sociedade brasileira. As falas de Adorno, em grande parte da obra analisada, estão contextualizadas em uma interlocução. As falas de seus interlocutores, embora não tenham sido ignoradas na leitura, não foram citadas nesta pesquisa. Minha intenção é expor apenas as considerações de Adorno acerca dos conceitos abordados.

Sempre que se menciona o termo “educação” neste trabalho, fala-se da educação institucionalizada e pública. Por isso, inicialmente, são abordadas as considerações de Adorno

sobre a escola, embora o filósofo não estabeleça distinção entre público e privado nos textos analisados. No que diz respeito ao objetivo da escola, Adorno afirma que a “desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência, esse deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades” (ADORNO, 1970, p.126).

De uma maneira geral, Adorno entende barbárie como “[...] o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura; não deve haver dúvidas quanto a isso” (ADORNO, 1970, p.126). Ao contextualizar a barbárie em uma esfera social, ele diz que:

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação à sua própria civilização - e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isso que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por essa prioridade. (ADORNO, 1970, p.169).

O filósofo questiona a necessidade da escola em se estabelecer como um espaço com regulamentação própria que se difere da maneira como a vida em sociedade se organiza. Simultaneamente, reconhece o risco de a escola perder seu caráter de amparo e formação caso se abra totalmente ao que é externo a ela sem restrições. Assim, é possível dizer que a escola, ao mesmo tempo em que pode atuar na formação contra a barbárie, também pode se constituir como local que oferece amparo às vítimas da barbárie. Quanto às possibilidades da escola nesse contexto, Adorno (1970) aponta as dificuldades e possibilidades da escola ao dizer que:

Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isso. Mas se a barbárie, a terrível sombra sobre a nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. (ADORNO, 1970, p.126).

Assim, se, por um lado, as condições da escola para resistir à barbárie são mínimas, por outro lado, é na escola e pela formação cultural que pode ocorrer um importante avanço no trabalho para desbarbarização da sociedade que é “a desbarbarização das pessoas individualmente” (ADORNO, 1970, p.126). Levando isso em consideração, é possível apresentar algumas observações que contextualizam a barbárie na sociedade brasileira. A Constituição Federal de 1988 define os parâmetros das relações sociais, então pode-se considerá-la como uma marco máximo para o que é um posicionamento civilizado ou não nas mais variadas circunstâncias e relações sociais. A Constituição Federal também pode ser

considerada um recurso tecnológico de organização social, o que possibilita afirmar que toda ação e posicionamento que desrespeite os princípios constitucionais, para além da definição geral de barbárie explicitada por Adorno (1970), constitui-se em ação e posicionamento bárbaro.

No que diz respeito ao papel da escola na desbarbarização do indivíduo brasileiro, entendo que esta desbarbarização seria o alcance de uma formação que possibilitasse aos indivíduos pautar suas ações e posicionamentos considerando, no mínimo, os princípios constitucionais. Digo no mínimo porque penso que a formação humana não deve se limitar a um contexto específico. Dessa forma, haveria um estreitamento entre o ideal de sociedade prescrito na Constituição Federal de 1988 e a realidade social experimentada pelos indivíduos. Isso se caracteriza como o avanço da desbarbarização individual para a transformação social e isso só será possível se a educação para a desbarbarização for implementada em todas as etapas do ensino, o que inclui a educação infantil.

Sobre a educação em si, Adorno destaca que a exigência básica é “[...] que Auschwitz não se repita” (ADORNO, 1970, p.129). Ao analisar essa afirmação, não se deve ler Auschwitz apenas como o complexo de campos de concentração e campo de execução na Polônia. É necessário ler Auschwitz como ápice da barbárie em uma sociedade, quando esta decide pelo genocídio. Esse ápice pode ser de maneira explícita, como aconteceu na Alemanha com as ações nazistas e em diferentes lugares do mundo e períodos históricos, ou de maneira implícita. Nesse caso, o simples ato de omissão do Estado e da sociedade civil diante das demandas de um grupo específico de indivíduos é suficiente para que este seja indiretamente assassinado. Auschwitz é também um marco temporal tanto para a sociedade alemã quanto para a humanidade.

Apesar da não visibilidade atual dos infortúnios, a pressão social continua se impondo. Ela impele as pessoas em direção ao que é indescritível e que, nos termos da história mundial, culminaria em Auschwitz. Dentre os conhecimentos proporcionados por Freud, efetivamente relacionados e inclusive à cultura e à sociologia, uma dos mais perspicazes parece-me ser aquele de que a civilização, por seu turno, origina e fortalece progressivamente o que é anticivilizatório. Justamente no que diz respeito a Auschwitz, os seus ensaios *O mal-estar na cultura e Psicologia de massas e análise do eu* mereceriam a mais ampla divulgação. Se a barbárie encontra-se no próprio princípio civilizatório, então pretender se opor a isso tem algo de desesperador (ADORNO, 1970, p.129-130, grifos do autor).

Outro conceito importante no pensamento de Adorno é a pressão para a adaptação. Sobre isso, o filósofo alemão afirma:

Pelo fato de o processo de adaptação ser tão desmesuradamente forçado por todo o contexto em que os homens vivem, eles precisam impor a adaptação a si mesmos de um modo dolorido, exagerando o realismo em relação a si mesmos e, nos termos de Freud, identificando-se ao agressor. A crítica desse realismo supervalorizado parece-me ser uma das tarefas educacionais mais decisivas, a ser implementada, entretanto, já na primeira infância. (ADORNO, 1970, p.157).

Já contra o realismo supervalorizado, Adorno apresenta a seguinte reflexão:

Mas aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo - a relação entre as formas e estruturas de pensamentos do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nessa medida e nos termos que procuramos expor, a educação para experiência é idêntica à educação para a emancipação (ADORNO, 1970, p.164).

Se a barbárie está presente no princípio civilizatório pelo processo de adaptação onde o indivíduo se identifica com seu agressor e pela supervalorização do real, uma educação contra a barbárie em uma sociedade tida como civilizada só é possível quando possibilita ao indivíduo o questionamento do real, e a superação da mera adaptação. Uma educação emancipadora deve se opor à realidade em que “as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias” (ADORNO, 1970, p. 132). Sobre a emancipação do indivíduo Adorno afirma que:

O Indivíduo só se emancipa quando se liberta do imediatismo das relações de maneira alguma são naturais, mas constituem meramente resíduos de um desenvolvimento histórico já superado, de um morto que nem ao menos sabe de si mesmo que está morto. (ADORNO, 1970, p.73).

Falar de emancipação é falar de tornar livre, libertar e, principalmente, tornar o indivíduo responsável por si mesmo e por suas escolhas e ações. Essa responsabilidade não é atribuída por outros, mas é resultado de uma consciência de si mesmo. Ela possibilita que a pessoa pautе suas decisões e ações em análises que vão além do que está proposto como situação real. Quando Adorno trabalha o imediatismo das relações como não naturais e sim resíduo de um desenvolvimento histórico, ele possibilita pensar sobre os parâmetros para as mais diversas relações na sociedade, mas chama atenção para as relações do indivíduo com o Estado.

A partir da teoria adorniana, é possível notar que, apesar de viver em um Estado Democrático de Direito, a maioria dos brasileiros abre mão da condição de indivíduo de direito e aceita, complacente, o que acontece ao seu redor. Apesar do sofrimento e da

violência a que são submetidas, essas pessoas aceitam o pensamento de que “as coisas são assim mesmo”. Na verdade, as coisas não são assim; elas estão assim. A desigualdade, a exclusão, o genocídio e toda forma de preconceito e violência não são naturais: são resíduos de um passado que precisa ser superado. A Constituição Federal de 1988 é o marco temporal para esse passado - a ditadura militar, o descaso com o povo e as políticas públicas - e a possibilidade de um futuro emancipado, voltado para a cidadania e a luta contra a barbárie.

Assim, a emancipação do indivíduo na sociedade brasileira só é possível a partir do conhecimento e reconhecimento de seus direitos como conquista inalienável. Esse (re)conhecimento permite que, no exercício de sua cidadania, o indivíduo se aproprie do seu espaço e poder no contexto democrático. Isso só será possível se a educação, em todas as etapas do ensino no Brasil e, como o próprio Adorno (1970) aponta, se ocupe da formação para exercício da cidadania e para a emancipação.

No texto a seguir, Adorno (1970) aponta para o fato de que a relação do indivíduo com o Estado não deve ser de subordinação:

Finalmente, o centro de toda educação política deveria ser que Auschwitz não se repita, isso só será possível na medida em que ela se ocupe da mais importante das questões sem receio de contrariar quaisquer potências. Para isso teria de se transformar em sociologia, informando acerca do jogo de forças localizado por trás da superfície das formas políticas. Seria necessário tratar criticamente um conceito tão respeitável como o da razão de Estado, para citar apenas um modelo: na medida em que colocamos o direito do Estado acima do de seus integrantes, o terror já passa a estar potencialmente presente (ADORNO, 1970, p.148-149).

Para nós, brasileiros, o modelo citado por Adorno é pertinente e atual. Quando, em 2016, foi aprovada a Emenda Constitucional de nº 95, os interesses do Estado sob a égide da “necessidade” de se estabelecer um novo regime fiscal, estabeleceram limite orçamentário por 20 anos. Este afeta todas as esferas de serviços voltados para a educação, saúde e direito previdenciário, ou seja, os serviços relacionados às políticas sociais.

O trabalho de Dourado (2019) faz referência aos impactos dessa emenda para a educação, mas esta causou certo “terror” na saúde pública. Essa emenda constitucional definiu que, para organização fiscal do Estado, os brasileiros devem “pagar a conta” com a própria vida. Na verdade, isso não se aplica a todos os brasileiros, mas a um grupo específico: o dos pobres, que não podem pagar pelos serviços de saúde na rede privada. Dessa forma, a Emenda Constitucional nº 95/206 é um ato de genocídio da população pobre do Brasil. Além disso, é preciso salientar que ela não restringiu o orçamento de um serviço de saúde pública com amplo e efetivo funcionamento, mas sim de um sistema que já era precário e para o qual

deveria haver mais investimentos. Esse sistema entrou em colapso no contexto de pandemia, causada pela alta contaminação por covid-19, e por conta de uma série de medidas “equivocadas” do atual governo, as quais favoreceram a proliferação do vírus e geraram um número altíssimo de fatalidades.

Embora sejam áreas distintas, saúde e educação são relacionadas. A criança precisa de educação, mas, acima de tudo, precisa estar viva e saudável. No modelo vigente, faz-se necessário educar nossas crianças, especialmente as das classes sociais mais baixas, maioria do público atendido pelas instituições públicas de educação infantil, para que percebam que têm direito à saúde. Têm direito não só ao atendimento médico e hospital, mas também a todos os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

Como já foi mencionado e tendo como referência o trabalho de Dourado (2019), os governos têm papel decisivo na implementação e manutenção de políticas públicas. O atual presidente votou a favor da Emenda Constitucional de nº 95/2016 quando ainda era deputado federal. Esse fato por si só dispensa a análise do que ele tem feito enquanto chefe de Estado e Governo. Além disso, mostra o quanto se faz necessário uma educação para a emancipação no Brasil, porque os brasileiros das classes mais baixas foram às urnas em 2018 e elegeram uma agenda política de desmonte do bem estar social. Votaram, portanto, contra si mesmos. Elegeram a própria barbárie. Adorno (1970) diz que uma sociedade democrática só é possível quando formada por indivíduos emancipados e os aspectos de sociedade brasileira evidenciados até aqui abrem espaço para o questionamento sobre a efetividade do caráter democrático da República Federativa do Brasil:

A democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas. Para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir do seu próprio entendimento. (ADORNO, 1970, p.185).

Sem indivíduos com aptidão, ou seja, formação política e coragem de seguir o próprio entendimento, há uma democracia não efetiva e apenas através da educação para emancipação torna possível uma democracia efetiva. Nas palavras de Adorno:

A seguir e assumindo o risco, gostaria de apresentar a minha concepção inicial de *educação*. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir dos seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a *produção de uma consciência verdadeira*. Isso seria inclusive a maior importância política; sua idéia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só

pode ser imaginada como uma sociedade de quem é emancipado (ADORNO, 1970, p.154 grifos do autor).

Um aspecto importante a ser considerado é a compreensão de que as dificuldades encontradas na organização social e na estruturação do ensino para construir uma educação emancipadora são várias. Sobre isso, Adorno apresenta a seguinte reflexão:

O motivo evidentemente é a contradição social; é que a organização social em que vivemos continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações; enquanto isso ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos dessa configuração heterônoma que se desviou da mesma em sua consciência. É claro que isso chega até às instituições, até à discussão acerca da educação política e outras questões semelhantes. O problema propriamente dito da emancipação hoje é se e como agente - e quem é "agente", eis uma grande questão a mais - pode enfrentá-lo (ADORNO, 1970, p.198-199).

Outra dificuldade a ser enfrentada é o enfrentamento de opositores à educação emancipadora expressa na constatação de que:

Quero atentar expressamente para esse risco. E isso simplesmente porque não só a sociedade, tal como ela existe, mantém o homem não emancipado, mas porque qualquer tentativa séria de conduzir a sociedade à emancipação - evito de propósito a palavra "educar" - é submetida a resistências enormes, e porque tudo o que há de ruim no mundo imediatamente encontra seus advogados loquazes, que procurarão demonstrar que, justamente o que pretendemos, encontra-se a muito superado ou então está desatualizado ou é utópico. Prefiro encerrar a conversa sugerindo à atenção dos nossos ouvintes o fenômeno de que, justamente quando é grande a ânsia de transformar, a repressão se torna muito fácil; que as tentativas de transformar efetivamente o mundo num aspecto específico qualquer imediatamente são submetidas à potência avassaladora do existente e parecem condenadas à impotência. Aquele que quer transformar provavelmente só poderá fazê-lo na medida em que converter essa impotência, ela mesma, juntamente com a sua própria impotência, em um momento daquilo que ele pensa e talvez também daquilo que ele faz (ADORNO, 1970, p.202).

A percepção dessas dificuldades é necessária para que haja condições de elaborar posicionamentos em prol de uma educação emancipadora por meio da resistência. Adorno menciona que a educação para emancipação como educação para contestação e a resistência nos seguintes termos:

Mesmo correndo o risco de ser taxado de filósofo, o que, afinal, sou, diria que a figura em que a emancipação se concretiza hoje em dia, e que não pode ser pressuposta sem mais nem menos, uma vez que ainda precisa ser elaborada em todos, mas realmente em todos os planos de nossa vida, e que portanto, a única concretização efetiva de emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nessa direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência. (ADORNO, 1970, p.200).

Há muito a ser contestado em nossa sociedade, muito a que se deve resistir. É nossa responsabilidade, e quando digo nossa me refiro a toda e qualquer pessoa independente do nível de formação e área de atuação, enfrentar a barbárie, a fim de que as crianças possam se livrar do “resíduo de um passado morto” (ADORNO, 1970, p.) e possam crescer emancipadas. A educação infantil nas instituições públicas no Brasil só será uma educação para emancipação quando possibilitar às crianças a percepção de si mesmas como indivíduos de direito e cidadãos plenos, com condições de exercer de maneira autônoma seu papel social. Uma educação nesse sentido se associa à oferta efetiva do amparo às crianças quando vítimas da barbárie em suas relações sociais e/ou familiares.

Pode-se dizer que o que foi identificado na conclusão da análise é que as avaliações tendem a verificar o quanto o processo educacional favoreceu a adaptação da criança a um padrão pré-determinado de saberes. Essa denúncia permite destacar a necessidade do desenvolvimento de novos métodos de avaliação para a educação infantil que possam contemplar as especificidades da criança como indivíduo, contribuindo para uma formação para autonomia e exercício da cidadania.

Em cada um dos trabalhos listados neste tópico, a Teoria Crítica se relaciona com a educação infantil como aporte teórico para análise de diferentes aspectos desta etapa do ensino institucionalizado. Os trabalhos apresentam um aspecto comum, que é o destaque para a importância de um processo formativo que favoreça a reflexão e a autonomia no processo de redução das desigualdades nas relações sociais.

Ao longo deste trabalho, a educação infantil foi analisada como política pública, a qual está inserida no bojo das políticas sociais e pode receber maior ou menor destaque, dependendo do projeto de governo em vigência. A educação infantil também é um direito da criança e esta apenas recentemente passou a ser entendida como sujeito de direito. Assim, a educação infantil deve ser garantida à criança independente do governo em exercício e deve possibilitar seu amplo desenvolvimento como cidadão. Exercer cidadania requer o conhecimento de seus direitos e deveres como indivíduos e participantes de um contexto social. No caso brasileiro, o contexto social é marcado por desigualdades de gêneros, racial, no acesso aos recursos naturais, entre tantas outras, mas a desigualdade econômica merece destaque visto que afeta diretamente a questão dos direitos sociais básicos como alimentação, higiene e moradia.

A síntese dos indicadores sociais apresentada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e publicada em 2020 analisa os dados de amostra domiciliar em todo território nacional. Ela aponta que, em 2019, 8,5 milhões de pessoas viviam em extrema

pobreza. A linha de pobreza utilizada para as políticas públicas no Brasil considera em situação de extrema pobreza os indivíduos cuja família tem renda entre R\$ 89,00 e R\$ 177,00 por pessoa. No Brasil, são considerados pobres os indivíduos que têm uma renda de até meio salário mínimo por pessoa da família. Em 2019, esse valor era de R\$ 499,00. Nesse mesmo ano, a média nacional de renda por pessoa considerando a mesma amostra foi de R\$ 1.406,00.

O documento do IBGE apresenta uma análise sobre a pobreza seguindo parâmetros internacionais.. Na literatura internacional, a pobreza é analisada de maneira multidimensional e não se limita à questão de ter ou não condições de suprir necessidades básicas. Ao analisar a pobreza, deve-se considerar os aspectos importantes do padrão de vida médio da população como um todo. Segundo o IBGE, “[e]sse amplo conjunto de dimensões pode incluir por exemplo, o acesso a tecnologia de informação, a bens públicos, a garantia de direitos[...]” (IBGE, 2020, p. 62). No Brasil, fica visível a discrepância entre a realidade de uma família formada por quatro pessoas, com uma renda por pessoa de R\$ 89,00, e de uma família com o mesmo número de pessoas com uma renda de R\$ 1.406,00 por pessoa.

A educação infantil é um direito da criança e a pobreza também afeta a garantia desse direito, uma vez que as famílias pobres dependem da oferta de vagas para educação infantil, na rede pública de ensino. No ano de 2019, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), que é realizada e divulgada pelo IBGE, apontou nos dados sobre a educação que, no Brasil, 27% das crianças de 0 a 1 ano de idade e 39,9% das crianças entre 2 e 3 anos de idade não frequentam a creche. Elas não frequentam por falta de vaga, o que significa dizer que o direito à educação infantil tem sido negado a um grande contingente de crianças brasileiras.

Nesse contexto, onde a negação dos direitos tem sido justificada e normalizada, inclusive por vias legais como a Emenda Constitucional nº 95/2016, exercer cidadania é oferecer resistência a essa realidade. A formação para emancipação, como é conceituada por Adorno, bem como a perspectiva de formação para reflexão e autonomia abordada em cada um dos trabalhos apresentados, se configuram como recursos para pensar uma formação para o exercício de uma cidadania consciente. Aqui, consciente significa compreender os aspectos de desigualdade que marcam a sociedade e como estes afetam as possibilidades para o desenvolvimento individual. Possibilitar essa compreensão precisa ser um dos objetivos de uma educação emancipadora no Brasil.

A abordagem de temáticas que possibilitem essa compreensão deve estar presente em todas as etapas do ensino nas instituições públicas e, portanto, na educação infantil. Apenas a partir da percepção do seu contexto e de suas relações para além do “imediatismo”

(ADORNO, 1970), é que o indivíduo tem condições de se posicionar politicamente em prol da redução da desigualdade econômica, contribuindo para o avanço no acesso aos direitos sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi realizar a análise da educação infantil como espaço formativo para o exercício da cidadania, na busca de destacar o porquê uma educação para emancipação contribui para a formação cidadã no contexto brasileiro. O levantamento e análise da educação infantil como política pública na rede pública de ensino do Brasil e os marcos legais que definem a educação infantil como direito da criança, apresentados na segunda seção deste texto, possibilitaram identificar a relação entre Estado, Governo e políticas públicas (sociais). Nessa relação, a educação infantil, bem como todas as políticas de estruturação e regulamentação voltadas para esta etapa da educação básica, são importantes porque atuam como fatores determinantes para o avanço na garantia da educação infantil como direito da criança no Brasil.

A estrutura do Estado brasileiro como Estado democrático de direito torna o Estado como responsável pela elaboração e garantia dos direitos individuais e sociais dos cidadãos brasileiros e, portanto, responsável pela organização e oferta da educação infantil. Os governos, ao mesmo tempo que representam o povo durante o tempo de exercício do mandato, comandam ações e tomam decisões em nome do Estado. A concepção de Estado de cada governo e o lugar ocupado pela educação infantil na agenda deste mesmo governo irá interferir na elaboração das políticas públicas voltadas para a educação infantil, deliberando assim sobre o direito da criança de ter acesso a esta etapa de ensino.

Considerando as observações de Dourado (2019) e Höfling (2001), a educação infantil como política pública apresenta uma instabilidade que impede a implementação e efetivação de muitas decisões tomadas por diferentes governos e que são abandonadas ou sofrem retrocessos no processo de transição entre mandatos. Assim, a educação infantil como direito da criança tem sido negada a um grande número de cidadãos, principalmente às crianças pobres de 0 a 3 anos de idade. Embora seja um direito da criança, as creches públicas não atendem a demanda de procura para ingresso nesta etapa do ensino. Nas palavras de Nascimento e Cury (2020), “[...] os direitos podem ser percebidos como concessão e outorga do Estado, dependendo da vontade pessoal ou do arbítrio do governante” (NASCIMENTO e CURY, 2020, p.681-682).

No contexto atual, existe uma resistência política contra a garantia dos direitos das crianças bem como ameaças de retrocesso nas conquistas realizadas. Aumenta a desigualdade econômica, que é o principal fator de impedimento para acesso aos direitos sociais e

individuais no Brasil, contribuindo para uma cenário onde os direitos tornam-se privilégio das classes de maior poder econômico (MORELLI, SILVESTRE e GOMES, 2000).

Todas essas observações chamam a atenção para o fato de que uma das ações de exercício da cidadania é individual, mas que interfere na sociedade como um todo: o voto. É por meio deste que os membros do governo são escolhidos, no contexto de uma democracia representativa (POLAK, 2008). Cada indivíduo precisa ter condições de analisar seu contexto e escolher seus representantes tendo em vista os parâmetros da realidade que deseja construir para si e para os outros. No Brasil, o cidadão passa a ter direito ao voto na adolescência, mas o processo educacional de formação para o exercício da cidadania pode e deve ser iniciado na educação infantil.

O levantamento e análise sobre o conceito de educação emancipadora na perspectiva de Adorno (1970) foi apresentado na obra *Educação e Emancipação* (1970) e nos cinco trabalhos que foram selecionados para apresentação de seus resumos no levantamento bibliográfico. Os dados apresentados pelo IBGE apontam para um contingente imenso de pessoas que vivem sem a garantia dos direitos humanos básicos e possibilitaram a percepção de que apenas uma formação reflexiva e crítica torna possível uma educação para o exercício pleno da cidadania no Brasil. Esse tipo de educação possibilitará o avanço na efetivação da democracia e redução das desigualdades e preconceitos que se configuram como a barbárie da sociedade.

Diante da análise dos dados bibliográficos e documentais, foi possível destacar quatro desafios no contexto geral do Brasil para uma educação emancipadora e para o exercício da cidadania.

Primeiro, a instabilidade das políticas públicas voltadas para a educação infantil, que ficam sujeitas a planos de governo (DOURADO, 2019). Essa instabilidade atravessa também as diretrizes curriculares para a educação infantil. Na medida em que se implementa um novo plano de governo, a concepção de Estado do governo em vigência atravessa os objetivos da educação e o nível de comprometimento com as políticas públicas sociais. Segundo, embora seja um direito da criança, a educação infantil não tem sido ofertada pelo Estado com base na grande demanda de procura não atendida para o grupo de 0 a 3 anos, como é apontado nos dados divulgados pelo IBGE. Isso faz com que muitas crianças fiquem excluídas do espaço educacional, que deveria ser disponibilizado de acordo com a demanda de procura, já que se trata de uma direito.

Terceiro, o aspecto cada vez mais evidente de educação padronizada em detrimento de uma educação reflexiva para desenvolvimento da autonomia e para emancipação presente nos

documentos de referência para a educação infantil e nos métodos de avaliação para esta etapa da educação básica, como evidenciado por Almeida (2014). Quarto, a resistência à uma educação para emancipação presente na própria organização social brasileira, marcada pela desigualdade econômica onde a pobreza é um fator que transforma direitos em privilégios.

A Teoria Crítica contribui para pensar um processo formativo na educação infantil para emancipação e exercício da cidadania, por apresentar uma análise crítica da sociedade, que chama a atenção para importância de se considerar o contexto social, cultural e econômico como um cenário a ser questionado, repensado e possível de ser transformado e não percebido como algo pronto e acabado ao qual devemos nos adaptar.

As possibilidades, como o próprio Adorno (1970) define, são poucas, uma vez que a maneira como a nossa sociedade se organiza tende a manter o indivíduo não emancipado, porque a um indivíduo não emancipado se impõe o processo de adaptação, colaborando assim para a manutenção da realidade existente. No Brasil, as possibilidades de emancipação estão diretamente ligadas a processos educacionais, dentre eles a educação institucionalizada e pública. A educação para emancipação ainda é uma questão de posicionamento político e pedagógico individual de cada educador. Assim, as ações para contestação e resistência à barbárie encontram lugar nos espaços das creches e escolas públicas a partir da escolha dos educadores envolvidos no processo, o que é preocupante, mas não desmotivador.

Como evidenciou Adorno (1970), a emancipação só será efetiva e concreta se nós, educadores e cidadãos brasileiros, interessados na emancipação, direcionarmos todas as nossas forças para que “a educação seja uma educação para contestação e resistência” (ADORNO, 1970, p. 200). Superar essa limitação requer a elaboração de um sistema educacional que não fique sujeito aos interesses de governos e seja organizado e estruturado por políticas públicas implementadas efetivamente para que seus resultados possam ser avaliados concluindo o ciclo citado por Sousa (2006). Por isso, a educação política é tão importante e necessária em todas as etapas de ensino: a educação política é um dos recursos apontado por Adorno (1970) como processo formativo que possibilita aos indivíduos ampliarem suas percepções sobre o contexto social em que vivem, contribuindo para que estes tenham condições de se posicionar nos processos democráticos.

Tais considerações abrem espaço para questionamentos como: Qual processo formativo de profissionais da educação que possibilitará a estes ter condição/opção de escolha por uma prática pedagógica emancipadora ou não? Como estruturar um sistema educacional que não fique sujeito a projetos governamentais? Como tem sido tratada a questão da formação política na educação infantil no Brasil? Tais questionamentos apontam para a

necessidade de aprofundamento dos estudos para analisar outros aspectos da relação entre políticas públicas, cidadania e educação infantil em uma perspectiva que perceba a educação infantil como espaço de formação para exercício da cidadania autônoma, reflexiva e emancipadora.

Foi possível perceber a necessidade de dar continuidade a esta pesquisa e aprofundar a análise da educação infantil no bojo da sociedade brasileira como espaço para formação cidadã, emancipadora e para o exercício da cidadania, o que pretendo realizar em momentos posteriores de formação. Tenho como possível temática para próxima pesquisa a relação entre Teoria Crítica e educação infantil norteadas pela questão “quais as contribuições da Teoria Crítica para se pensar uma educação infantil emancipadora no Brasil?”.

Assim, com questões em aberto, mas com a apresentação de um olhar para a educação infantil no Brasil como política pública, direito da criança e espaço onde é possível promover uma formação contra a barbárie e para exercício de uma cidadania emancipada, conclui-se que somente uma educação que priorize uma formação reflexiva e crítica no contexto atual da sociedade brasileira pode oferecer à criança a possibilidade de exercer plenamente e de maneira emancipada sua cidadania.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 2. ed. revista. São Paulo: Paz e Terra, São Paulo, 2020.

ALMEIDA, Renata Provetti Weffort. *Formação da criança: um estudo sobre a avaliação na educação infantil*. Tese (Doutorado em Educação),- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10429> Acesso em: 19 mar. 2021.

BARCELOS, Eduardo. O conceito de Estado como orientação normativa da organização estrutural e das relações de poder no Brasil republicano. In: *Anais 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: ESTADO E DEMOCRACIA EM MUDANÇA NO SÉCULO XXI*, Porto Alegre, UFRGS, 2015. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Eduardo-Barcellos\\_O-conceito-de-Estado-template.pdf](https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Eduardo-Barcellos_O-conceito-de-Estado-template.pdf), Acesso em: 06 de ago. 2021.

BRASIL.[Constituição de (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República.. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 5 de 2005*. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia, Brasília, DF, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf), Acesso em: 09 ago. de 2021.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2 de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica e Institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação), Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. *Lei Federal nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a consolidação das leis do trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em : 09 ago. 2021.

BRASIL. *Lei Federal nº 8.069, de 13 de Julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente, Brasília, DF, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*, Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 07 de ago. 2021

BRASIL. *Lei Federal nº 12.796, de 4 de Abril de 2013*. Altera a Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1). Acesso em: 15 ago. 2021

BRASIL. *Lei Federal nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996*. Determina as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

CAMINHA, Marco Aurélio Lustosa. O conceito de Direito. *JUS NAVIGANDI*, Teresina, ano 4, n. 43, jul. 2000. Disponível em: <https://www.direito.ufg.br/n/694-artigo-o-conceito-de-direit.>, Acesso em: 07 set. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. *EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA*, Dossiê, Campinas v.40, e 0224639, 2019. DOI: 10.1590/ES0101-73302019224639. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vsCq3LjxSXYrmZDgFWwk7tG/?lang=pt> Acesso em: 07 set. 2021.

FERRI, Márcia Barcellos. *Artes na educação infantil: crítica das orientações e diretrizes curriculares* Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10678>. Acesso em: 19 mar. 2021.

FLECK, Amaro. Afinal de contas, o que é Teoria crítica? *Princípios revista de filosofia*, Natal, v.24, n.44, maio-ago.2017, p. 97-127. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/12083>, DOI: <https://doi.org/10.21680/1983-2109.2017v24n44ID12083>. Acesso em: 11 ago. 2021

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Coordenação de população e indicadores sociais. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. *Estudos e Pesquisas*. Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, n. 43, 2020, ISSN:15163296. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua)*, Educação 2019. Rio de Janeiro, 2020, ISBN: 978-65-87201-09-2. Disponível em :

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em : 16 out. 2020.

LIBÂNEO, J.C. Ensinar e aprender, aprender e ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática. In: ALVES, Nilda (org.). *Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez, 2012 p.35-60.

MORELLI, Ailton; SILVESTRE; Eliana. GOMES, Telma. Desenho da política dos direitos da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.5 n.1 mar. 2000, p. 65 - 84, ISSN: 1807-0329 disponível em:<https://www.scielo.br/j/pe/a/NG3NhLXjvxgTWXqWPrPSrkg/?lang=p>. Acesso em: 12 set. 2021.

NASCIMENTO, José Almir; CURY, Carlos Roberto. A qualidade da educação no horizonte da proteção integral infanto-adolescente. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 177, set. 2020, p. 679-697. disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3gRPNHGZhvgfYGkYfGbvBkj/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte dos enjeitados: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 - 1832)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006, disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7031/1/arquivo3276\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7031/1/arquivo3276_1.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021

OLIVEIRA, Zilma. Um campo de disputa de concepções. In: OLIVEIRA, Zilma (org). *O trabalho do Professor na educação infantil*. São Paulo: Biruta, 2012.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. Paris, 1948. Disponível em: [https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf). Acesso em: 07 set. 2021.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista Histedbr on-line*, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar. 2009. ISSN 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>, DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i33.8639555>. Acesso em: 15 ago. 2021.

POLAK, Ana. *O revisitar dos conceitos de democracia: da representação política à democracia participativa*. Monografia (Parcial de Graduação em Direito) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31001/M%201039.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 Set. 2021

RICHTER, Ana Cristina; VAZ, Alexandre Fernandez. Momentos do parque em uma rotina de educação infantil: corpo, consumo, barbárie. *Educação e Pesquisa*, São Paulo , v. 36, n. 3, p. 673-684, 2010. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022010000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000300002&lng=en&nrm=iso), <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022010000300002>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SANTOS, Henrique ; FLORES, Daniel. O documento arquivístico digital enquanto fonte de pesquisa. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 21, n. 4 dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/jvYzBMtkQmx88jrNNd8rRVR/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2021.

SANTOS, Sandro. Walter Benjamin e a experiência infantil: contribuições para a educação infantil. *Pro-Posições*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 223-239, 2015. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072015000200223&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072015000200223&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 mar. 2021.

SEKKEL, Marie; MATOS, Larissa Prado. Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil. *Psicol. Esc. Educ.* Maringá , v. 18, n. 1, p. 87-96, June 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572014000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000100009&lng=en&nrm=iso), <https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100009>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SciELO. Critérios, políticas e procedimentos para a admissão e permanência de periódicos na coleção SciELO Brasil. São Paulo, 2020, disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

SILVA, Enio. O Estado Democrático de Direito. *Revista de informação legislativa*, Brasília, a. 42 n. 167 p. 213-230 jul./set. 2005. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/42/167/ri\\_v42\\_n167\\_p213.pdf](https://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/42/167/ri_v42_n167_p213.pdf). Acesso em: 06 set. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *SOCIOLOGIAS*, Porto Alegre, n.16 ano 8 p. 20-45, jul/dez, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2021.

UWE, Flick. *Introdução à Metodologia de Pesquisa*. Um Guia Para Iniciantes. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Penso, 2013.

UFG. *Resolução CONSUNI/UGF nº 82 de 28 de maio de 2021*. Define o Calendário acadêmico do ensino remoto emergencial de 2021. Goiânia, GO, 2021. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/159/o/Resolucao\\_CONSUNI\\_2021\\_0082...pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/159/o/Resolucao_CONSUNI_2021_0082...pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

UFG. *Resolução CEPEC nº 1608 de 30 de novembro de 2018*. Define o Calendário acadêmico de 2021. Goiânia, GO, 2021. Disponível em: [https://sistemas.ufg.br/consultas\\_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao\\_CEPEC\\_2018\\_1608.pdf](https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2018_1608.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - Quadro

Ano	Documento	Providências
1988	Constituição Federal	<p>Art. 7 XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;</p> <p>Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.</p> <p>Art. 208 IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;</p> <p>Art.211 § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.</p>
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente.	<p>Art. 53 IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.</p> <p>Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.</p>

1996	LDB/96	<p>Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.</p> <p>Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.</p> <p>Art. 31 Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.</p> <p>Art. 62 A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.</p>
1998	RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação	Traz referências à educação Infantil em 3 volumes que são: 1- Introdução, 2- Formação pessoal e social, 3- Conhecimento do mundo.

	Infantil)	
2005	CNE/CP n° 5/2005	Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia.
2006	Constituição de 1988	Art. 208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional n° 53, de 2006)
2006	LDB modificada pela Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro	Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei n° 11.274, de 6/2/2006)
2008	LDB	X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Inciso acrescido pela Lei n° 11.700, de 13/6/2008, publicada no DOU(Diário Oficial da União) de 16/6/2008, em vigor em 1° de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação)
2009	Constituição 1988	Art. 208 I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional n° 59, de 2009)
2009	Resolução n° 5 CNE/CEB 5/2009	Fixa as diretrizes curriculares nacionais para educação infantil.

2013	LDB	<p>Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Artigo com redação dada pela Lei nº 12.796, de 4/4/2013)</p> <p>Art. 30. A educação infantil será oferecida em:</p> <p>I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;</p> <p>II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.796, de 4/4/2013)</p> <p>Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 12.796, de 4/4/2013)</p> <p>I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Inciso acrescido pela Lei nº 12.796, de 4/4/2013)</p> <p>II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Inciso acrescido pela Lei nº 12.796, de 4/4/2013)</p> <p>III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o 12.796, de 4/4/2013)</p> <p>IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Inciso acrescido pela Lei nº 12.796, de 4/4/2013)</p> <p>V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Inciso acrescido pela Lei nº 12.796, de 4/4/2013)</p>
2014	PNE 2014-2024 (Plano Nacional de Educação)	<p>O Plano Nacional de Educação em vigência tem como objetivo específico para educação infantil a Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.</p>
2017	BNCC ( Base Nacional Comum Curricular)	<p>Documento normativo, sobre o que se deve aprender minimamente, em cada etapa da educação básica e que deve ser comum a todo território nacional.</p>

2019	Resolução nº 2 CNE/CP 2/2019	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica e Institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação)
2020	Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020	Regulamenta o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)

#### APÊNDICE 2 - Quadro

<b>Constituição Federal de 1988</b>
-------------------------------------

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição, (redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015). (BRASIL, 2015)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(BRASIL, 1988)

Art. 208.

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). (BRASIL, 2009)

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (BRASIL, 2006)

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). (BRASIL, 2009)

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.(BRASIL, 1988)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996). (BRASIL, 1996)

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). (BRASIL, 2009)

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996)

Art. 4º-X vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008). (BRASIL, 2008)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018). (BRASIL, 2018)

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 2013).

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 2013)

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017). (BRASIL, 2017)

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017). (BRASIL, 2017)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino. (Redação dada pela Lei nº 14.164, de 2012). (BRASIL, 2021)

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 2013)

**APÊNDICE 3 – TABELAS DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS / FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

## PEDAGOGIA / TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Levantamento Bibliográfico: Teses e Dissertações

### *Scientific Electronic Library Online SCIELO*

Data de Acesso	Descritores	Filtros aplicados	Recorte de tempo	Total encontrados	Utilizados	Descartados
19/03	"teoria crítica" AND "educação infantil"	<b>WoS áreas temáticas:</b> Educational	NÃO APLICADO	6	4	2

N.	Ano/ Tipo	Título	Autores / Instituição / Região/Estado	Foco do estudo	Referência	Link	Palavras chave	Resumo
1	2015 Artigo	Walter Benjamin e a experiência infantil: contribuições para a	SANTOS, Sandro/UFMG/Belo Horizonte/MG	Formação de professores	SANTOS, Sandro. Walter Benjamin e a experiência infantil: contribuições para a educação infantil. <b>Pro-Posições</b> , Campinas, v. 26, n. 2, p. 223-239, 2015. Disponível em	<a href="http://www.scielo.br/pdf/pp/v26n2/0103-7307-pp-26-02-0223.pdf">http://www.scielo.br/pdf/pp/v26n2/0103-7307-pp-26-02-0223.pdf</a>	crianças; educação infantil; experiência; infância; Walter Benjamin	Este estudo tem como eixo norteador a teoria crítica da cultura e da modernidade de Walter Benjamin. Partindo da polissemia do conceito de experiência no texto benjaminiano, o autor busca elementos conceituais que auxiliem na elaboração da noção de experiência infantil (composta por um misto de complexidade e sutileza). A análise se desenvolve a partir de textos do próprio Benjamin e de textos de comentaristas da teoria crítica da cultura e da

		educação infantil			<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0103-73072015000200223&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0103-73072015000200223&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a> . Acessos em 19 mar. 2021. <a href="https://doi.org/10.1590/0103-7307201507711">https://doi.org/10.1590/0103-7307201507711</a> .			modernidade. Ao apresentar as contribuições de Walter Benjamin para a construção de um olhar diferenciado para a criança e sua educação, o autor conclui enfatizando a importância delas para a área da educação infantil e, de modo mais amplo, para o desenvolvimento da infância contemporânea.
2	2014 Artigo	<b>Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil</b>	SEKKEL, Marie Claire; MATOS, Larissa Prado. Instituto de Psicologia São Paulo, SP	Práticas pedagógicas	SEKKEL, Marie; MATOS, Larissa Prado. Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil. <b>Psicol. Esc. Educ.</b> , Maringá, v. 18, n. 1, p. 87-96, June 2014. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1413-85572014000100009&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1413-85572014000100009&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a> . Acessos 19 Mar. 2021. <a href="https://">https://</a>	<a href="http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a09.pdf">http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a09.pdf</a>	Educação inclusiva, educação infantil, preconceito.	Este estudo teve como objetivo conhecer os efeitos da convivência em creches e pré-escolas inclusivas sobre a formação das crianças no que diz respeito à aceitação das diferenças. A pesquisa foi realizada com base em uma abordagem qualitativa. Foram entrevistados seis alunos(as) do ensino fundamental, egressos(as) entre 2003 e 2009 de uma mesma creche pública com características de ambiente inclusivo. A análise dos dados foi feita com base na Teoria Crítica da Sociedade, que tem como pressuposto a relevância dos processos formativos na primeira infância iluminados pelas investigações da psicanálise. Os resultados apontam que a educação infantil inclusiva tem um papel significativo no fortalecimento das experiências infantis e na manutenção de uma abertura ao outro que permanece ao longo da vida. Indicam também que, independentemente dos valores e atitudes presentes no ambiente familiar, há algo comum na educação dessas crianças para o qual a escola exerce forte determinação.

					/doi.org/10.1590/S1413-85572014000100009.			
3	2012 Artigo	Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo	DIAS, Lucimar Rosa. UFMS MS	Formação de professores.	DIAS, Lucimar. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 661-674, 2012. Disponível em : <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1413-24782012000300010&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1413-24782012000300010&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a> . Acessos 19 Mar. 2021. <a href="http://dx.doi.org/10.1590/S1413-2478201200300010">http://dx.doi.org/10.1590/S1413-2478201200300010</a> .	<a href="http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/10.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/10.pdf</a>	Não definido	Não identificado
4	2011 Artigo	Experiência e observação: de Rousseau ao Referencial Curricular Nacional para a	BATISTA, Sueli UNICAMP Campinas SP	Práticas pedagógicas	BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Experiência e observação: de Rousseau ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. <b>Educação e Pesquisa</b> , São Paulo, v. 37, n. 4, p. 779-792, 2011. Disponível em:	<a href="http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a07v37n4.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a07v37n4.pdf</a>	Teoria crítica e educação - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - Educação e emancipação.	O artigo tem o objetivo de resgatar os conceitos de experiência e observação presentes em Emílio, de Jean-Jacques Rousseau, discutindo-os na perspectiva de uma educação para a emancipação, conforme formulada pelos autores da teoria crítica, especialmente Walter Benjamin e Theodor W. Adorno. Considerando a utilização e a valorização desses conceitos na teoria e na prática educativas, analisou-se a abordagem dada a eles no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, com o objetivo de ressaltar a criticidade presente na defesa da experiência das crianças e de sua observação no

		Educação Infantil			<p><a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1517-97022011000400007&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1517-97022011000400007&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>.          Acessos 19 Mar. 2021.  <a href="https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400007">https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400007</a>.</p>			<p>cotidiano escolar. Conclui-se, a partir das reflexões sobre os textos de Rousseau e dos autores da teoria crítica, que, no referido documento, diante da polissemia da experiência formativa, ressaltam-se o recorte curricular, a instrumentalização da ação do professor, as experiências e aprendizagens ditas essenciais, a experiência que o professor propicia às crianças e o esquadramento das subjetividades por meio da observação e do registro sistemático. Se Rousseau solicita-nos observar a criança, bem como proporcionar e valorizar experiências significativas, é porque, de alguma forma, valendo-se de um recurso teórico-metodológico, dirige-se a educadores e educandos concretos que, passados quase três séculos, ainda se emaranham entre conceitos e representações sociais de infância sem se darem conta da experiência que legitima a construção desses mesmos conceitos e representações.</p>
5	2010 Artigo	Momentos do parque em uma rotina de educação infantil: corpo, consumo, barbárie*	<p>RICHTER, Ana Cristina. UFPR Paraná</p> <p>VAZ, Alexandre. UFSC Santa Catarina</p>	Práticas pedagógicas	<p>RICHTER, Ana Cristina; VAZ, Alexandre Fernandez. Momentos do parque em uma rotina de educação infantil: corpo, consumo, barbárie. <b>Educação e Pesquisa</b>, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 673-684, 2010. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1517-970220110000300002&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1517-970220110000300002&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>.          Acessos 19 Mar. 2021.  <a href="http://dx.doi.org/10.15">http://dx.doi.org/10.15</a></p>	<p><a href="http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a02.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a02.pdf</a></p>	Educação infantil - Educação do corpo - Tempo livre - Teoria crítica da sociedade	<p>O trabalho resulta de uma pesquisa de abordagem etnográfica realizada em uma creche da Rede Pública de Ensino de Florianópolis (SC). Os dados foram analisados considerando-se o "tempo didático" - recomendado pela legislação -, estruturado por uma rotina constituída por diferentes momentos: entrada, higiene, alimentação, sono, parque, atividade orientada, saída. Inspirado por tópicos da Teoria Crítica da Sociedade, o texto aborda os momentos de parque, declarados como "ocasiões privilegiadas de educação", tanto nos discursos das professoras, quanto nas ações que distinguem esses momentos dos demais, estabelecendo uma certa contraposição entre "tempo de trabalho" e "tempo livre". Nessa relação, além de configurarem-se como períodos de renovação das energias para as demais atividades, esses momentos acabam por escusar um acompanhamento mais atento por parte dos professores: o olhar adulto "precisará" apenas afastar as crianças de locais inconvenientes ou evitar feridas "expostas", conformando um conjunto</p>

					90/S1517-9702201000300002.				de práticas socio sanitárias centradas nas necessidades vitais e que contribuem na eliminação de desvios e diferenças, na garantia de pseudogratificações. A ausência de uma aproximação mais atenta também colocará as crianças entregues a uma ambígua "espontaneidade", sujeitas à violência que acaba por produzir cicatrizes que se colocam, principalmente, sobre o corpo, fomentando uma educação que, ao invés de se contrapor à barbárie, a privilegia. Os resultados revelam ainda a presença de produtos para o consumo do lazer que informam, de antemão, a sequência de operações a reproduzir, exigindo gestos e ações automatizadas que preceituam a aridez da imaginação.
6	2006 Artigo	Educação e resistência: relato de experiência*	GUEDES, Lizandra; DEPIERI, Adriana  USP São Paulo, SP	Formação de professores	GUEDES, Lizandra; DEPIERI, Adriana. Educação e resistência: relato de experiência. <b>Educação e Pesquisa</b> , São Paulo, v. 32, n. 2, p. 311-324, 2006. Disponível em : <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1517-97022006000200007&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1517-97022006000200007&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a> . acessos 19 Mar. 2021. <a href="http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702200600200007">http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702200600200007</a> .	<a href="http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a07v32n2.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a07v32n2.pdf</a>	Educação e emancipação Teoria crítica e educação Educação extra-escolar Educação e militância.	e — e — — e	Este artigo se constitui como uma primeira comunicação de reflexões acumuladas por um coletivo de educadoras a partir da experiência do Projeto Piá. O Piá é um projeto de educação autogestionado, formado por alunos da Universidade de São Paulo que, movidos pela elaboração de uma concepção de educação e de uma práxis para além dos moldes escolares vigentes, vem desenvolvendo suas ações desde fins de 1997. Hoje, o Piá, que tem como um de seus princípios uma educação de caráter público, atende gratuitamente 45 crianças da região da Barra Funda em dois espaços: o Espaço de Educação Infantil — para crianças de dois a seis anos — e o Espaço de Educação Complementar à Escola — para crianças maiores de sete anos. As reflexões expostas neste artigo partem do que chamamos de vicissitudes da práxis, em que tentamos, narrando um pouco de nossa trajetória na educação, das formulações e reformulações pelas quais o projeto passou, dos impasses por nós enfrentados, apresentar algumas discussões que julgamos importantes de serem pensadas quando falamos sobre uma educação voltada verdadeiramente para a formação de sujeitos. O resultado é um relato, misto de história, teorias e questões, que vai compondo nossa experiência, a

									partir da qual esperamos suscitar em outros educadores e pesquisadores questionamentos acerca das (im)possibilidades da educação.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

## BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL DE TESES E DISSERTAÇÕES

Data de Acesso	Descritores	Recorte de tempo	Total encontrados	Utilizados	Descartados
04/04/2021	“teoria crítica” AND “educação infantil”		28	27	1 (EAJA)

N.	Ano/Tipo	Título	Autores / Instituição / Região/Estado	Foco do estudo	Referência	Link	Palavras chave	Resumo
1	2019 Dissertação	Educação e conduta moral do professor de educação infantil	STEFANINI, Carolina PUC São Paulo	Formação de professores	STEFANINI, Carolina. <b>Educação e conduta moral do professor de educação infantil.</b> Dissertação mestrado em educação: História, Política e sociedade, PUC São Paulo	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22645">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22645</a>	Moral Teoria crítica Professores de educação infantil Professores - Ética profissional	Esta pesquisa busca analisar, com base na fundamentação teórica sobre moral, a atuação do professor de educação infantil, considerando sua prática pedagógica, tendo como foco de análise os conceitos de adaptação e autonomia, mediante referencial da teoria crítica. O referencial teórico privilegia a teoria sobre moral desenvolvida por Émile Durkheim e as indicações de moralidade para a sociedade contemporânea, formuladas por Max Horkheimer. Ambos permitem aproximações de noções de moralidade no convívio social. Os conceitos de adaptação e autonomia têm como referência escritos de Theodor Adorno. As principais informações empíricas utilizadas nesta pesquisa foram extraídas de duas pesquisas, uma descreve cenas de sala de aula e a outra baseia-se em relatos de professores, realizadas, respectivamente, em 2009 e 2014. Portanto, trata-se, aqui, de um estudo ex post facto, que se utiliza de material de outras pesquisas. Dos dados obtidos, buscou-se: 1) identificar as questões morais presentes no exercício da docência na educação infantil e na relação do professor com os alunos; 2) descrever a conduta e opinião dos professores ao enfrentarem questões de base moral; 3) analisar os problemas relatados relacionando-os com o processo de adaptação do aluno e do professor, e o desenvolvimento da autonomia dos alunos. Em linhas gerais, a conclusão desta pesquisa

								é de que o professor da educação infantil enfrenta conflitos de base moral, particularmente, ao articular propostas pedagógicas e a sua atuação com a criança, diante das necessidades específicas da faixa etária dos 0 aos 6 anos, e na conduta adotada em relação ao comportamento esperado das crianças, visando à disciplina escolar
2	2014 Tese	Formação da criança: um estudo sobre a avaliação na educação infantil	ALMEIDA, Renata PUC São paulo	Práticas pedagógicas	ALMEIDA, Renta. <b>Formação da criança: um estudo sobre a avaliação na educação infantil.</b> Tese Doutorada em Educação, PUC São Paulo 2014	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10429">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10429</a>	Educação infantil Avaliação escolar Formação Experiência Teoria crítica da sociedade	Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre a avaliação e o modo como a educação pré-escolar é concebida e colocada em prática. Para responder a este questionamento, foram elencados os seguintes objetivos específicos: 1) analisar as políticas educacionais referentes à avaliação escolar na Educação Infantil; 2) discutir os efeitos da Psicologia na avaliação escolar; 3) descrever e analisar como as crianças são avaliadas na pré-escola, quanto aos meios e critérios adotados, no que se refere aos comportamentos sociais, leitura e escrita e arte. A pesquisa foi realizada em duas escolas de Educação Infantil, uma pública da rede municipal de São Paulo e uma privada do mesmo município, no ano de 2011. Em cada uma das escolas, foram selecionadas duas salas de aula, perfazendo um total de quatro salas. Nas duas escolas foram 1) analisados os instrumentos que envolvem o processo de avaliação, tais como atividades diagnósticas dos alunos e relatórios/fichas de avaliação do aproveitamento escolar; e, 2) os documentos oficiais para a Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação e pela Prefeitura de São Paulo. A perspectiva teórica tem como referência os estudos dos pensadores da teoria crítica da sociedade, sobretudo os que tratam da formação, experiência e racionalidade tecnológica. Tais conceitos contribuem para a compreensão dos processos pelos quais ocorre a formação do indivíduo neste caso a formação das crianças, e as possibilidades de experiência oferecidas pela escola. Em linhas gerais, a conclusão da presente pesquisa é

								a de que, tendencialmente, a relação entre avaliação e Educação Infantil expressa uma perspectiva padronizada e pré-determinada do desenvolvimento das crianças, em detrimento da possibilidade de experiências formativas que visem à reflexão e à formação
3	208 Dissertação	Artes na educação infantil: crítica das orientações e diretrizes curriculares	FERRI, Márcia PUC São Paulo	Práticas pedagógicas	FERRI, Márcia. <b>Artes na educação infantil: crítica das orientações e diretrizes curriculares</b> Dissertação mestrado em educação PUC são Paulo	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10678">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10678</a>	Arte e educação infantil Arts and child education Autonomy Critical theory Arte -- Estudo e ensino (Elementar) Educação de crianças Autonomia (Psicologia) Teoria crítica	Esta pesquisa tem como objetivo verificar como o ensino de artes é inserido na educação infantil, tomando como foco de análise a relação entre adaptação e autonomia relativa ao aprendizado artístico. Este debate justifica-se na medida em que pode contribuir para reafirmar as especificidades da educação infantil e explorar a perspectiva de uma educação que não exerça somente a sua função de adaptação. Adotam-se, como fontes primárias de pesquisa, os documentos, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Os conceitos básicos que orientam a análise do material são: experiência, formação, adaptação, autonomia, individualização, arte, indústria cultural e mimesis definidos com base em autores da teoria crítica. Baseia-se na hipótese de que as práticas pedagógicas do ensino de artes sugeridas pelas orientações e diretrizes curriculares favorecem mais a adaptação do que a autonomia da criança. Os documentos analisados evidenciam que mesmo o ensino de artes, que deveria possuir um caráter emancipador, tem sido orientado às instituições de educação infantil como um conhecimento prioritariamente instrumental, isto é, o ensino de artes é mais um elemento que corrobora para a efetivação da adaptação do sujeitos. Desse modo, o conhecimento relativo às artes ao invés de suscitar diferentes reflexões manifesta-se como um saber relacionado às demandas da sociedade atual, ou seja, do imediatamente dado

4	2018 Dissertação	Prototipagem de soluções tecnológicas, alfabetização matemática na educação infantil e deficiência sensorial - Parametrização de características assistivas	LUGLI, Luciano. UNESP São paulo	Práticas pedagógicas	LUGLI, Luciano. <b>Prototipagem de soluções tecnológicas, alfabetização matemática na educação infantil e deficiência sensorial - Parametrização de características assistivas</b> Disertação de mestrado UNESP SÃO Paulo	<a href="http://hdl.handle.net/11449/180352">http://hdl.handle.net/11449/180352</a>	Teoria Crítica Alfabetização Matemática Deficiência Sensorial Educação Infantil Tecnologias Assistivas	No ambiente escolar, em referência à normas e legislações que regulamentam as necessidades educativas especiais, crianças com deficiências sensoriais são submetidas ao uso de tecnologias atuais, que não atendem ou não aprimoram requisitos-base de comunicação tanto pela interação, quanto pela implementação. Assim, a corrente pesquisa objetiva a parametrização e validação de características assistivas em dispositivos tecnológicos que viabilizem interações comunicativas na alfabetização matemática entre crianças com deficiências sensoriais distintas (auditiva e visual) na educação infantil, entre 3 e 5 anos. A metodologia baseia-se nas abordagens relacionadas ao construtivismo de Piaget no período pré-operatório e na teoria do agir comunicativo de Habermas, sendo dividida em três temáticas: a educação infantil e o ensino da matemática sob uma base construtivista; a educação inclusiva por meio de tecnologias assistivas (TA) pedagógicas; a perspectiva social e crítica da comunicação à efetiva inclusão. Ainda, é proposto, parametrizado e validado um protótipo referencial generalista em software que simula a comunicação direta entre crianças com deficiência auditiva (DA) e crianças com deficiência visual (DV), implementado em sistemas computacionais no processamento de imagens e reconhecimento de padrões de sinais gestuais-visuais na Língua Brasileira de Sinais e sistemas embarcados que traduzem tais sinais na linguagem tátil. Sob a perspectiva construtivista-crítica, defendeu-se nesta pesquisa que desenvolvimento de recursos em tecnologia assistiva viabilizam interações sociais em vários ambientes de ensino e aprendizagem de crianças com deficiências sensoriais distintas (e línguas/linguagens distintas), desde a educação infantil, tendo a margem estimativa de, efetivamente, serem incluídas em sociedade, iniciando pela inserção, interação e
---	---------------------	---	---------------------------------	----------------------	---	---	--	---

								integração mútuas em respeito a diversidade e heterogeneidade iniciadas e desenvolvidas em contextos escolares e extraescolares.
5	2018 Dissertação	Construção empírica do conceito de infância: o significado de Infância para os professores da Educação Infantil de São Carlos - SP	CALDERAN, Andréa UFSCar São Carlos SP	Práticas pedagógicas	CALDERAN, Andréa. <b>Construção empírica do conceito de infância: o significado de Infância para os professores da Educação Infantil</b> Dissertação de Mestrado em educação, UFSCar, 2018.	<a href="https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10859">https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10859</a>	Políticas educacionais, conceito de infância, Teoria crítica, Hermenêutica Objetiva.	Nos últimos anos o conceito de Infância tem ganhado novos significados, assim como as práticas infantis. Talvez o maior desafio dessas novas significações esteja dentro do contexto escolar, ao lidar com o pluralismo infantil. A fim de analisar como as escolas vêm tratando as transformações do conceito de Infância e sua pluralidade, este trabalho buscou analisar o atual conceito de Infância em uma escola de Educação Infantil. Para isso, este trabalho buscou analisar as principais políticas educacionais que tem como foco a Educação Infantil, bem como, conhecer mais de perto o cotidiano de uma escola, de seus professores e suas práticas pedagógicas. Para tanto, foi utilizado como aporte teórico-metodológico a Hermenêutica Objetiva desde as coletas de dados até a análise das entrevistas com as professoras. Por fim, utilizou-se a Teoria Crítica da Sociedade como fundamentação teórica para realizar uma última análise sobre os temas que permearam o estudo. Com a conclusão do trabalho, foi possível constatar que a escola não é carregada por uma só concepção de infância, visto que esta concepção se diversifica a partir de diferentes fatores: baseados nas políticas, entre as formações de seus professores, nas suas propostas pedagógicas ou, até mesmo, na problemática da adultização infantil, que vai além dos muros da escola.
6	2010 Dissertação	Artes na educação infantil: um estudo das práticas pedagógicas do professor	CARVALHO, Maria. PUC São Paulo	Práticas pedagógicas	CARVALHO, Maria. <b>Artes na educação infantil: um estudo das práticas pedagógicas do professor</b>	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10798">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10798</a>	Ensino de artes Educação infantil Teoria crítica da sociedade Art education Infantile education Critical theory of society Arte -- Estudo e ensino (Elementar)	O objetivo deste trabalho é discutir as implicações da formação docente e sua prática em sala de aula, dentro da perspectiva da teoria crítica. Especificamente, examinaram-se os elementos oferecidos a partir das escolhas dos professores, buscando associar tais preferências à sua formação inicial e continuada. A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas de educação infantil, na cidade

		de escola pública			de escola pública. Dissertação de Mestrado em Educação PUC são Paulo 2010	Educação de crianças Professores de educação pre-escolar -- Formação profissional Prática de ensino	de Campos do Jordão, tendo como sujeitos focais três professoras. Utilizaram-se os princípios metodológicos da observação em sala de aula como procedimentos de identificação e análise de dados. Primeiramente, caracterizaram-se os objetivos dos professores para atender às exigências oficiais em contraponto com a prática em sala de aula. Em seguida, cruzaram-se os dados referidos aos usos das informações e avaliando-se as possíveis contribuições na aprendizagem e prática em artes. Com base nos dados analisados, verificaram-se as relações entre usos das artes (visuais, música e artes do corpo) e os tipos de atividades desenvolvidas em sala de aula, além do registro de procedimentos e atividades planejadas, e estímulos em situações concretas de aprendizagem. As alterações nas políticas educacionais frente ao trabalho realizado na educação infantil pública conduzem a uma reflexão sobre a formação do professor e sua necessidade de atender às exigências oficiais decorrentes das mudanças curriculares promovidas nesse nível de ensino. A adequação do professor, em face de suas condições de trabalho, enfrenta inúmeros elementos dificultadores, entre eles a sua formação. A importância da área de artes como recurso e conteúdo nos currículos escolares é confirmada pelas pesquisas e preconizada pela legislação brasileira, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). No entanto, reafirma-se que existem outras possibilidades além do que é proposto por lei quanto à fruição da arte como cultura. Para o esclarecimento sobre as práticas de tais professores, busca-se aqui focalizar a inserção da arte, e sua necessária relação com os demais campos do conhecimento, a partir da percepção dos próprios professores sobre a dimensão estética. Sendo assim, a formação do professor, sua atuação sobre o ambiente e as propostas para as artes em sala de aula pretendem ser discutidas nesse projeto. E para tanto, partiu-se das noções de
--	--	-------------------	--	--	--	---	---

								experiência, cultura de massa, teoria da pseudoformação e da pseudocultura como conceitos que regem a crítica dos teóricos frankfurtianos sobre o capitalismo tardio, como também seus efeitos sobre a educação e sobre a estética na sociedade contemporânea
7	2013 Dissertação	Preconceito racial em foco: uma análise das relações estabelecidas entre crianças negras e não negras na educação infantil	SANTOS, Jussara PUC São Paulo.	Práticas pedagógicas	SANTOS, Jussara. <b>Preconceito racial em foco: uma análise das relações estabelecidas entre crianças negras e não negras na educação infantil.</b> Dissertação de mestrado em Educação PUC São Paulo 2013	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10404">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10404</a>	Educação infantil Crianças negras Preconceito racial Teoria crítica Childhood education Black children Racial prejudice Critical theory	A presente pesquisa foi realizada nos anos de 2011 e 2012 e teve como objetivo investigar as relações estabelecidas entre as crianças negras e não negras em uma escola municipal de educação infantil em São Paulo. Partiu-se da hipótese de existência de preconceito racial entre as crianças, considerando o contato que têm com as manifestações de preconceito na família e na vida social, bem como a espontaneidade com que agem diante das mais diversas situações. A investigação foi desenvolvida em uma turma de crianças entre cinco e seis anos. Utilizou-se duas técnicas de pesquisa: a aplicação de teste sociométrico e a observação direta dos momentos de brincadeiras e das atividades em sala. Concluiu-se que as crianças têm contato com o preconceito, pois algumas delas fazem comentários depreciativos relacionados à negritude. Além disso, percebeu-se certo constrangimento de algumas crianças negras quando ouviam esses comentários. No entanto, durante o dia a dia brincam alegremente e se relacionam sem que o pertencimento étnico-racial interfira em suas relações. Se em alguns momentos elas verbalizam algo que pode ser remetido a preconceito, em outros elas vivem a infância na sua plenitude. Percebeu-se, ainda, que há outros preconceitos presentes e que são expressos na socialização das crianças, como o relacionado às pessoas idosas. A partir da análise da aplicação do teste sociométrico, verificou-se que as crianças não negras nos quesitos: estudo, afetividade e beleza são mais preferidas que as não negras e ao observar as rejeições nos mesmos itens, verificou-se que as crianças negras são mais rejeitadas nas relações de

								estudo e que as não negras são rejeitadas em afetividade e beleza. Utilizou-se como aporte teórico a Teoria Crítica da Sociedade, especialmente as formulações sobre preconceito de Adorno (1965; 1995; 2011), Adorno e Horkheimer (1973) e Crochik (2006; 2011)
8	2013 Dissertação	Pequenos compradores: o consumismo e a brincadeira na educação infantil	ANGELO, Julia. PUC São Paulo	Práticas pedagógicas	ANGELO, Julia. <b>Pequenos compradores: o consumismo e a brincadeira na educação infantil.</b> Dissertação de mestrado em educação PUC São Paulo 2013	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10416">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10416</a>	Educação infantil Indústria cultural Brincadeira Consumo Formação e experiência Early childhood Education Cultural industry Plays Consumption Formation and experience	Neste trabalho é analisado como o consumismo precoce está presente no ambiente escolar. Sob a ótica da Teoria Crítica da Sociedade e tomando algumas formulações elaboradas no âmbito da Sociologia da Infância, especialmente sobre a necessidade de investigar as peculiaridades que marcam a socialização das crianças e sobre o protagonismo delas no que se refere às suas formas de expressão, investiga-se de que maneira o acesso a determinados produtos, sobretudo aqueles considerados da moda, altera o comportamento dos pequenos consumidores no dia a dia da Educação Infantil, em especial nos momentos reservados às brincadeiras. O estudo se iniciou em 2012 com duas etapas conjuntas: 1) entrevistas com 11 crianças de 4 a 6 anos, matriculadas em uma mesma escola; e 2) observações no local (sala de aula, refeitório e áreas livres). Já em 2013, como complemento aos dados até então apurados, foi realizado um grupo focal. O ponto de partida do trabalho foi a identificação de padrões de consumo e sua interface com as brincadeiras, com foco no ambiente escolar. As questões formuladas levaram em conta hábitos cotidianos, vínculos de amizade e itens de consumo, como alimentos, brinquedos e atrações televisivas. Uma vez traçado o perfil dessa turma, foi possível demonstrar que os padrões de consumo das crianças respondem aos modismos impostos pela indústria cultural. No contexto da escola, essa influência se evidencia particularmente durante as brincadeiras entre os alunos.

9	2018 Tese	Sistema apostilado e Educação Infantil: o ensino como negócio	ANGELO, Julia. PUC São Paulo	Práticas pedagógicas	ANGELO, Julia. <b>Sistema apostilado e Educação Infantil: o ensino como negócio.</b> Tese de Pós graduação em educação, PUC, São Paulo, 2018.	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21309">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21309</a>	Educação Infantil - Finalidades e objetivos Educação e Estado - Brasil Material didático Indústria cultural Early Childhood Education - Aims and objectives Education and state – Brazil Didactic material Cultural industries	Neste trabalho realiza-se análise das apostilas destinadas a crianças na Educação Infantil. Mesmo incorporada recentemente à educação básica, esta etapa ainda tem a atribuição de socializar a criança. Nela, não é necessário nenhum tipo de atividade sistematizadora – o brincar é que deve ser a atividade principal. É por meio da brincadeira que a criança experimenta e elabora sobre o mundo. Cada vez mais, porém, a educação infantil vem ganhando o papel de preparação para o ensino fundamental, incorporando o uso de apostilas, seja na rede pública, seja na rede privada. O material apostilado faz com que a criança deixe a atividade de brincar para fazer a atividade de sistematização. Além disso, sua adoção ocorre no âmbito do oligopólio de empresas que atuam nesse setor e intensificam seus negócios, inclusive dentro da escola pública. Para tratar do tema, utilizou-se como fundamentação teórica o referencial da Escola de Frankfurt, mais precisamente a perspectiva dos autores da primeira geração da Teoria Crítica da Sociedade, cujo centro é a crítica à sociedade capitalista. São conceitos fundamentais neste trabalho “formação” e “experiência”. Partiu-se da hipótese de que as apostilas de Educação Infantil antecipam ou preparam para a alfabetização. Com base nos conteúdos e nas atividades identificadas, foi possível verificar que as apostilas estão voltadas predominantemente para a adaptação – e não para a formação e experiência –, havendo, ainda assim, tendência grande das escolas, tanto públicas como particulares, de aderirem ao sistema apostilado
10	2019 Dissertação	Indústria cultural, educação infantil e trabalho docente : formação	FERREIRA, Daniella. Universidade Estadual de Londrina.	Formação de Professores	FERREIRA, Daniella. <b>Indústria cultural, educação infantil e trabalho</b>	<a href="http://www.biblioteca.uel.br/document/?code">http://www.biblioteca.uel.br/document/?code</a>	Educação de crianças, Indústria cultural, Ludicidade, Professores de educação pré-escolar	Resumo: Esta pesquisa teve o objetivo de compreender as práticas pedagógicas e ações lúdicas dos professores da escola da infância e as implicações destas no desenvolvimento da criança pré-escolar à luz da Teoria Crítica, tendo como finalidade proporcionar aos professores e gestores uma reflexão no que tange o processo de ensino e

		atuação lúdica com crianças			<b>docente : =vts000</b> <b>formação e 230847</b> <b>atuação lúdica com crianças.</b> Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.		aprendizagem lúdica. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina, linha de pesquisa Docência: Saberes e Práticas, do Núcleo de Formação de Professores. O lócus da pesquisa se desenvolveu em duas escolas infantis situadas no Município de Londrina, sendo uma escola pública e outra privada. Os objetivos específicos tiveram o intuito de conhecer o conceito e o contexto da Teoria Crítica, a fim de guiar-nos no processo de reflexão sobre as práticas pedagógicas, além de compreender e caracterizar o cenário contemporâneo por meio da identificação das influências da indústria cultural e seus impactos no ambiente educacional e na infância, bem como no processo formativo e nas práticas pedagógicas docente e analisar as implicações do trabalho docente no âmbito do desenvolvimento lúdico da criança. A pesquisa conta com um estudo teórico e um estudo prático com pesquisa de campo, a partir de observações com registro em diário de campo, imagens do cotidiano escolar, análise documental do Projeto Político pedagógico e entrevista semiestruturada com as professoras regentes das duas escolas. Ao final, com base nas análises da pesquisa, foi organizada uma ação por meio de uma oficina pedagógica que foi aplicada na escola da Infância. O tratamento dos dados foi de caráter qualitativo, e sua análise foi amparada pela Teoria Crítica da educação. Acredita-se que a pesquisa se faz relevante para o campo da educação, pois busca uma possível compreensão das práticas pedagógicas e lúdicas dos professores da escola da infância e como suas ações interferem no processo de ensino e aprendizagem lúdico de crianças. Como contribuição, tivemos o intuito de buscar novos direcionamentos a respeito das práticas pedagógicas para tentarmos ir além da lógica da indústria cultural e colaborar a desvanecer os desafios, para que se torne frequente a promoção
--	--	-----------------------------	--	--	--	--	---

								do lúdico no processo de ensino e aprendizagem de crianças.
1 1	2012 Tese	Inclusão na educação infantil: do viver o preconceito da diferença ao (con) viver com a diferença	VITAL, Marcia. USP São Paulo	Práticas pedagógicas	VITAL, Marcia. <b>Inclusão na educação infantil: do viver o preconceito da diferença ao (con) viver com a diferença.</b> Tese de doutorado em psicologia escolar e do desenvolvimento humano, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2018.	DOI 10.1160 6/T.47.2 012.tde-2208201 2-10503 5	Atitudes Crianças Diferenças individuais Educação especial Interações interpessoais Preconceito Psicologia educacional	A tese insere-se no conjunto de estudos já realizados sobre o preconceito visando contribuir com levantamento de discussões relevantes tanto no que se refere ao âmbito social como, principalmente, ao escolar, com enfoque na educação infantil. Toma como referencial teórico a Teoria Crítica da Sociedade e a Psicanálise. Tem por objetivo investigar as interações entre crianças, a fim de conhecer as tensões e possíveis atitudes preconceituosas entre elas. Foi realizada com base numa abordagem qualitativa, de tipo etnográfico, optando-se por fazer uma pesquisa com crianças para conhecer suas atitudes, expressões, e comportamentos. Para sua realização, foi escolhida uma escola municipal de educação infantil (EMEI), da cidade de São Paulo, que atende crianças de quatro a seis anos de idade, em período integral e parcial. O instrumento escolhido para coleta e descrição dos fatos foi o registro das observações da rotina das crianças. Algumas categorias psicológicas como atitudes e preconceito foram tomadas como norteadoras da pesquisa. A análise e interpretação das observações evidenciaram atitudes preconceituosas entre as crianças no que se refere às questões de gênero, diferenças físicas significativas e religiosas. Também demonstraram que as crianças não tinham oportunidade de discutir sobre essas atitudes, nem de serem ouvidas, em decorrência da postura e da falta de intervenção por parte da professora. A tese permite inferir que a educação para a diferença, nesta instituição, representa uma condição especialmente desafiadora para todos. Traz dados que podem contribuir para que as discussões e ações que envolvam o preconceito se tornem efetivas. Aponta a necessidade de se realizar mais pesquisas na tentativa de identificar o preconceito nas práticas escolares, de entender os mecanismos

								que levam o indivíduo a desenvolvê-lo e indicar eventuais caminhos para combatê-lo. Sugere que os profissionais que atuam na educação infantil sejam formados de acordo com o paradigma da diversidade
1 2	2006 Dissertação	Autonomia da criança: transição da educação infantil para o ensino fundamental, conforme as prescrições oficiais	SANTOS, Kelly PUC São Paulo	Práticas pedagógicas	SANTOS, Kelly. <b>Autonomia da criança: transição da educação infantil para o ensino fundamental, conforme as prescrições oficiais.</b> Dissertação de mestrado em educação, PUC, São Paulo, 2006.	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10544">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10544</a>	Autonomia da criança Articulação da educação infantil com o ensino fundamental Infants autonomy Child education articulation and primary education Autonomia (Psicologia) Educação pré-escolar -- Brasil Ensino fundamental -- Brasil Desenvolvimento infantil	Esta pesquisa utiliza-se das orientações e diretrizes curriculares da educação infantil, primeiro, para analisar os termos com que o conceito de autonomia é tratado e, segundo, para verificar se a articulação entre o final da educação infantil (pré-escola) e o início do ensino fundamental é prevista, apontando de que forma os documentos expressam as rupturas e as continuidades desse período. Nessa medida, a presente pesquisa pode ser caracterizada como exploratória, por admitir que os documentos selecionados representam idéias sobre a infância, orientam as práticas escolares, expressam, em certa medida, expectativas de pesquisadores, professores e demais profissionais da educação para a formação da infância brasileira. O referencial teórico adotado privilegiou conceitos desenvolvidos por Henri Wallon (1979) e Theodor Adorno (1995), por compartilharem posições compatíveis no trato da educação e da escola para a infância, como espaço potencial para o desenvolvimento da autonomia. A articulação entre conceitos da psicogenética walloniana e da teoria crítica, proporcionaram que este estudo explorasse a perspectiva de uma educação voltada para autonomia da criança. Em relação ao desenvolvimento social da criança, os documentos analisados, evidenciam que adaptação e autonomia são tratados de maneira cindida e desarticulada, tanto pela ordem das publicações quanto pela estrutura dos documentos, porque enfatizam os conteúdos voltados ao desenvolvimento cognitivo, apresentados por áreas de conhecimento, ao invés de apontar a necessária complementaridade entre eles. Assim, podemos referir que os documentos, apesar de distinguirem as dimensões do desenvolvimento humano, reforçam práticas

									voltadas prioritariamente à adaptação, ou que se convertem em homogeneização. Os documentos revelam ainda, que a transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental, é marcada por um novo papel social, o de aluno e que nessa passagem, algumas ações dos profissionais precisam ser diferenciadas, a fim de superar os desafios desta etapa. Tais orientações dão reconhecimento as especificidades, porém reforçam a cisão entre as duas etapas ao tratarem especificamente deste momento sob o ponto de vista da adaptação
1 3	2016 Dissertação	As abordagens do conhecimento na educação infantil: um estudo a partir da produção bibliográfica brasileira.	ALMEIDA, Rosane. PUC Goiás	Práticas pedagógicas	ALMEIDA, Rosane. <b>As abordagens do conhecimento na educação infantil: um estudo a partir da produção bibliográfica brasileira.</b> Dissertação de Pós graduação em educação PUC Goiás, 2016	<a href="http://localhost:8080/tede/handle/tede/3458">http://localhost:8080/tede/handle/tede/3458</a> OBS não consegui acessar texto na integra.			Esta pesquisa inscrita na linha de pesquisa Educação Sociedade e Cultura tem por objetivo compreender o debate sobre as abordagens do conhecimento na Educação Infantil, considerando os trabalhos completos apresentados durante as Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no Grupo de Trabalho nº 07 (GT07) Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Reconhecendo que a Associação é lócus de produção científica que reverbera suas pesquisas na formação inicial e continuada de professores por meio da produção bibliográfica brasileira na forma de artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e comunicações em eventos acadêmicos. Dessa forma, teve como objeto de estudo o debate sobre as abordagens do conhecimento na Educação Infantil. A relevância deste trabalho se justifica na necessidade do próprio campo da Educação Infantil em discutir a relação entre criança e processo educacional institucionalizado. Nesta perspectiva, esta pesquisa se constitui como um estudo situado naquilo que já foi produzido sobre o tema na relação com outras prerrogativas: a) As funções e as finalidades da educação institucionalizada das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses; b) A infância como tempo da vida dos sujeitos destinatários desta educação; c) A cultura como prática social humana;



1 4	2011 Dissertação	Cuidar e educar da primeira infância: tendências investigativas na produção acadêmica paulista (1997-2009)	SANTANA, Fabiane. PUC São Paulo	Formação de professores	SANTANA, Fabiane. <b>Cuidar e educar da primeira infância: tendências investigativas na produção acadêmica paulista (1997-2009)</b> Dissertação de mestrado em educação, PUC, São Paulo, 2011.	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10329">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10329</a>	Educação infantil Cuidar e educar Produção acadêmica Teoria crítica da sociedade Early childhood education Caring and educating Knowledge production Society's critical theory	Em face do aumento significativo da produção acadêmica brasileira sobre a educação infantil, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 (Brasil, 1996), este estudo tem como objetivo analisar as tendências investigativas da produção acadêmica paulista sobre a temática do cuidar e educar da primeira infância em instituições de educação infantil, produzidas entre os anos de 1997 e 2009. Compõem a amostra desta pesquisa 3 (três) teses de doutorado e 8 (oito) dissertações de mestrado produzidas nos Programas de Pós-Graduação da UNIMEP, UFSCAR, USP, UNESP Araraquara, PUC-SP, UNICAMP e UMESP. Para a coleta de dados foi utilizada ficha de leitura e quadro de análise, com o objetivo de coletar dados específicos que possibilitassem a comparação e a interpretação dos referidos trabalhos acadêmicos, sob a hipótese de que a concepção de preparação para o ensino fundamental ainda prevalece nas orientações para este nível de ensino. O referencial teórico adotado por esta pesquisa é o da Teoria Crítica da Sociedade, sendo utilizados trabalhos de Adorno, Horkheimer e Marcuse, em uma tentativa de articulação com a crítica que fazem em relação à ciência, além dos conceitos de formação, pseudoformação e racionalidade tecnológica. Foi possível verificar que, apesar da utilização por parte dos autores da teoria sócio-histórica e do reconhecimento da criança como ser social, a tendência da produção acadêmica, no que se refere ao cuidar e educar, parece caminhar para uma perspectiva de educação de cunho cognitivista, o que aponta para a pseudoformação, perpetua a racionalidade tecnológica e impede o avanço da formação para a emancipação. De outro lado, a produção acadêmica expressa o predomínio de uma concepção de ciência que reafirma a adaptação do indivíduo à sociedade, o que coloca em segundo plano à crítica social
--------	---------------------	--	---------------------------------	-------------------------	--	---	---	---

1 5	2016 Dissertação	Gestão Escolar e Política Educacional de inclusão na rede de ensino municipal de Manaus: uma reflexão à luz da teoria crítica	LIMA, Elis. UFAM Amazonas.	Formação de professores	LIMA, Elis. <b>Gestão Escolar e Política Educacional de inclusão na rede de ensino municipal de Manaus: uma reflexão à luz da teoria crítica.</b> Dissertação de mestrado em educação, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2016	<a href="https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5593">https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5593</a>	Educação inclusiva Gestão Escolar Política Educacional de Inclusão Gestão Democrática	A década de 1980 representou grandes modificações no contexto cultural, político, social e educacional do país. Após o período de Ditadura, Militar o Brasil inicia um processo de democratização o qual se vê refletido na Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição cidadã, pois advoga uma gama de direitos sociais para os cidadãos brasileiros. Também amplia a autonomia outorgada aos municípios para sua organização político-administrativa, ampliando sua participação e autonomia na gestão de políticas públicas. Neste contexto, por meio de várias ações que buscavam o alcance da viabilização do direito de todos a educação básica, os municípios passaram implementar as políticas educacionais cada vez mais includentes, aumentando, significativamente, o atendimento educacional na educação infantil e no ensino fundamental. A política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, reforçou o ingresso de alunos com deficiência nas classes regulares de ensino e requereu da gestão escolar mecanismos não só de acesso, mas também de permanência e de qualidade que garantissem processos de emancipação mais efetivos. Este estudo teve como objetivo: analisar os marcos legais e políticos que disciplinam a educação inclusiva no município de Manaus, descrevendo a relação entre gestão escolar e o paradigma da inclusão no atual contexto educacional, político e cultural da rede de ensino municipal pública de Manaus. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, e foi desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Teve como aporte teórico a Teoria Crítica fundamentada em Adorno. Na pesquisa bibliográfica, embasamos nossa discussão científica com os seguintes autores: Glat e Blanco (2007), Glat e Pletsch (2011) Libâneo (2007, 2008), Mendes (2010), Marques (2010), Lopes e Fabris (2013), Matos (2013), Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990,
--------	---------------------	---	----------------------------	-------------------------	---	---	--	--

								Declaração de Salamanca de 1994, entre outros. A pesquisa documental privilegiou a análise dos documentos legais das políticas públicas do município de Manaus, dentre elas, a LOMAN de 1990, Plano Municipal de Educação, Resolução nº 10/CME/ 2011, nº 11/CME/2016 e Resolução nº 038/CME/2015 do Conselho Municipal de Manaus. A análise comprovou que há dissonância na legislação municipal referente à educação inclusiva; sobre a gestão escolar encontramos alguns aspectos que revelaram conflitos e, acerca da interface entre gestão escolar e políticas educacionais de inclusão, verificamos que o diálogo entre esses dois campos de estudo existe, no sentido de que a participação e a autonomia perpassa tanto pela gestão escolar quanto pela inclusão, mas não estão conciliados.
1 6	2013 Dissertação	A gente vem brincar, colorir e até fazer atividade: a perspectiva das crianças sobre a experiência de frequentar uma instituição de educação infantil	SANTOS, Sandro UFMG Minas Gerais	Práticas pedagógicas	SANTOS, Sandro. <b>A gente vem brincar, colorir e até fazer atividade: a perspectiva das crianças sobre a experiência de frequentar uma instituição de educação infantil.</b> Dissertação de mestrado em educação, Universidade Federal de Minas Gerais,	<a href="http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9UGKGW">http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9UGKGW</a>	Não encontrado	A presente dissertação de mestrado teve como objetivo central analisar as experiências vivenciadas cotidianamente por crianças de quatro/cinco anos no interior de uma instituição pública de educação infantil. O estudo de caso de caráter qualitativo e interpretativo foi desenvolvido em uma Unidade Municipal de Educação Infantil situada na cidade de Belo Horizonte. A partir de um referencial teórico metodológico multidisciplinar que propõe uma interlocução entre autores da sociologia da infância e da filosofia (expressa na teoria crítica de Walter Benjamin) e das pedagogias da infância e da Educação Infantil construído com base no reconhecimento das especificidades que envolvem a investigação científica com crianças, buscou-se compreender a perspectiva das mesmas acerca de sua própria educação. Os resultados do estudo apontam que, para as crianças, a instituição de Educação Infantil, para além da tarefa de iniciá-los na vida escolar, se configura como um espaço de relações sociais da primeira infância. Relações essas muito mais amplas e complexas do que aquelas vividas no interior da família. Buscou-se

					Minas Gerais, 2013.			compreender também as formas como as crianças constroem suas experiências no interior da instituição de educação infantil e, nesse sentido, identificou-se que as experiências vivenciadas na instituição se articulam com as experiências extraescolares das crianças. As crianças também demonstraram formas de envolvimento com as ações planejadas pelas professoras quando essas respeitam e abarcam a dimensão lúdica que envolve a experiência infantil. Igualmente, identificou-se que as crianças demonstram gostar mais das situações, dos momentos, das atividades e dos espaços onde há possibilidade de maior nível de protagonismo e envolvimento nas ações, sejam elas planejadas ou não por adultos(as) que lidam cotidianamente com as crianças nos contextos públicos de cuidado e educação. A partir da análise das formas pelas quais as crianças constroem suas experiências na instituição de educação infantil e da identificação das experiências de que elas mais gostavam de vivenciar, bem como aquelas de que não gostavam, tornou-se possível identificar sinalizações das próprias crianças para a construção de práticas pedagógicas mais significativas.
17	2016 Dissertação	O direito à educação infantil e a oferta pública em Minas Gerais para crianças de 0 a 6 anos dos povos quilombolas	MELO, Regina UFMG Minas Gerais	Práticas pedagógicas	MELO, Regina. <b>O direito à educação infantil e a oferta pública em Minas Gerais para crianças de 0 a 6 anos dos povos quilombolas.</b> Dissertação de mestrado em	<a href="http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AR5J94">http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AR5J94</a>	Educação Quilombola. Educação Infantil. Direito à Igualdade. Direito à Diferença; Territórios Quilombolas de Minas Gerais.	Esta pesquisa se caracteriza como uma etapa da avaliação diagnóstica da oferta pública de Educação Infantil (EI) de qualidade, socialmente referenciada, sob a perspectiva do direito das crianças de 0 a 6 anos dos povos quilombolas de Minas Gerais. O objetivo central é compreender como o direito à diferença na EI se expressa nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Brasil, 2012c) e mapear as condições do atendimento educacional público para as referidas crianças de Minas Gerais, após o Fundeb (2006). Em relação ao direito à educação infantil e ao direito ao território quilombola identifica-se suas origens na Constituição Federal (BRASIL,1988). A

				educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.		regulamentação da EI pela DCNEI (Brasil,2009) e pela DCNEEQEB (Brasil,2012c) representam avanços do direito à diferença na educação, conceituado e historicizado, apontando marcos legais internacionais e nacionais com o apoio de Campos (2013), Cury (2002, 2005), Lascoumes (1998), Vieira (1999) e Rosemberg (1999, 2012, 2014). A política nacional de educação infantil é destacada com foco nos seus desafios e avanços em relação à qualidade na perspectiva da diversidade étnico racial e no financiamento. Investiga-se a oferta pública de educação infantil por meio de avaliação quantitativa (INEP, Censo Escolar), caracterizando municípios com presença quilombola certificada, ELDQ, matrículas, turmas, variáveis selecionadas sobre o perfil de profissionais e a infraestrutura das ELDQ. A análise comparativa situa a oferta pública em região de Minas Gerais com alta concentração de CRQs e em relação ao conjunto das escolas urbanas e rurais (2010-2014). Os referenciais teóricos para conceituar e descrever os territórios quilombola em Minas Gerais foram: Guimarães,1995; Pereira, 2007; Cedefes, 2008; Gomes, 2009, que destacam os movimentos negro e quilombola e Dalmir, 1987; Munanga e Gomes, 2006; Cardoso e Gomes, 2011. O suporte na produção acadêmica para a análise de contexto da educação infantil foi encontrado principalmente em Rosemberg (2012, 2014) que assinala a perspectiva da teoria crítica do reconhecimento formulada por Nancy Fraser e Rosemberg e Artes (2012) relativo a análise quantitativa da oferta de EI. Ao desenvolvermos a pesquisa quantitativa nos deparamos com vários problemas metodológicos, como o fato do Censo Demográfico (IBGE) e Censo Escolar (INEP) não identificarem os indivíduos dos povos quilombolas e as mudanças conceituais relativas à escola localização diferenciada quilombola (ELDQ). Desta forma, analisamos o
--	--	--	--	---	--	---

								referido conceito de ELDQ desde a sua origem (2004) e sua aplicação no Fundeb, onde foram identificados sinais de racismo institucional. Os resultados do estudo quantitativo evidenciam o predomínio da oferta de pré-escola em escolas do ensino fundamental, havendo acesso restrito para crianças de 0 a 3 anos nos territórios quilombolas. Pontua-se algumas hipóteses e várias questões ao longo deste trabalho para subsidiar estudos qualitativos e diagnósticos participativos.
1 8	2009 Tese	Saber docente, oralidade e cultura letrada no contexto da educação infantil: análise da prática docente à luz dos autores da Escola de Vigotsky	MOREIRA, Joana. UFC Ceará	Formação de professores	MOREIRA, Joana. <b>Saber docente, oralidade e cultura letrada no contexto da educação infantil: análise da prática docente à luz dos autores da Escola de Vigotsky.</b> Tese de doutorado em educação, Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza - CE, 2009.	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3231">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3231</a>	Educação Pré-Escolar Professor de Educação Infantil Prática de Ensino Educação Infantil Linguagem Formação de Professores Prática Docente Comunicação e Educação Linguagem e Educação	Pesquisa sobre saber docente concepções e práticas pedagógicas de professoras da Educação Infantil de escolas públicas de Fortaleza no Estado do Ceará Tal investigação objetivou captar e interpretar os saberes docentes acerca da aquisição e desenvolvimento da linguagem na infância e analisar as suas manifestações no trabalho pedagógico realizado no contexto da Educação Infantil Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho etnometodológico - estudo de caso duplo - realizada com quatro professoras de uma escola pública federal e duas profissionais de uma instituição municipal Como arcabouço teórico que deu ancoragem ao estudo destacam-se os autores da Escola de Vigotsky de vertente histórico-cultural, Alexander Luria Aléxis Leóntiev e Lev S. Vygotsky; os pesquisadores do saber docente e da prática situada: Donald Schön António Nóvoa Maurice Tardif e Jacques Therrien assim como autores da teoria crítica do currículo e da cultura: Jürgen Habermas Henri Giroux Peter McLaren e Paulo Freire Para realizar um diálogo crítico com o objeto de estudo, elegeu-se como categorias interpretativas do real: o saber docente e a prática situada a linguagem e a mediação e, no decorrer do trabalho emergiu também a categoria teórica atividade A análise dos dados revelou que a concepção de linguagem verbal das professoras pesquisadas resulta das suas histórias de vida e formação bem como dos saberes que se fazem nas

								experiências cotidianas Mostrou também que os saberes que incorporam como “crenças” repercutem diretamente em suas escolhas pedagógicas e na forma como arquitetam sua prática profissional A investigação constatou que entre os saberes e as habilidades necessários à docência na Educação Infantil destacam-se: o conhecimento de como a criança se desenvolve e aprende “a capacidade de pesquisar a criticidade a rigorosidade metódica a ética a afetividade e a dialogicidade” (FREIRE, 1996) bem como a autonomia a autoridade e a autoria (KRAMER 1994) dos professores Por fim sublinha-se que uma política pública de educação decente deve garantir uma formação inicial e continuada de modo consistente além de condições humanas e materiais de trabalho que possibilitem a profissionalização docente e a constituição de um contexto educativo que respeite as necessidades e especificidades da infância
1 9	2016 Dissertação	A atuação dos professores de educação infantil em relação ao gênero: sexualidade infantil, discriminação social e relações de poder	REIS, Mariana. PUC São Paulo	Formação de professores	REIS, Mariana. <b>A atuação dos professores de educação infantil em relação ao gênero: sexualidade infantil, discriminação social e relações de poder.</b> Dissertação de	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19211">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19211</a>	Prática docente Gênero Educação infantil Teaching practice Gender Child education	Esta pesquisa trata da atuação dos professores de Educação Infantil em relação ao gênero e objetivou identificar e analisar na atuação dos docentes, os estímulos em relação ao gênero associados à sexualidade infantil, discriminação social e relações de poder. Os dados foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico, sendo cinco artigos, três dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, localizados nas plataformas de pesquisa SciELO, ANPEd e Fundação Carlos Chagas; a busca aconteceu de Julho de 2014 a Fevereiro de 2016. Como referencial teórico utiliza-se do conceito de gênero, compreendido por Joan Wallach Scott, bem como recorre-se à Teoria Crítica da Sociedade, à Psicanálise e à Psicologia Social, especialmente

					Mestrado em educação, PUC, São Paulo, 2016.			sobre as contribuições das obras de Theodor W. Adorno e Sigmund Freud, para delimitar, respectivamente, o entendimento sobre o indivíduo, a sociedade e a educação e sobre os conceitos de sexualidade infantil e discriminação social. Os resultados apontam que os professores da Educação Infantil atuam, majoritariamente, de forma a estimular meninos e meninas, tendo por base a diferenciação entre os sexos; tal diferenciação raramente acontece de forma neutra, na maioria das situações os professores segregam e marginalizam o que é pertencente aos meninos e o que é pertencente às meninas. As relações de poder são postas quando meninas e meninos são estimulados em diferentes posições de submissão ou autoridade com base na diferença entre seus sexos, e concretizadas quando são marginalizadas ou segregadas. A sexualidade infantil aparece de diversas formas nas pesquisas, porém é pouco abordada e bastante encoberta pelos professores, sendo a maior preocupação e insegurança destes a curiosidade sexual da criança e a possibilidade de uma futura relação homoafetiva. Identificou-se que a família contribui de forma a motivar a atuação dicotômica dos professores em relação ao gênero e seus estímulos associados à sexualidade infantil, discriminação social e relações de poder
20	2005 Dissertação	O currículo para a educação infantil: uma leitura da proposta orientada por temas geradores no Projeto Escola Cabana	PENA, Maria. UFPA Pará	Práticas pedagógicas	PENA, Maria. <b>O currículo para a educação infantil: uma leitura da proposta orientada por temas geradores no Projeto Escola</b>	<a href="http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1633">http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1633</a>	Criança pequena Currículo Educação Infantil Tema gerador Small child Curriculum Infantile education Generating subject	O trabalho que apresento trata da elaboração de uma pesquisa que tem como objeto a abordagem da Educação Infantil no Projeto Escola Cabana, desenvolvida no período de 1997 a 2004, em Belém do Pará, enfocando em sua lente principal a configuração do currículo por temas geradores. Para construir sobre o tema que exploro lanço mão de idéias que se organizam/gestam no campo das teorias críticas sobre educação e currículo, trazendo reflexões para a Educação Infantil. Estudar o currículo para a criança pequena se coloca como um desafio, pois a Educação Infantil se tornou o

					<p><b>Cabana.</b> Dissertação de Mestrado em educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 205.</p>		<p>primeiro patamar (não obrigatório) da Educação Básica, sendo atualmente uma obrigação do Estado a sua oferta à população. Nesta situação é importante a discussão das propostas curriculares que se apresentam como expressões de propostas teóricas que objetivam oferecer uma educação integral e cidadã para as crianças de zero a seis anos. Entendendo a Escola Cabana com este perfil me propus a fazer uma pesquisa dirigida à compreensão desta proposta na sua dimensão de currículo para a infância, assumindo como percurso metodológico a análise nos documentos que faz referências específicas ao currículo, via temas geradores na Educação Infantil. Desse modo, problematizei como se configurou o currículo por temas geradores do Projeto Escola Cabana (PEC) para a Educação Infantil, a partir das bases teóricas adotadas e as implicações educacionais/curriculares no processo de formação da criança pequena como sujeito social e de direitos. As leituras realizadas apontaram-nos que a configuração do currículo para a EI no período de 1997 a 2004 foi um caminho teórico percorrido em três momentos, sugerindo as seguintes possibilidades: no primeiro momento é possível afirmar que a primeira configuração do currículo para a EI no PEC se organizou a partir de eixos de trabalho aproximando-se do modelo escolar, segmentando em áreas de conhecimentos, limitando e restringindo o brincar como eixo de trabalho, ao passo que negava as demais expressões da criança, sendo, portanto, ainda uma proposta excludente da cultura infantil. No segundo momento a proposta abandona a organização do currículo por eixos de trabalho e investe na adesão dos temas geradores, porém com poucas referências específicas para a EI. No terceiro momento a proposta investe na resignificação da Educação Infantil apresentando a configuração do currículo por tema gerador tomando a criança e o seu desenvolvimento como ponto de</p>
--	--	--	--	--	--	--	--

								partida para o currículo. Portanto, a leitura que aponto com esses três momentos do PEC é de uma construção de um caminho curricular para Educação Infantil que inicialmente desconhecia e excluía as crianças das classes populares com suas infâncias e saberes, para depois convidá-las a participar da Educação Infantil como direito, cultura da criança e inclusão social.
2 1	2012 Dissertação	A escola de educação especial: uma escolha para crianças autistas e com deficiência intelectual associada de 0 a 5 anos	GOES, Ricardo. USP São Paulo	Práticas pedagógicas	GOES, Ricardo. <b>A escola de educação especial: uma escolha para crianças autistas e com deficiência intelectual associada de 0 a 5 anos.</b> Dissertação de mestrado em psicologia, Instituto de psicologia, USP, São Paulo, 2012.	DOI 10.11606/D.47.2012.tde-08112012-151609	Autismo Deficiência intelectual Educação especial Educação infantil Inclusão escolar	Esta dissertação de mestrado teve o objetivo de investigar os motivos que levaram os pais de crianças com autismo e deficiência intelectual associada a matricularem seus filhos na educação infantil em escolas de educação especial. Para atender o objetivo proposto, a pesquisa apresenta um panorama da educação infantil no Brasil, com destaque para a questão da educação especial. Aborda as ambiguidades presentes nas normas e legislação, além de discutir a respeito da falta de consenso e fragilidade na conceituação e caracterização do autismo e da deficiência intelectual. Foram realizadas entrevistas com pais de crianças com autismo e deficiência intelectual associada que frequentaram a educação infantil em escolas de educação especial. O que se observou nas entrevistas foi que os pais buscaram, inicialmente, a escola regular para seus filhos, mas, devido às dificuldades encontradas, acabaram escolhendo retirá-los da escola regular e matriculá-los em escolas privadas de educação especial. Esses pais acreditam que essas escolas podem oferecer melhores condições para o processo de escolarização de seus filhos. Ao analisarmos os relatos dos pais à luz da Teoria Crítica da Sociedade, levantamos alguns indícios de que a escola de educação especial muitas vezes aparece como a melhor possibilidade de escolarização para crianças com autismo e deficiência intelectual associada, logo, esta escolha dos pais apresenta uma coerência. No entanto, não houve resistência e enfrentamento dos pais ao se

								depararem com as dificuldades na inclusão de seus filhos nas escolas de ensino regular, o que indica uma atitude de adaptação destes pais em relação aos limites impostos à escolarização de seus filhos com autismo e deficiência intelectual associada. Além disso, discutimos a questão de que a educação infantil pode ser um ambiente inclusivo dado às condições adequadas para que as crianças tenham contato com a diversidade, ou seja, crianças com e sem deficiências frequentando a mesma escola, podem por esta aproximação ter uma diminuição do preconceito para com o diferente
2 2	2019 Dissertação	Um estudo sobre a leitura literária realizada pelo professor da pré-escola	TIVERON, Vanessa. PUC São Paulo	Formação de Professores	TIVERON, Vanessa. <b>Um estudo sobre a leitura literária realizada pelo professor da pré-escola.</b> Dissertação de mestrado em educação, PUC, São Paulo, 2019.	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22761">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22761</a>	Professores de educação infantil Incentivo à leitura Leitura Professores - Livros e leitura Preschool teachers Reading promotion Reading Teachers - Books and reading	O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a leitura literária realizada pelo professor da pré-escola, com crianças de quatro e cinco anos, objetivando analisar a relação entre os propósitos pedagógicos e literários desta conduta, entendendo que ambos fazem parte da aprendizagem da criança; porém, pretende-se averiguar se os objetivos pedagógicos voltados à conformação de padrões e adaptação, sobressaem aos objetivos literários da fruição e encantamento, que devem ser algumas das possibilidades experimentadas pelas crianças. Para tanto, o aporte teórico adotado nesta pesquisa advém dos pensadores da teoria crítica da sociedade, principalmente os que tratam da formação cultural e experiência, auxiliando a compreender os processos de formação dos indivíduos as crianças. Realizou-se, em uma Escola Municipal de Educação Infantil da cidade de São Paulo, a aplicação de um questionário para 20 professores de educação infantil, em que os resultados permitiram concluir que a leitura ainda é utilizada fundamentalmente com propósitos pedagógicos, como por exemplo: fazer desenhos ou projetos. Contudo, muito pouco lhe é atribuído de arte, entre tantas outras possibilidades, tais como: a experiência da leitura, por meio da qual seja possível compreender o mundo e investigá-lo; suscitar o imaginário; ter a curiosidade respondida e encontrar

								outras ideias. Conclui-se que o livro como mediação da cultura, fazendo dele um momento de interação social significativa para a criança, ainda constitui um problema a ser enfrentado no campo da educação infantil.
2 3	2020 Dissertação	Possibilidades de apropriação do conceito de constelação na idade pré-escolar: investigação a partir de um experimento didático	GHIRARDELO, Dante. UNESP São Paulo	Práticas pedagógicas	GHIRARDELO, Dante. <b>Possibilidades de apropriação do conceito de constelação na idade pré-escolar: investigação a partir de um experimento didático.</b> Dissertação de Mestrado em educação para ciência, UNESP, São Paulo, 2020.	<a href="http://hdl.handle.net/11449/192152">http://hdl.handle.net/11449/192152</a>	Ensino de Ciências Ensino de Astronomia Educação infantil Psicologia Histórico-Cultural Pedagogia Histórico-Crítica Astronomy teaching Early years education Cultural-Historical Psychology Critical-Historical Pedagogy	O atual crescimento das pesquisas envolvendo o ensino de Astronomia não se reflete na Educação Infantil, ignorando a necessidade de um ensino sistematizado nesta etapa escolar. Partindo do método materialista histórico-dialético são necessárias pesquisas que se debruçam sobre esse objeto a fim de superar as aparências e sanar esta problemática apresentada no ensino dessa etapa escolar. Logo, o trabalho se estrutura de forma a responder a seguinte questão: é possível ensinar Astronomia Observacional na escola de Educação Infantil, visando propiciar o desenvolvimento infantil no processo de ensino e aprendizagem? Assim, partindo das teorias críticas pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural, buscou-se organizar um experimento didático que trabalhe o ensino do conceito de constelação para uma turma da Educação Infantil, se organizando a partir do conteúdo-sujeito. Isto possibilitou olhar para a construção do conceito em seu formato histórico contextual, expondo o movimento e constituição daquilo que se compreende historicamente como o conceito de constelação, apresentando um sistema conceitual de tal conteúdo que contemple então a unidade fundamental deste, compreendido aqui como observação celeste. Quanto à questão do desenvolvimento humano, da criança em idade pré-escolar, verificou-se as atividades dominantes e acessórias que guiam o desenvolvimento humano, fundamentado a partir da psicologia histórico-cultural, objetivando a periodização do pensamento e da atividade. Destarte, expressando tais vias, do conteúdo e do sujeito, em um experimento didático buscou-se relacionar o

								<p>conteúdo assumido com a criança em idade pré-escolar; experimento esse qual, foi elaborada seguindo ideias filosóficas da pedagogia histórico-crítica. Logo, o local onde essa pesquisa procurou se manifestar foi no experimento didático, onde foram propostas ações enquanto possibilidades para o ensino de Astronomia na Educação Infantil. Portanto, tal pesquisa buscou desenvolver um experimento didático que considere o conteúdo-sujeito, desenvolvido em uma turma do Infantil V com 25 alunos de 4 e 5 anos. Entre as análises pode-se observar que talvez fosse importante ter garantido um momento de familiarização com o conceito de constelação, estrelas, etc., para então, tendo estabelecido com as crianças esse conceito, avançar em direção à questão do nexa entre regiões celestes e localização geográfica, além de perceber o destaque da utilização de quatro momentos que se mostraram possibilidades assertivas que tem relação direta com o conteúdo da unidade fundamental, de forma mais nítida, uma história virtual junto de uma dramatização didática, a utilização de um programa simulador celeste, desenhos relacionados com a Astronomia Observacional e a visita a um Observatório Astronômico, ações planejadas e produzidas no experimento. A pesquisa buscou subsidiar caminhos que visam possibilitar melhorias nas intervenções pedagógicas que envolvam os conteúdos científicos na Educação Infantil, onde destaca-se que tal modelo não é visto como único caminho a ser seguido, mas sim enquanto possibilidade.</p>
2 4	2012 Tese	A experiência estética na educação da infância: uma crítica no	OLIVEIRA, Keyla. UFG Goiás	Práticas pedagógicas	OLIVEIRA, Keyla. <b>A experiência estética na educação da infância: uma</b>	<a href="http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1138">http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1138</a>	Experiência Estética Infância Educação Crítica Beleza Gótica	O presente trabalho se insere na linha de Cultura e Processos Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Ele foi financiado pelo CNPq e visa a investigar a experiência estética na educação da infância e apresentar uma crítica desta no

		contexto da indústria cultural			<p><b>crítica no contexto da indústria cultural.</b> Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.</p>		<p>contexto da indústria cultural. Tomando como aporte teórico a Teoria Crítica, as questões que nortearam a pesquisa foram: Qual o papel da arte e da estética na educação da infância? Que elementos poderiam ser trabalhados na educação escolar com vistas à experiência estética na educação infantil? O que a indústria cultural representa no campo da arte e como ela se infiltra nos planejamentos destinados à educação infantil? Em que sentidos a educação da infância pode avançar com relação à questão de gênero e de construção de uma linguagem estética? A criança pequena é capaz de participar de uma proposta de construção de uma leitura mais rica de imagens e de experiências estéticas? Como a beleza gótica pode favorecer reformulações qualitativas no desenvolvimento de um trabalho com a arte responsável, comprometido ou coerente com uma concepção de estética livre das amarras da indústria cultural para a infância? Os capítulos desta tese constituem ensaios que guiaram a investigação realçando um pensar mais dinâmico, criando campos de força cujos vetores se apresentam na experiência estética, na infância, na educação, na crítica e na beleza gótica. A primeira parte do trabalho discute as concepções da Teoria Crítica que motivaram a resposta para minhas interrogações acerca da experiência estética, com especial alusão às categorias da antiarte e da dialética negativa de Adorno, como também o conceito de experiência de Benjamin. O passo seguinte foi o de desenvolver os desdobramentos que o consumo de mercadorias culturais gera no ensino de arte na educação infantil, explicando-os em tópicos específicos. Neste momento as contribuições de diferentes autores dialogaram com meu objeto, entre eles Marcuse, Pucci, Loponte, Nogueira, sem falar em autores da área da arte. As concepções de Alicia Entel sobre a beleza gótica, nos tempos contemporâneos, mostraram-se como a essência da experiência</p>
--	--	--------------------------------	--	--	---	--	---

								estética viva de Adorno na educação da infância. O terceiro capítulo se move nestas acepções baseadas no pensamento videológico e no saber sensível, enredando outros teóricos nas reflexões feitas. Finalmente, o último ensaio traz a leitura das imagens de produções de cinco artistas, com obras emblemáticas da beleza gótica que figuram como referência para a infância: Frida Kahlo, Maria Martins, Diane Arbus, Anita Malfatti e Soni-Pin. A leitura retoma muitas categorias trabalhadas ao longo de todo o texto. A pesquisa se completa nesta tentativa de aproximar o leitor de uma lógica diferente da lógica puramente discursiva, porque se aventura a ensaiar um pensamento poético sobre a experiência estética na infância, propondo o debruçar sobre imagens goticamente belas, que mudam o referencial de um pensar linear, sem perder o rigor do trabalho acadêmico.
2 5	2006 Dissertação	Educação musical e emancipação : a formação do educador musical a partir de uma perspectiva crítica	CUNHA, Daiane. UFPR Curitiba PR	Formação de professores	CUNHA, Daiane. <b>Educação musical e emancipação : a formação do educador musical a partir de uma perspectiva crítica.</b> Dissertação de mestrado em educação, UFPR, Curitiba, 2006	<a href="https://hdl.handle.net/1884/6602">https://hdl.handle.net/1884/6602</a>	Educação Musical; Teoria Crítica; Formação Pedagógica.	Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a educação musical no ensino regular, principalmente na educação infantil, tendo em vista a influência da Indústria Cultural e a formação pedagógica do educador musical para uma práxis emancipatória. O estudo parte dos pressupostos teóricos da Teoria Crítica. Para melhor compreender esta relação entre música e educação, realiza-se uma retrospectiva histórica, enfatizando o caminho percorrido pela educação musical no Brasil: a relação entre os diversos métodos e propostas de ensino de música, as tendências pedagógicas e as transformações políticas. O tema Indústria Cultural e Educação Musical é abordado com maior enfoque a partir das análises realizadas pela "Escola de Frankfurt", sobretudo as que se referem ao processo de deterioração da formação, considerando a educação musical em tempos de industrialização da arte, a formação dissimulada e a conversão da formação em semiformação. Tendo o trabalho docente como um dos fatores influentes na formação musical das

								crianças, parte-se das idéias dos frankfurtianos sobre educação emancipatória para investigar a formação do educador musical atuante na Educação Infantil – o Pedagogo ou o Professor de Música. Observa-se nos currículos dos cursos de formação do Educador Musical, a presença das disciplinas necessárias para sua formação – as disciplinas da área musical e da licenciatura - e analisa-se a Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, seus fundamentos, objetivos e sua grade curricular. Por fim, apontam-se elementos norteadores da práxis emancipatória, esclarecedora e crítica e, sobretudo, um olhar sobre a educação musical crítica na Educação Infantil. Em todo o estudo procura-se focalizar a importância do trabalho docente não somente para o ensino de música, mais ainda, para a educação musical, de forma que o conhecimento sobre a linguagem musical aliado à atitude reflexiva e crítica diante da indústria cultural são considerados elementos necessários na formação deste profissional. Não se restringindo à mera transmissão de conhecimento musical, a práxis do educador caracteriza-se como emancipatória pela conscientização da criança para a boa música e por sua função educativa do refletir; atitudes pedagógicas determinantes da formação do sentido crítico, sobretudo em tempos de crise cultural.
26	2018 Dissertação	Letramento literário na EJA: transformando e (re)construindo os caminhos	ALMEIDA, Andreia. UFTM Uberaba.	Práticas pedagógicas	ALMEIDA, Andreia. <b>Letramento literário na EJA: transformando e (re)construindo os caminhos.</b> Dissertação de Mestrado em	<a href="http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/557">http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/557</a>	EJA. Letramento Literário. Inclusão Social. EJA. Literary Literature. Social Inclusion.	Esta dissertação é fruto de um trabalho de pesquisa que se estrutura no tema da leitura literária a partir da ideia de que a sua prática na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é importante não apenas por constituir uma ferramenta para a aprendizagem, mas também por propiciar a esses indivíduos a capacidade de reagir frente às adversidades do meio social, possibilitando o exercício dos papéis sociais que ocupam. Esses papéis vão desde o mercado de trabalho à posição que ocupam no seu bairro ou na sua igreja, tornando-se estruturadores de sua

					Letras, UFTM, Uberaba, 2018			condição existencial na sociedade em que vivem. Sabe-se que a relação do homem com o mundo se processa em interação. Assim, em diversos contextos ele estabelece diálogos, criando formas de inserção social a fim de não ficar excluído das práticas sociais pertinentes ao seu meio. Uma das práticas sociais na qual o indivíduo busca adquirir acesso é a leitura, cujo domínio é visto como forma de alcance de um prestígio social, possibilitando-o se inserir significativamente nas práticas que vivencia. Tornando-se leitores assíduos, poderão compreender e interpretar melhor as situações cotidianas da contemporaneidade. Ademais, entende-se que a EJA tem a necessidade de um ensino de leitura que prestigie e valorize todos os conhecimentos acumulados pelos alunos, pois acredita-se que os elementos que distinguem a EJA das outras modalidades de ensino são os aspectos socioculturais (interesses, conhecimentos, expectativas) desses alunos, cujas singularidades precisam ser pensadas e respeitadas. Nesse sentido, espera-se que o projeto de intervenção de leitura literária na EJA, apresentado nesta dissertação, enquanto educação básica, colabore para capacitar os estudantes participantes a ler, a escrever e a integrar-se ao mundo de forma efetiva. Para tanto é necessário que a prática da leitura seja não apenas constante, mas também direcionada para o letramento literário, a partir do desenvolvimento de práticas pedagógicas que o contemplem, enquanto ferramenta de trabalho com turmas de EJA.
27	2015 Dissertação	Formação colaborativa na perspectiva sócio-histórico cultural: a dialética da inclusão	MIRANDA, Vera. UFG Goiânia	Formação de professores.	MIRANDA, Vera. <b>Formação colaborativa na perspectiva sócio-histórico cultural: a</b>	<a href="http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4713">http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4713</a>	Materialismo dialético Formação colaborativa Letramento Inclusão Dialectical materialism Collaborative education Literacy Inclusion	Esta dissertação é o resultado de um projeto de formação colaborativa desenvolvido com professores de educação infantil e de primeira fase da educação básica ligados à Secretaria Municipal de Educação de Rialma (SME), em Goiás. Em uma perspectiva dialética inclusiva, esta pesquisa-ação se preocupa com a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. Está dividida

					<b>dialética da inclusão.</b> Dissertação de Mestrado em educação, UFG, Goiânia, 2015.			em quatro capítulos, em que os aspectos teóricos e empíricos estão entrelaçados e se completam. O primeiro capítulo descreve todo o percurso metodológico, desde o Seminário de Abertura até a finalização do Estudo Empírico. O segundo capítulo trata da constituição do grupo de estudos colaborativos formado por seis (6) educadoras que se dispuseram a participar. No terceiro capítulo estão descritas as conclusões dos estudos que nortearam uma nova forma de planejar as aulas, baseada nos pressupostos da pedagogia histórico-crítica e teoria histórico-cultural (LEONTIEV, A.N. 2004, 2012, 2012a; SAVIANI, D. 1991, 2012; VIGOTSKII, L. S. 1994, 2001, 2012). O quarto e último capítulo conclui a pesquisa, com a descrição e a análise do estudo empírico realizado na sala de aula de uma das professoras/participantes do Primeiro Ano 1. Todo trabalho se desenvolveu na tentativa de explicar como, em cada etapa, as professoras assimilaram as teorias críticas de educação, desfizeram-se de alguns conceitos antigos e criaram planos de aulas que, por meio da prática fundamentada teoricamente, serviu de base para a organização, a aplicação e a reelaboração de atividades de letramento. Mediados pela professora, em um processo dialético de inclusão, foram desenvolvidos trabalhos colaborativos nos pequenos grupos de alunos, criando uma interdependência positiva de ensino e aprendizagem entre os pares menos e mais experientes.
28	2013 Dissertação	Da 'queixa' ao fracasso escolar: um estudo sobre a predominância do encaminhamento de	NASCIMENTO, Ana. UFG Goiânia	Práticas pedagógicas	NASCIMENTO, Ana. <b>Da 'queixa' ao fracasso escolar: um estudo sobre a predominância do</b>	<a href="http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3176">http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3176</a>	Queixa escolar Fracasso escolar Meninos School complaint School failure Boys	Com uma perspectiva crítica em psicologia e em educação, o objetivo deste estudo é conhecer os aspectos envolvidos na predominância do encaminhamento de meninos com queixas escolares para atendimento psicológico em clínicas-escola de psicologia e unidades de saúde pública. Baseando-se na compreensão de que o fracasso escolar é um fenômeno socialmente produzido, buscou-se refletir sobre os mecanismos que produzem as queixas

		meninos aos serviços de psicologia			<p><b>encaminhamento de meninos aos serviços de psicologia.</b> Dissertação de mestrado em educação, UFG, Goiânia, 2013.</p>		<p>escolares em meninos, e como essas queixas, construídas no espaço escolar, se convertem em questões intrínsecas, tornando o acompanhamento psicológico uma das vias de resolução para problemas escolares. Para a investigação do objeto de estudo, adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, por considerá-la essencial para desvelar o problema levantado. Procedeu-se, então, a uma busca no banco de teses e dissertações Capes, na biblioteca eletrônica SciELO, na biblioteca virtual em saúde (BVS) e nos periódicos eletrônicos em psicologia (PePSIC), utilizando os seguintes descritores: “caracterização de clientela infantil em clínicas-escola de psicologia”, “caracterização de clientela infantil em serviços de saúde pública”, “queixa escolar de meninos”, “fracasso escolar de meninos”, “relação entre gênero e educação”, “gênero e fracasso escolar de meninos”, “gênero e desempenho escolar”, “predomínio de crianças do sexo masculino encaminhadas para clínicas-escola de psicologia ou serviços de saúde pública”. Para o levantamento das informações, foram trabalhados dois grupos de fontes bibliográficas: o primeiro grupo é constituído por estudos e pesquisas na área da psicologia que investigaram a demanda infantil para acompanhamento psicológico em clínicas-escola de psicologia e serviços de saúde pública; o segundo grupo constitui-se de estudos e pesquisas da área da educação que investigaram o fracasso escolar de meninos. Com a descrição e análise do corpus documental foi possível apreender alguns aspectos que colaboram para a predominância de meninos com queixas escolares, o que permitiu o questionamento de concepções que naturalizam os processos de desenvolvimento desses meninos, bem como situar a temática proposta no contexto histórico-cultural das relações de gênero.</p>
--	--	------------------------------------	--	--	--	--	---

## Catálogo de Teses e Dissertações

Data de Acesso	Descritores	Recorte de tempo	Total encontrados	Utilizados	Descartados
04/04/2021	“teoria crítica” e “educação infantil”		13	6	7(indisponíveis)

N.	Ano/ Tipo	Título	Autores / Instituição / Região /Estado	Foco do estudo	Referência	Link	Palavras chave	Resumo
1	2003 Tese	A construção de um ambiente inclusivo na educação infantil: relato e reflexão sobre uma experiência	SEKKE L, Marie. USP São Paulo	Práticas pedagógicas	SEKKE L, Marie. <b>A construção de um ambiente inclusivo na educação infantil: relato e reflexão sobre uma experiência.</b> Tese de doutorad	Indisponível		

					o, USP, São Paulo, 2003.			
2	2016 Tese	Experiências (Corporais) da Infância Em Memórias de Professoras	VIEIRA, Carmen. UFSC Florianópolis	Práticas pedagógicas	VIEIRA, Carmen. <b>Experiências (Corporais) da Infância Em Memórias de Professoras.</b> Tese de doutorado, UFSC, Florianópolis, 2016.	file:///C:/Users/contal/Downloads/Experi%C3%AAncias%20(Corporais)%20da%20Inf%C3%A2ncia%20Em%20Mem%C3%B3rias%20de%20Professoras-Carmen%20L%20N%20Vieira.pdf	Memória; Narrativa; Professoras; Experiências Corporais; Educação Infantil	Neste trabalho apresentamos resultados de uma pesquisa cujo principal objetivo foi investigar o lugar social das experiências corporais na infância na formação de professoras atuantes na Educação de crianças, mais especificamente na Educação Infantil. Para tanto, elegemos como documentos dez entrevistas. Seis realizadas com docentes da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, quatro com professoras do ensino infantil da educação pública na Comunidade Autônoma de Castilla y León na Espanha. Elas foram selecionadas entre aquelas que, quando crianças, frequentaram instituições de Educação Infantil. Trabalhamos com elementos da história oral, convidando as professoras a evocar memórias de suas infâncias, principalmente as que se referiam às experiências corporais. Investiga-se em suas memórias o lugar dessas experiências em suas formações. As narrativas apontaram questões que dizem respeito à organização dos espaços das cidades – modificações urbanas, a natureza, as relações sociais – que implicam em ser criança, além de uma provável inversão no tempo-espaço das experiências corporais da infância: o que antes tinha espaço garantido em casa e nas ruas, hoje estaria apenas, como possibilidade, na instituição de Educação Infantil. Assim as experiências da infância, rememoradas no momento das entrevistas, dizem das possibilidades e conformações que o próprio ambiente das cidades – a rua, a casa, a instituição de Educação Infantil – exerce sobre as experiências (corporais) da infância. Confirmam uma instituição experimentada, na qual a presença de uma educação dos sentidos deixa marcas no corpo, contribuindo para a (de) formação subjetiva de nossas crianças. Igualmente há uma temporalidade das concepções de Infância e Educação Infantil, da mesma forma que as experiências corporais tiveram/têm lugar privilegiado nesse tempo espaço institucional, relacionando-se com a maneira que enfrentam o mote da brincadeira na atualidade, como docentes. Portanto apontam no sentido da construção de uma identidade, quer individual, quer coletiva, das professoras. A identidade é também resultado do que cada uma, ao se relacionar com a

								memória, elege para contar de si mesma. É nessa memória, no modo como vêm à tona, que as narradoras contam algo sobre a criança de ontem ser a professora de hoje, mas também seu inverso.
3	2008 Disse rtação	Os Saberes da Experiên cia na Formaçã o de Professor es: da utopia à realidade formativ a de professor es da escola pública	SILVA, Julival. UFPI Teresina	Form ação de profe ssores	SILVA, Julival. <b>Os Saberes da Experiê nia na Formaç ão de Professo res: da utopia à realidad e formati va de professo res da escola pública.</b> Disserta ção de mestrado, UFPI, Teresina , 2008.	Indisponível		
4	2014 Diser tação	A Dimensã o Estética na Formaçã o das/os Educado ras/es da	SILVA, Mara. UNES P São Paulo	Form ação de profe ssores	SILVA, Mara. <b>A Dimens ão Estética na Formaç ão das/os</b>	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/colta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=1538536">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/colta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=1538536</a>	Formação de educadoras/es; Estética da sensibilidade; Educação infantil.	A presente pesquisa foi realizada por meio de um Estudo de Caso em uma escola de Educação Infantil do Município de São Bernardo do Campo, SP, que desenvolveu um projeto de formação de educadoras/es nomeado Modos de Ver. O objetivo da pesquisa foi mapear possíveis reverberações na prática docente considerando a dimensão estética na formação de educadoras/es da infância, cujo eixo primordial foi a multiculturalidade. O objetivo das formadoras foi instigar as educadoras à revisão das formas de ver e atuar nas relações e propostas educativas, valorizando a

		Infância: Todos os Tons do Mundo...			<b>Educa oras/es da Infância : Todos os Tons do Mundo.</b> .. Disserta ção de mestrado, UNESP, São Paulo, 2014			alteridade, aliando estética, ética e política. Nesta formação as ofertas de imagens, músicas, brinquedos, brincadeiras e obras artísticas foram trazidas para o debate e foram analisados os significados e as relações de poder subjacentes ao currículo. O conceito de estética definido pela escola se origina da palavra estesia (derivada da palavra grega aisthesis) em contraposição à noção de anestesia procurando expandir as formas de perceber, sentir e pensar, colocando em discussão a atuação pedagógica valorizando a cultura infantil e o currículo multicultural. A pesquisa se deu em doze encontros mensais específicos acerca do tema em horários formativos, além de sete situações com duas turmas de crianças com três e cinco anos. As atividades de arte e brincadeira foram eleitas em parceria com as educadoras das turmas com vistas às interações das crianças com as propostas, tendo como foco a valorização da cultura infantil, sendo atividades permanentes da rotina ou pertencentes ao projeto de cada turma. A investigação se deu acerca da estética da sensibilidade na formação das/os educadoras/es mapeando algumas mudanças e possibilidades de questionamentos sobre o próprio fazer pedagógico com crianças pequenas, nomeando-o de devir e divinar a partir de experiências infantis e docentes na perspectiva de Jorge Larrosa.
5	2012 Disse rtaçã o	INFÂNCIA E SOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CORPO NOS MOMENTOS DO PARQUE	TRISTÃO, André. UFSC Florianópolis	Práticas pedagógicas	TRISTÃO, André. <b>Infância e socialização: um estudo sobre a educação do corpo nos momentos do parque</b>	Indisponível		

		EM UMA CRECH E			<b>em uma creche.</b> Disserta ção de mestrado, UFSC, Florianópolis, 2012.			
6	2015 Disse rtação	EDUCA ÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA: A: ESTUDO DA EFETIV AÇÃO DO PROJETO MEMÓRIA E IDENTI DADE - PROMO ÇÃO DA IGUAL DADE NA DIVERS IDADE (MIPID) EM UMA ESCOLA DE	COELHO, Vinicius. PUC Campinas	Práticas pedagógicas	COELHO, Vinicius. <b>Educação e Política Pública: estudo da efetivação do projeto Memória e Identidade - promoção da igualdade na diversidade (mipid) em uma escola de educação infantil</b>	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/colta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3024029">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/colta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3024029</a>	Política Pública, Lei 10.639/2003, reconhecimento, ética e estética.	O presente estudo partiu das inquietações do autor referente às dificuldades enfrentadas para a implementação e cumprimento da Lei 10.639/2003 no âmbito escolar, que redundaram, sobretudo com as seguintes questões: Que tipos de dificuldades foram encontrados para a implementação desta lei? Como foi a participação das escolas e de seus profissionais? Qual a relação que se pode estabelecer entre a implementação da lei e a teoria crítica da luta por reconhecimento de Axel Honneth? Assim, foi descrito e analisado o Programa Memória Identidade Promoção da Igualdade na Diversidade (Mipid) e sua implementação no Centro Municipal de Educação Infantil, Cemei Margarida Maria Alves na efetividade da Lei 10.639/2003. Tal intento apresenta os seguintes objetivos específicos: estudar como se procedeu a implementação da lei 10.639/2003 na SME/PMC na Educação Infantil; estudar relatórios anuais do programa e os projetos pedagógicos da escola pesquisada; mapear e descrever o Programa Mipid e Projetos que envolvem a temática étnico-racial da escola pesquisada. Quanto ao objeto da pesquisa, ele foi delimitado pelos Relatórios anuais do Programa Mipid e pelos Projetos Pedagógicos e livros atas de reuniões pedagógicas da escola pesquisada e blog. Essas fontes foram delimitadas e criticadas por meio do referencial metodológico de Adalberto Marson, e dos referenciais teóricos de Stuart Hall, de Axel Honneth e de Mário Vieira de Mello. Esta pesquisa partiu da hipótese da existência do esteticismo (termos este, de Mello) no Programa Memória Identidade Promoção da Igualdade na Diversidade (Mipid) com seus desdobramentos nas unidades escolares municipais de Campinas. Concluiu-se que, a despeito da existência do esteticismo no Mipid, na cultura escolar

		EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPINAS (SP)			<b>em campinas (sp).</b> Dissertação de mestrado em educação, PUC, Campinas, 2015.			presente no Cemei Margarida Maria Alves a efetividade da Lei 10.639/2003 foi realizada por meio de cultura ética.
7	2004 Tese	Formação docente e educação da criança de zero a seis anos: análise dos trabalhos apresentados ANPED	HASSE, Simone . UNIMEP Taquaral	Práticas pedagógicas	HASSE, Simone. <b>Formação docente e educação da criança de zero a seis anos: análise dos trabalhos apresentados ANPED</b> . Tese de Doutorado em educação, UNIMEP, Taquaral, 2004	Indisponível		

8	2008 Disse rtaça o	Formaçã o docente: possibili dades e dificulda des de ressignifi cação da identidad e de professor es/as de educação infantil.	FERN ÁNDE Z, Jussara . Escola Superi or de Teologi a. São leopold ino	Form ação de profe ssores	FERNÁ NDEZ, Jussara. <b>Formaç ão docente : possibili dades e dificuld ades de ressignif icação da identida de de professo res/as de educaçã o infantil.</b> Disserta ção de Mestrad o em Teologia , São Leopold ino,2008 .	Indisponível		
9	2007 Disse rtaça o	FORMA ÇÃO DE PROFES SORES DE EDUCA ÇÃO	FARIA , Marilia . UFF Niterói	Form ação de profe ssores	FARIA, Marilia. <b>FORM AÇÃO DE PROFE SSORE</b>	Indisponível		

		INFANTIL: PARA QUÊ?			S DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PARA QUÊ? Dissertação de Mestrado em Educação, UFF, Niterói, 2007.			
10	2014 Disse rtaçã o	Como Anda a Pré-Esco la? Uma Análise das Práticas Pedagógi cas após a Lei de Ampliaç ão do Ensino Fundame ntal (Lei 11.274/0 6)	AVILA , Maéle. UNIVI LLE Joinvil e	Prátic as pedag ógicas	AVILA, Maéle. <b>Como Anda a Pré-Esco la? Uma Análise das Práticas Pedagó gicas após a Lei de Amplia ção do Ensino Funda mental (Lei 11.274/0 6).</b> Disserta ção de	file:///C:/Users/cont a1/Downloads/Ma %C3%A9le%20Ca rdoso%20Avila.pdf	Políticas Públicas para Educação, Educação Infantil, Prática Pedagógica, Pré- escola	A pesquisa intitulada “Como anda a pré-escola? Uma análise das práticas pedagógicas após a Lei de Ampliação do Ensino Fundamental (LEI 11.274/06)” se situa no âmbito da linha de Políticas Públicas e Práticas Educativas do Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, e tem como principal objetivo, investigar as práticas pedagógicas desenvolvidas junto às crianças de 4 e 5 anos na Rede Municipal de Ensino de Joinville após a aprovação da lei N. 11.274/06, que tornou obrigatória a matrícula de crianças a partir dos 6 anos de idade no Ensino Fundamental. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida em dois grandes momentos: a) estudos documentais e bibliográficos; b) pesquisa empírica, a qual foi desenvolvida junto a Rede Municipal de Ensino de Joinville – SC, em cinco estabelecimentos de Educação Infantil, selecionadas seguido de critérios definidos a partir do próprio objetivo da pesquisa. A pesquisa tem como base epistemológica o Materialismo Histórico Dialético, e utiliza como referencial de análise dos dados a teoria crítica do discurso de Norman Fairclough. Essa abordagem foi escolhida, tendo em vista, que é organizada compreendendo que as análises dos discursos precisam considerar as condições sociais, políticas e ideológicas contidas na linguagem. A partir da coleta de dados, foram analisadas as práticas e relações na pré-escola, as rotinas estabelecidas nas instituições de educação infantil, bem como a documentação escolar, seus usos e atribuições para a

					mestrado, UNIVILLE, Joinville, 2014.			prática docente. Diante dessas análises, foi possível discutir os desafios da pré-escola, relacionados principalmente às intencionalidades educativas, as concepções de criança e infância implícitos nas práticas estabelecidas e as relações hegemônicas existentes na consolidação da prática pedagógica na Rede Municipal de Ensino de Joinville. Com essa pesquisa foi possível concluir que apesar de existirem práticas adultocêntricas, os processos escolarizantes, relacionados à métodos e disciplinas escolares, não predominam no cotidiano dos Centros de Educação Infantil de Joinville. Em contrapartida, o que se destacou foi o outro extremo da prática escolarizante; a ausência de objetivos e intencionalidades em algumas práticas, que acabam por sinalizar um vazio educativo na pré-escola. Assim, pode-se dizer, que o grande desafio que permeia a prática na pré-escola, seria assumir seu lugar de educação e cuidado, articulando-se com a creche, bem como com o ensino fundamental, promovendo o diálogo entre os níveis de ensino, possibilitando o desenvolvimento integral da criança, respeitando especificidades etárias de modo a garantir competências necessárias de desenvolvimento e aprendizagens, sem promover a antecipação de conteúdos de etapas seguintes, bem como práticas que seguem a lógica escolar.
1 1	2016 Tese	Um diálogo entre a pedagogia Freireana e a educação científica na educação infantil	MENEZES, Maria. UFBA Bahia	Práticas pedagógicas	MENEZES, Maria. <b>um diálogo entre a pedagogia freireana e a educação científico na educação infantil.</b> Tese de	Divulgação não autorizada		

					Doutora do, UFBA, Bahia, 2016.			
1 2	2016 Dissertação	O BRINCAR NA EDUCAÇÃO FÍSICA: DIREITOS, CONCEPÇÕES E PRÁTICA DE PROFESSORES DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CORUMBÁ-MS	ARRUDA, Gerson . UFMS Mato Grosso do Sul	Práticas pedagógicas	ARRUDA, Gerson. <b>O brincar na educação o físico: direito, concepções e prática de professores do pré-escolar da rede pública municipal de corumbá-ms.</b> Dissertação de mestrado em Educação, Mato Grosso do Sul, 2016.	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=4002469">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=4002469</a>	Pré-escolar; Educação Física; Brincadeira; Direito; Formação do Professor; Teoria Crítica	Educação/cuidado/brincadeira são direitos legais das crianças pequenas brasileiras, direitos que foram conquistados ao longo do tempo e ainda se encontram em construção. Assim, o referido trabalho de mestrado em Educação, do programa de Pósgraduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal propõe-se apresentar o resultado de uma pesquisa, que tem como objetivo investigar como está sendo efetivado o brincar das crianças de 4 a 5 anos do pré-escolar, da rede pública municipal de Corumbá/MS, nos momentos destinados à Educação Física. Diante disso, foram realizados estudos bibliográficos, que abordam as seguintes temáticas: o brincar/brincadeira/brinquedo; declarações internacionais e os direitos das crianças ao brincar; educar/cuidar/brincar: legislações e políticas no Brasil; Educação Física e Educação Infantil. Em seguida, foi realizado o estudo empírico, por meio de observação participativa no cotidiano das crianças pequenas, utilizando como instrumento caderno/diário de campo e entrevista qualitativa, semiestruturada individual, com professores: regentes e de educação física. O trabalho faz abordagem de um estudo de caso, de cunho qualitativo. Tem como referencial a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt; para análise e reflexão dos dados coletados utilizam-se das obras de Walter Benjamin e estudiosos desse autor. A pesquisa pretende contribuir no sentido de clarear aos educadores, legisladores e gestores das políticas públicas que o brincar na Educação Infantil tem grande importância para o desenvolvimento das crianças pequenas. Pretende ainda chamar atenção no que concerne à inserção do currículo e da formação do profissional de Educação Física na Educação Infantil. Por fim, o trabalho constatou que ocorreram avanços na questão dos direitos das crianças pequenas à Educação Infantil, em específico ao direito do brincar que está garantido na lei e nas políticas. Por outro lado, na prática o brincar ocorre efetivamente de maneira gradativa, limitada e com tempo determinado. Constatou-se ainda que as profissionais consideram o brincar importante para o

								desenvolvimento das crianças pequenas, entretanto no pré- escolar a prioridade não está no fazer e deixar as crianças brincarem, mas sim na alfabetização precoce. Por outro lado, pode-se constatar que o profissional de Educação Física não sabe distinguir qual o seu papel na Educação Infantil, visto que a sua formação é direcionada para educação escolar, enquanto que a Educação Infantil requer educação/cuidado/brincadeira.
1 3	1999 Disse rtaçã o	Transfor mação da escola privada: análise crítica sobre o processo de impleme ntação de um modelo de gestão como instrume nto de moderniz ação da escola	FONT OURA , Marcio . PUC São Paulo	Form ação de profe ssores	FONTO URA, Marcio. <b>Transfo rmação da escola privada : análise crítica sobre o process o de implem tação de um modelo de gestão como instrum ento de modern ização da escola.</b> Disserta ção de mestrado em	Indisponível.		Trabalho não divulgado.

					administ ração, PUC, São Paulo, 1999.			
--	--	--	--	--	--	--	--	--

**PERIÓDICOS CAPES**

Data de Acesso	Descritores	Filtros aplicados	Recorte de tempo	Total encontrados	Utilizados	Descartados
19/03	"teoria crítica" AND "educação infantil"	<b>Idioma:</b> Português  <b>Nível Superior:</b> Periódicos revisados por pares.	NÃO APLICADO	2	2	0

N.	Ano/Tipo	Título	Autores / Instituição / Região/Estado	Foco do estudo	Referência	Link	Palavras chave	Resumo
1	2014 Artigo	“Formação ou Conformação?” Crítica à Negação ao “Ato de Ensinar” na Educação Infantil	FILHO, A. J. M.; FILHO, L. J. M.	Práticas pedagógicas	FILHO, A. J. M.; FILHO, L. J. M. “Formação ou Conformação?” Crítica à Negação ao “Ato de Ensinar” na Educação Infantil. <b>Revista Tempos e Espaços em Educação</b> , UFS, v.1 p.7-14. Disponível em: <a href="https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2189/1860">https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2189/1860</a> Acessos: 19 de Março de 2021.	<a href="https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2189/1860">https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2189/1860</a>	Educação Infantil; Criança; Capitalismo; Formação Docente; Ensino	Este artigo foi elaborado com o intuito de apresentar algumas idéias acerca do debate teórico sobre a formação do professor de educação infantil. A temática é discutida a partir de sua contextualização sócio-histórica, tomando como base a produção da teoria crítica. O objetivo central é trazer um conjunto de reflexões cujos temas da infância, da educação, do capitalismo e da escola se colocam inter cruzados, estando correlacionados com a situação real e concreta em que se encontram as tendências educacionais sobre o trabalho educativo do professor. O texto apresenta-se subdividido em três partes: a primeira dedica-se a apresentar algumas considerações iniciais sobre a formação dos professores; a segunda analisa de forma sucinta a lógica do capitalismo e o trabalho do professor; a terceira parte discorre a respeito da desvalorização da educação escolar no âmbito da produção teórica da educação infantil.
2	2005 Artigo	Ética disciplinar e punições corporais na infância	LONGO, Cristiano da Silveira. Instituto de psicologia da USP São Paulo, SP	Práticas pedagógicas.	LONGO, Cristiano da Silveira. Ética disciplinar e punições corporais na infância. <b>Psicologia</b> . USP, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 99-119, 2005. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0103-65642005000300006&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0103-65642005000300006&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a> . 19 de Março de 2021	<a href="http://www.scielo.br/pdf/psp/v16n4/v16n4a06.pdf">http://www.scielo.br/pdf/psp/v16n4/v16n4a06.pdf</a>	Educação infantil. Relações pais-criança. Punição. Terapia familiar.	O presente artigo recupera parte das raízes da Punição Corporal Doméstica de Crianças e Adolescentes (PCD) no Brasil, por meio da análise de manuais de educação familiar. A partir da segunda metade do século XX, esses manuais ganham evidência junto ao mercado editorial e constata-se, atualmente, a presença de autores que se posicionam favoravelmente a respeito das punições corporais. Essas enunciações discursivas são discutidas à luz de uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes.

				<a href="https://doi.org/10.1590/S0103-65642005000300006">https://doi.org/10.1590/S0103-65642005000300006</a>			
--	--	--	--	---	--	--	--